

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



JOANA ISABEL PIRES BICHO

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A INFLUÊNCIA DO TURISMO NOS *VOLUME CRIMES*
UMA ANÁLISE AO FENÓMENO DO FURTO POR CARTEIRISTA
NA CIDADE DE LISBOA**

Orientador

PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA

Lisboa, 2020



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



JOANA ISABEL PIRES BICHO

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A INFLUÊNCIA DO TURISMO NOS *VOLUME CRIMES*
UMA ANÁLISE AO FENÓMENO DO FURTO POR CARTEIRISTA
NA CIDADE DE LISBOA**

Orientador

PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA

Lisboa, 2020



Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais (Curso de Formação de Oficiais de Polícia), sob a orientação científica do Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA.

À minha família, por tudo.

Ao Luís, por mais que tudo.

AGRADECIMENTOS

Ingressar no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) foi dos maiores desafios a que me propus, pois abraçar a carreira policial é abraçar a abnegação, a resiliência e o sacrifício com jura da própria vida.

O ciclo de cinco anos que agora finda reflete uma longa caminhada, recheada de momentos bons, momentos difíceis e, sobretudo, momentos de aprendizagem, pelo que, desde já agradeço ao ISCPSI, por ter sido casa, família e abrigo, e por todas as lições.

Uma palavra especial merece o XXXII CFOP porque fomos “o” curso, nesse sentido agradeço a todos os camaradas pelo companheirismo e entreajuda, espero que os nossos laços sempre perdurem.

Pela proximidade e verdadeira amizade, obrigada à DIANA, à JOANA, ao MIGUEL, ao ANDRÉ, ao GONÇALO P. e GONÇALO R., ao DUARTE e ao RICARDO, obrigada por tudo.

Importa ainda o agradecimento à 1.^a Divisão Policial do Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa por todas as oportunidades que me possibilitaram, bem como à 1.^a Esquadra de Investigação Criminal pela partilha de conhecimento e disponibilidade em contribuir para a presente dissertação.

Pelo contributo, agradeço ao Superintendente LUÍS ELIAS e ao Intendente PAULO FLOR, pela disponibilidade em serem entrevistados e pelo saber comigo partilhado.

Agradeço à 50.^a Esquadra e ao Subcomissário MÁRIO SOUSA, pelo exemplo e conhecimento que me possibilitou adquirir.

Ao meu orientador, Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA, por todo o apoio e disponibilidade, sei que não foi fácil esta orientação.

Às minhas amigas de sempre por compreenderem muitas das ausências e fazerem valer os mais escassos momentos em que estamos juntas, que nos continuemos a fazer rir de forma fácil.

Ao LUÍS, por tudo, e por tudo é tanto.

Por fim, um agradecimento aos meus pais e irmã, porque são o meu porto seguro e porque estão sempre presentes, obrigada pelo muito que sempre fizeram.

Obrigada a todos.

RESUMO

A INFLUÊNCIA DO TURISMO NOS *VOLUME CRIMES*

UMA ANÁLISE AO FENÓMENO DO FURTO POR

CARTEIRISTA NA CIDADE DE LISBOA

JOANA ISABEL PIRES BICHO

O turismo assume-se hodiernamente como uma das principais indústrias a nível mundial. Em Portugal, o turismo é um motor basilar da economia com tendência ao crescimento e contínua distinção em termos de qualidade. A relação entre o turismo e a segurança é simbiótica, dependendo a indústria de um clima de segurança para que se possa edificar e desenvolver.

Neste sentido, os delitos perpetrados contra turistas merecem um olhar atento por parte das instituições jurídicas e de segurança. O turista exhibe uma vulnerabilidade própria e consequente de se encontrar num local que desconhece, absorvido pela experiência turística e disposto ao lazer, o que o torna um alvo fácil, principalmente da criminalidade subtil e oportunista.

O furto por carteirista é um delito que tem nas ambiências turísticas todas as condições para se disseminar, o que tem levado a uma profissionalização dos delatores, com consequente complexificação do fenómeno.

As facilidades de circulação em espaço europeu, bem como as parcas e leves sanções, vão aguçando o engenho e organização dos meliantes, o que vem questionar a abordagem policial e jurídica face à pequena criminalidade, e sedimentar a necessidade de uma cultura de partilha e inteligência.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; Turista; Furto por Carteirista; Itinerância; Polícia de Segurança Pública.

ABSTRACT

THE LINK BETWEEN TOURISM AND VOLUME CRIME

THE CASE OF PICKPOCKETING IN LISBON

JOANA ISABEL PIRES BICHO

The tourism is nowadays one of the most important industries worldwide. In Portugal, the tourism is a great economy booster, and has been growing everyday with distinctive quality. The link between tourism and security is symbiotic, in which the industry depends on a secure environment in order to grow and evolve.

In this sense, the offenses committed against tourists deserve a watchful eye from the judicial system and security forces. The tourist himself shows a proper vulnerability, in consequence of him being in a strange place, absorbed by new experiences and adventures, in which he becomes an easy target, mostly in the subtle and opportunist type of crimes.

Pickpocketing is a type of offense that has all the conditions of spreading in a touristic environment, which, in turn, urges the criminals to find new and more professional ways of acting, resulting in a more complex phenomenon.

The ease ways of circulating in the European territory, as well as the light sanctions, lead to new ways of committing this offense and better organizational skills, which in turn questions the security forces and the judicial response to this type of small crimes, and brings an urgent need of a sharing and intelligence culture.

KEYWORDS: Globalization; Tourist; Pickpocketing; Itinerancy; Polícia de Segurança Pública.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COMETLIS	Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
DNPSP	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
ET2027	Estratégia do Turismo 2017
EUCPN	<i>European Crime Prevention Network</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
MOCG	<i>Mobile Organized Crime Groups</i>
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PETRL	Plano Estratégico do Turismo Para a Região de Lisboa
PSP	Polícia de Segurança Pública
PJ	Polícia Judiciária
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SOCTA2017	Relatório de Avaliação da Ameaça Sobre a Criminalidade Grave e Organizada da EUROPOL
SPP	Sociedade de Propaganda de Portugal
UE	União Europeia
UNTOC	Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional
WTTC	<i>World Travel and Tourism Council</i>

ÍNDICE DE TABELAS, DIAGRAMAS E GRÁFICOS

TABELA 1 - Receitas, despesas e saldo de viagens e turismo por países em 2018	104
Tabela 2 - Dormidas segundo áreas costeiras e não-costeiras em 2018	104
TABELA 3 - A Criminalidade Itinerante no Relatório Anual de Segurança Interna desde 2010 a 2019	107
TABELA 4 - Número de Vitimações por Furto por Carteiristas por Nacionalidade	119
TABELA 5 - Atuação dos Carteiristas Quanto ao Número de Elementos	121
TABELA 6 - Nacionalidade dos Ofensores	122
TABELA 7 - Suspeitos Portugueses	122
TABELA 8 - Suspeitos Romenos	123
TABELA 9 - Suspeitos de Outras Nacionalidades	123
TABELA 10 - Dados Gerais	124
TABELA 11 - Género dos Suspeitos	124
TABELA 12 - Escalão Etário dos Suspeitos	125
Tabela 13 - Soma dos Valores Furtados por Carteiristas	136
DIAGRAMA 1 - Relação entre a Criminalidade Organizada e a Criminalidade de Massa	56
DIAGRAMA 2 - Cinco Eixos Estratégicos do Turismo em Portugal	101
GRÁFICO 1 - Previsão das Chegadas de Turistas Internacionais em 2020	30
GRÁFICO 2 - Furto por Carteirista em Portugal	40
GRÁFICO 3 - Atuação dos Carteiristas Quanto ao Número de Elementos	43
GRÁFICO 4 - Nacionalidade dos Ofensores	44
GRÁFICO 5 - Furtos por Carteirista em Lisboa entre 2010 - 2019	45
GRÁFICO 6 - Comparações entre Vitimações Portuguesas e Estrangeiras	48
GRÁFICO 7 - Balança de Exportações e Importações do Turismo	106
GRÁFICO 8 - Variação da Sazonalidade	106
GRÁFICO 9 - Comparação entre as Vitimações Nacionais e Estrangeiras entre 2010 e 2019	120
GRÁFICO 10 - Atuação dos Carteiristas Quanto ao Número de Elementos	122
GRÁFICO 11 - Furto por Carteirista por Escalão Etário dos Suspeitos	126
GRÁFICO 12 - Distribuição Espacial do Furto por Carteirista	128
GRÁFICO 13 - Distribuição do Furto por Carteiristas em Transportes Públicos entre 2010 e 2019	128

GRÁFICO 14 -	Distribuição do Furto por Carteiristas na Via Pública entre 2010 e 2019	129
GRÁFICO 15 -	Distribuição do Furto por Carteiristas nos Serviços entre 2010 e 2019	129
GRÁFICO 16 -	Distribuição do Furto por Carteiristas em Locais de Lazer entre 2010 e 2019	130
GRÁFICO 17 -	Distribuição do Furto por Carteiristas na Restauração e Bebidas entre 2010 e 2019	130
GRÁFICO 18 -	Distribuição do Furto por Carteiristas em Estabelecimentos de Ensino entre 2010 e 2019	131
GRÁFICO 19 -	Distribuição do Furto por Carteiristas em Eventos entre 2010 e 2019	131
GRÁFICO 20 -	Distribuição do Furto por Carteiristas em Estabelecimentos Comerciais entre 2010 e 2019	132
GRÁFICO 21 -	Distribuição do Furto por Carteiristas em Estabelecimentos Hoteleiros entre 2010 e 2019	132
GRÁFICO 22 -	Distribuição do Furto por Carteiristas em Outros Locais entre 2010 e 2019	133
GRÁFICO 23 -	Classificação do Furto por Carteirista	135

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	VI
ÍNDICE DE TABELAS, DIAGRAMAS E GRÁFICOS	VII
ÍNDICE	IX
INTRODUÇÃO	11
OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	14
CAPÍTULO I - PORTUGAL UM DESTINO SEGURO	17
I.1. DA SEGURANÇA ESFÉRICA.....	17
I.2. TURISMO: UM CONCEITO POUCO ESTANQUE.....	21
I.2.1 TURISMO EM PORTUGAL, OUTRORA SUN, SAND AND SEA.....	24
I.3 TURISMO, <i>SURETY</i> E CRIME.....	29
I.4 O TURISTA E O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA	33
CAPÍTULO II - O FENÓMENO DO FURTO POR CARTEIRISTA	38
II.1. CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO.....	38
II.1.1 EM PORTUGAL, NA URBE LISBOETA	42
II. 2. A VULNERABILIDADE DO TURISTA.....	46
II.3. O CRIME DE FURTO POR CARTEIRISTA NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS	49
II.4. DA CRIMINALIDADE INTERLIGADA	53
II.5. O CARÁTER ITINERANTE.....	59
CAPÍTULO III - DO DELITO ÀS ESTRATÉGIAS E VULNERABILIDADES	62
III. 1. A ESTRUTURA POLICIAL FACE AO FENÓMENO	62
III. 2. DIFICULDADES, DESAFIOS E PROSPETIVAS.....	65
III. 3. A PERTINÊNCIA DE UMA CULTURA DE PARTILHA.....	67

CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
ENCICLOPÉDIAS.....	73
OBRAS GERAIS E ESPECÍFICAS.....	73
TESES E DISSERTAÇÕES	87
LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS PORTUGUESES.....	89
LEGISLAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	90
FONTES ELETRÓNICAS.....	90
ANEXOS E APÊNDICES.....	98
ANEXO I	99
ANEXO II	101
ANEXO III	103
ANEXO IV.....	106
ANEXO V.....	109
ANEXO VI.....	113
ANEXO VII.....	118
ANEXO VIII.....	120
ANEXO IX.....	126
ANEXO X.....	133
ANEXO XI.....	135
APÊNDICE I	137

INTRODUÇÃO

O delito patrimonial é presença assídua do tecido social humano, desde o arcaico ao hodierno momento. Mais do que ao Homem, atrevemo-nos a dizer que a luta pela posse e propriedade é transversal a qualquer domínio vivo, pelo que não se vislumbram apaziguamentos no que se refere a esta matéria.

No ímpeto de uma sociedade cada vez mais interligada, a curiosidade do ser humano fustigou grande parte dos medos e receios face ao desconhecido, instigando a aventura e descoberta.

Com efeito, o conceito de fronteira adquiriu um valor referencial que mais do que limitar a sua transgressão, imputa a curiosidade em fazê-lo, gerando uma mobilidade de pessoas e bens, ímpar na história, o que augurou o bom, mas também induziu um incremento dos perigos, que igualmente se posicionaram no enquadramento global.

Desta feita, a dimensão securitária encontra-se face a face com desafios que cada vez mais a colocam à prova.

O incremento da mobilidade de transeuntes acolhe a atenção das Forças e Serviços de Segurança, e as dinâmicas atinentes aos fluxos externos de pessoas erguem consternações às dinâmicas securitárias.

No plano hodierno, mais do que um negócio, o fluxo de pessoas tornou-se numa das maiores indústrias mundiais: o turismo.

Em Portugal, o turismo consubstancia-se como um relevante motor da economia gerando a criação de postos de trabalho, o que positivamente melhora as condições de vida dos portugueses.

O setor turístico carece de uma ambiência segura como base de sustentação, sendo o seu sucesso simbiótico da qualidade do produto securitário.

Nesta senda, a preponderância do vetor segurança numa sociedade como a portuguesa é inquestionável todavia, a sua manutenção necessita de uma análise estratégica que cogite as vulnerabilidades não só do país, como daqueles que aqui se deslocam.

Os turistas são a unidade básica do turismo, sendo que, as suas perceções e apreciações erguem, ou desmoronam, a viabilidade de um destino turístico.

Expostos a um meio que lhes é estranho, absortos pela curiosidade e enlevados pela experiência, a digressão turística pode deslindar vulnerabilidades a certos tipos de crime, nomeadamente os crimes patrimoniais.

Sob apanágio do oportunismo, o carteirista opera no aproveitamento do descuido das vítimas pelos bens materiais.

Apesar de materialmente igual, a experiência de vitimação entre cidadãos nacionais e estrangeiros, tem contornos bastante dissonantes.

Por este motivo, aos delitos perpetrados contra turistas acontece-lhes uma relevância própria, onde a prevenção e controlo se afigura de extrema pertinência.

Para os autores GEORGE KELLING e MARK MOORE (1988, p. 8) a dimensão dos fenómenos criminais pode confluir na “falta de capacidade por parte das polícias em corresponder às expectativas da sociedade, nomeadamente no que respeita ao controlo do aumento da criminalidade e da respetiva prevenção”.

Pelo que, a inteligência face às dinâmicas criminais manifesta a maior relevância. O furto cometido por carteiristas diz respeito a um dos mais antigos modos de proceder à subtração de um bem, havendo registos deste crime desde os séculos XVII e XVIII.

Sob a égide da imagem literária e cinematográfica de histórias como de *Oliver Twist*, o carteirista tem subjacente a personificação do indivíduo lesto e matreiro que aproveita a desatenção das suas vítimas ou cria situações que a induzam a desatenta, por forma a se apossar dos bens materiais que lhe pertencem. É também muitas vezes retratado como um crime de “ricos” contra “pobres” em que o artigo desejado é o produto monetário ou aquele que nele facilmente se converta, por forma a colmatar as carências do meliante.

Destarte, o contexto hodierno vem em quebra com tais conceções, onde o carteirista assume uma dinâmica diferente e onde toda e qualquer pessoa pode constituir um potencial alvo. Em aproveitamento do incremento do número de pessoas e cenários de multidão, os furtos por carteirista vieram sedimentar-se nas grandes cidades turísticas, adotando atuações no intento do lucro, sob uma perspetiva de negócio.

Neste sentido, do ponto de vista securitário, há que atender não só à gravidade das infrações mas também ao carácter massificado com que estas são perpetradas. Delitos como o furto por carteirista assentam no domínio de ilícitos *bagatelares*, contudo têm a capacidade de gerar um sentimento de insegurança na população pelo carácter generalizado com que sucedem e pelos contornos da sua operacionalização.

Em linha com o que atende aos restantes países europeus e pela consequente dinâmica de livre circulação de pessoas e bens, o carácter itinerante predica-se de modo cada vez mais reiterado ao delito, gerando uma adjetivação transversal que engloba desde os simples furtos aos grandes tráficos.

O fator itinerante assume-se como um dos principais desafios ao combate da criminalidade patrimonial, assim como a tendência da criminalidade de massa em

complexificar-se, e assumir configurações mais graves e violentas (ELIAS, 2018, pp. 190-191) o que vem alterar o paradigma do registo criminal.

No que atende às instituições policiais, a perspetiva com que vislumbram o delito tem subjacente o contacto efetivo com a realidade dos factos pelo que, a sensibilidade à mutação das dinâmicas criminais, apura-se inconscientemente. Ainda assim, exige-se à Polícia de Segurança Pública uma adaptação de estratégias e padrões de atuação contemplando os fenómenos criminais numa perspetiva integral, sob a pertinência da partilha de informação e de policiamento preventivo.

A complexidade e fluidez dos fenómenos criminais atuais tem demonstrado um oportunismo inteligente e criativo por parte de estruturas criminosas que atuam sob a égide de lacunas conceptuais e legais.

Deste modo, num primeiro momento, é pretensão do presente estudo a exploração das variáveis atinentes ao turismo, mais especificamente ao turista, que impendem sobre o setor securitário, no intento de anuir os fatores que fragilizando a segurança nos destinos turísticos se convertem numa prioridade para a dimensão da segurança.

Postumamente, incidiremos acerca do furto por carteirista, no sentido de compreender possíveis alterações ao modo de operar do delito, bem como as razões da sua frequência em meios citadinos, marcados pelo turismo.

Por fim, numa visão congregadora das dimensões *a priori* referidas e dada a vinculação ao panorama securitário português, pretendemos analisar as estratégias adotadas pelos meliantes afetos ao furto por carteirista que vulnerabilizem e demandem reconfigurações no âmbito da prevenção e investigação deste tipo de crimes. Assim como quais as estratégias dinamizadas pela Polícia de Segurança Pública no âmbito da prevenção e investigação criminal que se demonstrem eficientes no trato deste tipo de delitos.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

No plano hodierno, a sustentação científica assume uma preponderância ímpar para o desenvolvimento e evolução de toda e qualquer área do saber. A complexificação dos fenómenos securitários ergueu desafios que, em virtude de não poderem ser atendidos por qualquer outra ciência (PEREIRA, 2019, p. 45), culminaram na emergência das Ciências Policiais (ELIAS, 2018, p. 52).

As Ciências Policiais podem ser definidas como o “estudo da produção de segurança pela Polícia” (CLEMENTE, 2015, p. 16) e é no seu âmago que se irá desenvolver o presente trabalho académico com o propósito de constituir um conhecimento válido e pertinente.

Esta dissertação de mestrado resulta de uma investigação que seguiu o método científico composto por diversos instrumentos. No entender de PAULA ESPÍRITO SANTO (2010, p. 11), o método compreende “[...] um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados e contexto de implementação [...]”.

Atendendo ao procedimento metodológico, construímos a presente investigação tendo como ponto de partida a *rutura* que representa um distanciamento reflexivo decorrente da necessidade do investigador se imiscuir da bagagem teórica que considera assistir-lhe (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2019). No entendimento de SANTOS SILVA (2009, pp. 29-30), “cumprir ao cientista, definir rigorosamente os seus conceitos, submeter as suas hipóteses à comprovação empírica e contrariar as interpretações vulgares [...]”.

Por conseguinte, em virtude do nosso objeto de estudo se debruçar sobre o fenómeno do furto por carteirista e, posteriormente, nos desafios que coloca à atuação policial, revela-se crucial o empenho na fase de *rutura*, tendo em conta que almejamos a validade e congruência dos resultados.

Para que se operacionalize tal distanciamento, há que elaborar uma pergunta de partida. Na opinião de QUIVY e CAMPENHOUDT (2019, p. 59), uma boa pergunta de partida deve ser realista, clara e pertinente. Assim, e no âmbito do presente trabalho, formulou-se a seguinte pergunta de partida: De que modo o turismo influencia a criminalidade de massa? Responder à pergunta de partida implica seguir o fio condutor, sendo para tal indispensável um levantamento do *estado da arte* e da revisão bibliográfica, assim como a realização de entrevistas exploratórias. Estas últimas possibilitam o acesso a [...] informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2019, p. 260). Pelo que foram concretizadas

entrevistas a cinco personalidades da Polícia de Segurança Pública (PSP) que mantêm contacto com o fenómeno do furto por carteirista em diferentes níveis da cadeia hierárquica, na intenção de apurar a perceção dos diferentes profissionais face a este tipo de crime.

Ao redor da pergunta de partida desencadeiam-se diferentes questões derivadas que se revelam estruturantes na edificação desta investigação. Estas questões vêm consumir a definição de três grandes eixos que representam os pilares deste trabalho.

O primeiro eixo formula-se com o intuito de atender às questões derivadas relativas aos novos desafios securitários, fruto de uma era global e dinâmica, tendo enfoque no setor turístico como uma recente indústria que imputa um incremento no ritmo a que as pessoas se movimentam por locais que desconhecem. Deste modo, problematizaremos a questão do crime em ambiências turísticas citadinas, bem como a qualidade de turista, no sentido de compreender se estes turistas se encontram mais predispostos, e porquê, a serem alvos de vitimações.

Num segundo eixo problemático aprofundaremos a criminalidade patrimonial e massificada, tomando por base o contexto do furto por carteirista, tentando compreender quais as características ambientais e populacionais que favorecem o delito, bem como quais os novos contornos que toldam este tipo de ação delituosa. Pretendendo inteirarmo-nos do crime quer do ponto de vista da ação criminosa e da sua organização, bem como da cobertura jurídica que sobre ele impende, no intento de acerrar se este se crime coaduna com as dinâmicas que atualmente subjazem ao ilícito.

Por fim, o terceiro eixo vem elencar as estratégias delineadas pela Polícia de Segurança Pública no intuito de lidar com a pequena criminalidade patrimonial, especificamente sobre o furto por carteirista, sendo abordadas e escrutinadas as medidas preventivas, a sua relevância, eficácia e operacionalidade. Assim como os principais desafios que a criminalidade de massa proporciona às Forças de Segurança, no sentido de ponderar se as estruturas policiais e jurídicas atuam no encontro das características que atendem à pequena criminalidade no plano hodierno.

Além da formulação da pergunta de partida e das respetivas questões derivadas, a formulação de hipóteses a serem testadas afigura-se como inerente a esta investigação. Neste sentido, pretendemos averiguar se o aumento do turismo intensifica a ocorrência de delitos patrimoniais, nomeadamente o furto por carteirista. É nossa intenção depreender quais as características que sobre os turistas impendem que os podem conotar como alvos preferenciais da criminalidade oportunista e massificada. No que concerne ao furto por carteirista, é nosso intuito averiguar se lhe atende um carácter itinerante e organizado. Por fim, é nossa intenção atestar se a Polícia de Segurança Pública tem estratégias eficazes no combate a este tipo de crime, bem como se a

estrutura do Sistema de Segurança Interna atende aos desafios da criminalidade de massa.

Na perspectiva de MARIA SARMENTO (2013, p. 8), o estudo descritivo, “[...] descreve fenómenos, identifica variáveis [...]”, estando sempre presente na recolha e análise bibliográfica. A nossa investigação constitui-se como um estudo descritivo, recorrendo a instrumentos metodológicos como a pesquisa, leitura e análise bibliográfica, o que a dota de um método científico e qualitativo.

Relativamente às opções ortográficas, a presente dissertação é redigida de acordo com o novo acordo ortográfico, vigente desde 2009 e firmado pelo Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa². No entanto, no que se refere a citações, excertos e bibliografia serão respeitadas as opções ortográficas dos mesmos, ainda que registem opções ortográficas diferentes, em virtude de terem sido escritas previamente à entrada do referido acordo ou por opção contrária à norma vigente.

No que se refere às citações em língua inglesa, estas encontrar-se-ão traduzidas para língua portuguesa, sendo a respetiva tradução da nossa inteira responsabilidade. Sem embargo, determinados conceitos, quer pela sua relevância, quer pelo risco de os desvirtuarmos aquando da tradução foram, propositadamente, incluídos na investigação na sua redação original.

Acresce que em virtude da atipicidade que se sobrepôs em 2020, nomeadamente à pandemia provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, e sob pena de nos levar a erróneas conclusões dos dados analisados, não nos debruçaremos sobre os dados e valores provisórios atinentes ao corrente ano.

Por fim, ressaltamos que com a intenção de possibilitar ao leitor uma perceção sistematizada do trabalho, foi carregada, sob a forma de anexos e apêndices, informação complementar importante, visando uma clarificação de cada área temática. No conjunto, os anexos e apêndices estão formalmente identificados quanto às respetivas fontes de obtenção de dados, com exceção de informação da nossa autoria.

² A este propósito *vide* RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 35/2008, de 29 de junho.

CAPÍTULO I

PORTUGAL UM DESTINO SEGURO

I.1. Da Segurança Esférica

A estanquicidade de um conceito augura naturalmente a sua inércia. Neste sentido, tal predicado não é de todo aplicável ao conceito de segurança. Tão dúctil quanto vulnerável, a segurança transforma-se na mesma medida em que são pensadas as sociedades e as relações internacionais (TOMÉ, 2010, p. 34).

De acordo com a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, a segurança é elucidada como o “ato ou efeito de segurar; afastamento de todo perigo, ou estado de pessoas ou coisas que os torna livre de perigo ou dano” (PEREIRA, 2016, p. 67).

Para GUERRA (2016, p. 122), a segurança reflete-se num “elemento da condição do bem-estar que se produz pelo controlo, redução ou supressão dos riscos”. Residindo na subjetividade de “estar ou sentir-se seguro perante ameaças ou perigos”³ (BOOTH, 2005, p. 13) por forma a que não se comprometa a liberdade de ação e vontade de uma sociedade (FERNANDES e BORGES, 2005, p. 77).

Segundo FERNANDES (2005) e GOMES (2008), o conceito de segurança constrói-se socialmente, dependendo de vetores tão polimorfos quanto os indivíduos, a sociedade e até o momento histórico em que é problematizado, pelo que a fluidez lhe é atinente.

Numa aceção diacrónica, ARAÚJO (2018, p. 25) destaca a segurança como um elemento indispensável na edificação das estruturas sociais, reconhecido desde sempre no processo de agregação social e refletido na capacidade de “[...] preservar aquilo de que se tem posse, ou seja, a vida, a liberdade e os bens, contra as lesões e tentativas de outros homens [...]” (LOCKE, 1988, p. 323).

Apartando-nos a um passado *vestefaliano*⁴, deparamo-nos com uma perspetiva tradicional do conceito de segurança (FERNANDES, 2005, p. 135) com a defesa da soberania do Estado a consumir o objetivo primordial da política de segurança

³ Considere-se “perigo (em sentido amplo) como a possibilidade, identificada e localizada, de uma ameaça se concretizar, dadas as condições gerais existentes, entendendo-se a ameaça como qualquer vetor potencial de danos, não localizado e impreciso” (ALVES, 2010, p. 47).

⁴ Os Tratados de Vestefália consubstanciaram-se num marco do século XVII. Concluídos simultaneamente nas cidades de Münster e Osnabrück, em 1648, determinaram o fim da Guerra dos 30 anos e o início da denominada Paz de Vestefália. Em resultado, consagrou-se a emancipação política e a autonomia dos países, terminando com o domínio imperial ou a imposição de uma ordem religiosa ou de conquista. Ficando assim estreitado o princípio de o Governo poder fazer a lei no seu território, subalternizando-se cada país às noções de não interferência, igualdade de princípio entre os Estados, respeito das fronteiras e reciprocidade. (ESTEVES e GOMES, 2008, p. 5; MOTA, 2012, p. 24).

(BRANDÃO, 2004, p.51), movendo-se numa base caracterizada por ser iminentemente “[...] pública, nacional e militar” ARMANDO MARQUES GUEDES e LUÍS ELIAS (2010, p. 28).

Sem embargo, esta conceptualização da segurança de final do século XX veio a falir paulatinamente. De acordo com ELIAS (2011, p. 14) e BRANDÃO (2003, p. 37), internacionalmente, a queda do Muro de Berlim, a implosão da União Soviética, o ruir da aliança dos países do Pacto de Varsóvia e o fim da Guerra Fria, não foram incólumes para a sociedade e política europeias, confluindo numa reestruturação e evolução societária e securitária que intensificou a reflexão e o debate alargado sobre o conceito de segurança e o modo como vinha sendo exercido.

O mundo bipolar favorecia as delimitações, dava rosto ao inimigo e soberania aos estados. Destarte, aquando do fim da Guerra Fria, fomos presenteados pelo esbatimento entre o que se definia ser externo e interno, pela globalização, pela emergência de novos atores internacionais (ELIAS, 2018, p. 177) e pelos inimigos não só externos, como internos e deslocalizados.

Neste sentido, desembocou-se numa atuação dos Estados num quadro internacional complexo, caracterizado pela interdependência, transnacionalização e desterritorialização das relações internacionais (LOURENÇO, 2013, p. 12).

Considerando EMMA ROTHCHILD (1995, p. 55), a noção de segurança foi submetida a não parcas alterações. No entender da autora, o alargamento e aprofundamento do conceito é redimensionado em quatro vertentes. Em primeiro lugar, numa vertente descendente, passando o conceito de segurança a tomar como foco o ator (a pessoa humana como objeto da segurança) e não o sector (militar, não-militar) (BRANDÃO, 2004, p. 51), anuindo-se que a segurança se constitui um bem comum, divulgada e assegurada através de um conjunto de convenções aceites socialmente (CORREIA, 2015, p. 8).

A segunda vertente tem um sentido ascendente, preconizando-se numa problematização ampliada dos fenómenos, ou seja, da segurança nacional para a segurança supranacional.

Num terceiro momento, de predicado horizontal, considerou-se que a confiança em estar seguro é garantida por um conjunto de condições sociais, económicas, materiais e políticas (FERNANDES, 2005, pp. 23–37). Neste sentido, estar seguro passou a depender do contributo da segurança política, da segurança ambiental, da segurança económica e da segurança social.

Por último, a vertente multifacetada alude a que a segurança tenha “vindo a ser delegada, partilhada, coproduzida” (ELIAS, 2011, p. 227), onde o Estado, embora sendo “objeto e agente da segurança” (BRANDÃO, 2015, p. 39), deixou de ser o único protagonista relevante no panorama securitário.

Neste sentido, GUEDES e ELIAS (2010, p.30) adjetivam o conceito de segurança como um conceito de *banda larga*⁵ que se imiscui nas denominadas *low politics*⁶ (WIRTZ, 2007, p. 338), onde o contributo para a segurança dos bens resultantes, por exemplo, das dimensões política, económica, ambiental e *societal* tem vindo a ser cada vez mais relevado (ELIAS, 2018, p. 177).

Pese embora o pluralismo de atores que passaram a contribuir para a segurança, o Estado e o poder político não se podem furtar à incumbência de estabelecer instrumentos e meios necessários para garantir a segurança, a paz e a harmonia dos cidadãos, constituindo a segurança “uma preocupação governativa vital das comunidades políticas” (DUQUE, 2015, p. 55).

Neste acervo, o conceito de segurança assume dignidade constitucional⁷ e positivação na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, como garantia – dada pelo Estado – do exercício das liberdades individuais de cada cidadão. Não obstante, o garante da segurança não se produz apenas numa “perspetiva positivada de direitos, envolvendo um sentido restritivo [...] do exercício das liberdades individuais” (PEREIRA, 2018, p. 1).

Segundo DIAS (2001, p. 23), o conceito de segurança só se consolida a par da conceção da liberdade, numa dicotomia de relevâncias pares.

Sem embargo, a liberdade assume-se como um vetor em expansão, catalisado por um outro fenómeno, a *Globalização*, que se constitui como um processo altamente complexo, multidimensional, (SIDERI, 1997, p. 8; BUCKLEY e GHOURI, 2004, p. 94) de evolução consubstancial nas últimas décadas (RAE e SOLLIE, 2007, p. 5) e difícil delimitação.

Ubíqua quanto aos setores em que se manifesta, a *Globalização* reflete-se nas interligações e fluxos económicos, políticos, culturais, ambientais e ideológicos globais (SANTOS, 2015, p. 629), desmoralizando o conceito de *fronteira*.

De acordo com o sociólogo britânico ANTHONY GIDDENS, a globalização apresenta-se como uma das consequências da modernidade, adjetivada pela capacidade de intensificar as “relações sociais à escala mundial, ligando locais distantes

⁵ A adjetivação da segurança enquanto conceito de *banda larga* visa expor que o domínio das questões securitárias deixou de pertencer inteiramente aos Estados. GUEDES e ELIAS (2010) defendem que a segurança passou a depender do contributo de instituições públicas e privadas, da sociedade local e civil, de instituições e organizações internacionais, sejam elas de Estados vizinhos, entidades intergovernamentais ou supranacionais. Tais alterações confluíram para que se passasse a atribuir à segurança um carácter multidisciplinar, em que para além dos Estudos Policiais, do Direito e da Psicologia, também para as Relações Internacionais passou a ser objeto de estudo. (2010, p. 30).

⁶ Designam-se por *Low Politics* as políticas públicas que aludem, a título de exemplo, às questões relacionadas com o ambiente, a energia, os fluxos migratórios, a sobrepopulação e a saúde que, apesar de serem consideradas como possíveis focos de problemas, raramente são encaradas como um risco ou ameaça para a segurança internacional (WIRTZ, 2007, p. 338).

⁷ Cfr. art.º 27 DECRETO de 10 de abril de 1976 que aprova a Constituição da República Portuguesa, revista através da Lei de Revisão Constitucional n.º 1/XIX/82, 1/VII/89, 1/XI/92, 1/XII/2012, 1/VII/2004 e 1/VIII/2005 - Direito à Liberdade e à Segurança.

de tal modo que acontecimentos locais são moldados e influenciados por outros acontecimentos ocorridos em locais distantes.” (1990, p. 60). Incutindo simultaneamente nas pessoas uma consciência de interligação do regional ao que é distante e indeterminado (STEGEER, 2003, p. 22) como um cenário de permanente interação (ROBERTSON, 1992, p. 8).

Na envolvimento desta proximidade urgem novas oportunidades mas também desafios, num rescaldo mormente agriçoce. Na apreciação de FREITAS *et al.* (2013, p. 1503) a globalização é um “sistema assaz complexo e contraditório, na medida em que se baseia e se desenvolve entre dois processos aparentemente antagónicos: um de *homogeneização*, vinculado à noção de universal; outro de *diferenciação*, vinculado à ideia de regional”.

Na reflexão de ANTHONY GIDDENS (1992), vem-se assistindo a uma difusão do ocidentalismo que consequente asfixia outras culturas menos representativas, assistindo-se a uma interdependência mundial onde proliferam novas formas de *risco* e *perigo*.

Deste modo, a era da informação vê-se a braços com os impactos espoletados pela tendência global, atuando de forma a gerir e perspetivar as suas consequências. A “conectividade, a interligação e o relacionamento entre diferentes regiões do globo” (ELIAS, 2012, p. 219) são dados adquiridos emergentes do encurtamento das dinâmicas espaciais e temporais (WATERS, 2002, p. 3) revolucionando as dinâmicas sociais.

Esta sociedade conexa e interdependente atua em rede (CASTELS, 2002, p. 607), pelo que, o eco entre a ação e a consequência se torna mais amplo e intenso. Por conseguinte, há uma potenciação de fenómenos e acontecimentos, quer dos que nos beneficiam e favorecem, quer daqueles que nos afetam negativamente.

Da congregação dos conceitos expostos depreende-se que o fenómeno global trouxe desafios ao espectro securitário essencialmente por permeabilizar a transação de riscos e ameaças (TEIXEIRA, LOURENÇO e PIÇARRA, 2006, p. 5).

Desta feita, enveredou-se por uma segurança densificada em que “a segurança das pessoas e de bens é dos valores estrategicamente mais relevantes, porque pode colocar em crise a confiança no Estado e nas suas instituições” (FONTES, 2015, p. 42). A “segurança é uma questão de Estado, mas, mais do que isso, é um Bem Público. Sem segurança não há desenvolvimento económico. Sem segurança não há democracia [...]. A segurança é condição da liberdade como liberdade é condição da Democracia” (TEIXEIRA, 2002, p. 10).

Em súmula, de acordo com CORREIA (2018, p. 141) a dimensão securitária voltou-se ao indivíduo, numa missão estadual cujo escopo se estende ao patamar do

bem-estar social, em que, pese embora o contributo de novos atores, continua a segurança a ser tida como iminentemente litúrgica, ou seja afeta ao Estado.

I.2. Turismo: Um Conceito Pouco Estanque

No entender de MARUJO e CARVALHO (2010, p. 148), “(...) o turismo é um dos fenómenos mais importantes do ponto de vista político, económico, ambiental e sociocultural” a que no século XXI, por virtude da globalização, estamos direta ou indiretamente expostos (CRAVIDÃO, 2011, p. 36).

Diacronicamente, os primórdios do lazer como mote de viagem remontam aos impérios babilónicos e egípcios (KHAJURIA e KHANNA, 2014, p. 77). Não obstante, a prática turística deflora a partir de um princípio elitista mediado pelo gosto, curiosidade e prazer em descobrir outras pessoas e outros lugares (LOLOUM, 2010, p. 12). Para o efeito, no século XVII foi paradigmático o *Grand Tour*⁸, prática que dizia respeito às viagens realizadas por estudantes aristocratas ingleses (MILHEIRO e MELO, 2005, p. 115) consideradas um evento de excelência cultural e intelectual que, dignificou o ato de viajar como um instrumento valioso para a aprendizagem e intelecto (BRITO, 2017, p. 3)⁹.

Ainda de acordo com BRITO (2003, p. 220), quer ao nível dos meios de transporte, quer das dinâmicas laborais, a revolução industrial veio incrementar a oportunidade de viajar, o que impulsionou o setor turístico no século XIX.

Neste sentido, destacamos o emergir da chamada *turistificação* (JOAQUIM, 1995, p. 42) alimentada por um quotidiano que passou a prezar o tempo livre e a valorar o lazer, sendo rompidas as cláusulas fechadas de acesso ao turismo numa democratização da atividade (FORTUNA e FERREIRA, 1996 *cit in* BRITO, 2017, p. 3).

Consequentemente, em meados do século XX manifesta-se uma massificação do turismo enquanto fenómeno grupal e genérico (JOAQUIM, 1995). Tal tendência vem

⁸ Inspirado pelas viagens do período renascentista, o *Grand Tour* é passível de ser considerado o precursor do Turismo Cultural. Com origem no séc. XVII e cunho britânico, respeitava às deslocações realizadas por jovens aristocratas ingleses, do sexo masculino, cuja formação académica atendesse às áreas da política, governança e diplomacia. A juventude aristocrata enveredava pela Europa durante um período de dois a três anos, num ritual de formação cultural, conceituado ao ponto da alta sociedade inglesa considerar detentos de cultura apenas aqueles que tivessem a sua educação ou formação profissional coroada por um *Grand Tour*. Os principais destinos consistiam na cidade de Paris e Sul de França, os Países Baixos, os Alpes Suíços, Viena, Praga e Itália. (MILHEIRO, 2005, pp. 115 - 117).

⁹ Do ponto de vista terminológico, o *Grand Tour* vai originar as expressões *tourisme*, *touristique*, *touriste*. (BRITO, 2017, p. 3).

caindo em desuso, eclodindo hodiernamente num tipo de turismo que pretere o padronizado face ao individualizado (BRITO, 2017, pp. 3-4)

Quanto ao conceito de turismo, em razão da realidade globalizada passou a estreitar-se a quase todos os sectores da atividade social humana (BENI, 2011, p. 21), manifestando-se como um fenómeno difícil de se subscrever numa única definição.

Reporta-se a 1911 uma das primeiras definições de turismo com valor científico: o austríaco HERMAN VON SCULLERN SCHRATTENHOFEN, considera que o turismo se refere ao “conjunto de processos de carácter económico que os turistas desenvolvem, desde a sua chegada até à sua partida, dentro de um país ou região” (BARRETO, 1995, p. 9).

Destarte, o empoderamento da dimensão económica enlevado pela definição *subjúdice* negligencia, de certo modo, todas as outras áreas com que o turismo interage. Com base nesse argumento, expomos uma abordagem mais ampla desenvolvida por WALTER HUNZIKER e KURT KRAPF, em 1942. Segundo os autores, o turismo diz respeito ao “conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal” (CUNHA e ABRANTES, 2013, p. 16).

Atentando às definições apresentadas, depreendemos o postulado por COSTA (2005, p. 282), defendendo que ao final da segunda metade do século XX o turismo foi exclusivamente definido pelo lado da procura, vindo a referência à oferta a ser integrada somente nos anos subsequentes.

Desta forma, BURKART e MEDLIK (1981, p. 319) configuram o turismo como os deslocamentos curtos e temporais de pessoas para destinos fora do lugar de residência e de trabalho, bem como as atividades empreendidas durante a estadia nesses destinos.

Por outro lado, MATHIESON e WALL (1985, p. 43) vieram definir o turismo como um movimento temporário de pessoas, por períodos inferiores a um ano, para destinos distintos do local de residência e de trabalho, as atividades intentadas durante a estadia e as facilidades que são criadas para satisfazer as necessidades dos turistas, bem como os impactos para o país recetor que é gerado por estas movimentações.

Ainda sob a égide da oferta, LEIPER (1979, pp. 403-404) vem analisar o turismo mediante três sistemas dominantes: os geradores de turismo; as regiões em trânsito e; as regiões de destino. Para o autor, a complexidade do fenómeno reside no sistema recetor que é tanto mais atrativo consoante a garantia dos bens e valores sociais, políticos, securitários, culturais, patrimoniais e ambientais.

Apesar da relevância da oferta, em 2003 a Organização Mundial do Turismo (OMT) apresentava o turismo como as “atividades das pessoas que viajam e

permanecem em lugares fora do ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos” (OMT, 2003, p. 18). Uma definição que “apenas inclui no turismo atividades desenvolvidas pelos visitantes, com esquecimento de todo o complexo de atividade produtora de bens e serviços criados para servir de forma direta ou indiretamente os visitantes” (CUNHA e ABRANTES, 2013, p. 17).

Face à dicotomia oferta e procura, podemos aferir uma bipartição quanto à objetivação do conceito de turismo. Assim, de acordo com THEOBALD (2002) e numa perspetiva conceptual, centram-se esforços no escopo de se agregar a teoria necessária por forma a caracterizar e diferenciar o turismo das restantes atividades. Por outro lado, do ponto de vista técnico, almeja-se a parametrização estatística e legislativa, investindo-se no desenvolvimento de instrumentos de medida que assegurem o rigor dos dados auferidos.

Por fim, destacamos o sentido apresentado por CUNHA e ABRANTES (2013, p. 17), onde estes autores vêm completar conceptualmente a definição avançada pela OMT, introduzindo elementos que afiguram como imprescindíveis, traduzindo o turismo como o “conjunto de atividades desenvolvidas pelos visitantes em razão das suas deslocações, as atrações e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenómenos resultantes de umas e de outras”.

Em sùmula, reconhecemos o turismo como um setor em pleno desenvolvimento, ávido de debate e manifestamente complexo, mormente pelas interações geradas, quer no âmbito da oferta, quer da procura. A este respeito, apresentamos ainda um breve registo dedicado à diferente oferta turística, por forma a expormos a polimorfia do setor.

Nesta ótica, a OMT (2003) vem apresentar a existência de múltiplas formas de turismo. Pelo que, tendo em conta um referencial qualificativo baseado na deslocação do turista, identificamos três tipos de turismo. O primeiro, denominado de turismo doméstico ou interno, contempla o turismo efetuado por cidadãos no país de origem. O segundo tipo diz respeito ao turismo em que os cidadãos de um país se deslocam para outro usufruindo da sua oferta turística. Por fim, o terceiro tipo é o turismo emissor, que se caracteriza por um múltiplo cruzamento de fronteiras, ou seja, a ação de, numa viagem, conhecer diversos países.

Considerando que a oferta está intimamente relacionada com procura, verifica-se uma “relação direta entre os motivos que levam as pessoas a viajar e as características dos diversos destinos, podendo (...) concluir-se que o sucesso de um destino poderá depender da sua capacidade para dar resposta a motivações diversificadas” (CUNHA e ABRANTES, 2013, p. 32).

No seguimento do acima mencionado, CUNHA e ABRANTES (2013) elencam seis distintos tipos de turismo: o turismo de repouso, o turismo cultural, o turismo étnico, o

turismo de natureza, o turismo de negócios e o turismo desportivo. Pese embora o exposto, os autores vinculam-se à razão do turismo como setor em permanente mutação, não se esgotando nos seis tipos de turismo que identificam. Referem ainda que por ser uma tipificação baseada na motivação do turista em viajar, um destino pode conjugar várias tipologias, demonstrando-se a inter-relação entre os vários tipos de turismo.

I.2.1 Turismo em Portugal, outrora *Sun, Sand and Sea*

À semelhança do sucedido internacionalmente, o turismo em Portugal acompanhou as tendências externas, defluindo na vereda do conturbado século XX (MILHEIRO e SANTOS, 2005, p. 119).

Neste sentido, a entrada no século XX ladeada pelo despertar da revolução industrial veio possibilitar condições económicas mais profícuas, assim como a entrada da mulher no mercado laboral, pelo que os “banhos e os passeios nas termas e nas praias, excursões, piqueniques e visitas culturais contam-se entre as novas práticas que se difundiram entre todas as camadas sociais” (LOUSADA e PIRES, 2010, p. 70).

No que concerne ao turismo externo, o desenvolvimento foi motivado pela veemente necessidade de fazer face à grave crise económica que, à data, assolava o país (CUNHA, 2010, p. 127). Neste encalce, como consequência de iniciativa privada, funda-se a Sociedade Propaganda de Portugal (SPP), em 1906, que é passível de se considerar como o marco que espoleta o setor do turismo em Portugal (BARROS, 2015, p. 27)

Assim, a primeira aposta portuguesa para a dinamização do turismo sustentou-se estrategicamente na localização geográfica do país. Desta feita, almejou-se “transformar Lisboa num centro de tráfego internacional” intentando-se a consagração da capital portuguesa numa “plataforma das relações entre o centro europeu e o continente americano”¹⁰ (CUNHA, 2010, p. 133).

A divulgação nacional era perentória pelo que, em 1911, Lisboa tornou-se anfitriã do IV Congresso Internacional de Turismo. Todavia, a publicitação foi insuficiente tendo em conta a instabilidade política e a falta de estruturas que possibilitassem um acesso condigno aos valores nacionais¹¹.

¹⁰ A título de exemplo, é criado o slogan “*Portugal, the shortest way between America and Europe*” que integrava o primeiro cartaz turístico editado em Portugal, de 1907 (CUNHA, 2010, p. 133). Vide ANEXO I.

¹¹ Época conturbada do ponto de vista político, a queda da monarquia e a sucessão de governos indiciava a instabilidade que assolava o país e desencorajava a deslocação adventícia (CONSELHO SECTORIAL DO TURISMO, 2001).

Neste contexto, são investidos esforços no intuito de apresentar ao exterior um valor turístico de relevo, surgindo o Estoril como o primeiro centro turístico português (MILHEIRO e SANTOS, 2005, p. 120)¹².

O período do Estado Novo trouxe uma maior contenção à dinamização turística. O setor é centralizado pelo poder estatal e a intendência sob os estrangeiros grada-se (ARROTEIA, J. 1994; MILHEIRO e SANTOS, 2005, p. 121; RIBEIRO, 2017, p. 6). Apesar de mais contida a crença no turismo, de acordo com CUNHA (2010, p. 127), a economia portuguesa demandava por proveitos económicos, o que obrigou à retirada dos freios sobre o setor. Em virtude de maior liberdade, em 1964 Portugal atinge, pela primeira vez, um milhão de visitantes.

Segundo DANIEL (2010, p. 255), a partir da década de 60 do séc. XX, o país sedimenta o turismo com base no tradicional atrativo de “*sol e mar*”, também denominado por turismo dos “3S’s” – *Sun, Sea and Sand*¹³, emergindo o Algarve como destino de referência.

De acordo com MILHEIRO e SANTOS (2005, p. 122), o apeamento do Estado Novo culmina numa redução drástica do turismo externo que só se restabelece no final da década de 70, em oposição ao turismo interno que deflora no período pós-turmo à revolução de abril. Este período de quebra permitiu “estudar e organizar métodos inovadores e preparar procedimentos técnicos que se adequassem às especificidades da promoção turística que o tempo impunha” (MARQUES, 2012, p. 156). O novo panorama político creditava o turismo de maior relevância, empenhando esforços no sentido de criar um turismo de qualidade assente numa visão estratégica e ponderada.

Não obstante, as principais apostas portuguesas, muito dependentes do Algarve, tinham forte concorrência estrangeira, como por exemplo em França, na Grécia e em Espanha, sendo que a semelhante oferta associada à excessiva exploração do produto “*sol e mar*” originaria uma quebra do turismo no início dos anos 90 (CUNHA, 1997).

O país tem a necessidade de diversificar a sua oferta e repensar estrategicamente este âmbito. Neste sentido, investindo-se na formação, em

¹² De acordo com MILHEIRO e SANTOS (2005, p. 120), trata-se do primeiro projeto português destinado a organizar um espaço verde num palco de atrações e serviços devotos ao turismo. Entenda-se por atrações o clima, a praia e as termas, as diversões e os desportos. Os serviços disponíveis consistiam em hotéis, balneários, instalações desportivas (ténis, croquet, cricket, futebol e esgrima), o casino, o golfe, hipódromo, campo de tiro e um enorme parque. Através desta iniciativa, foram criados e incrementados os acessos ao Estoril, quer por via marítima, quer terrestre, nomeadamente pelo comboio eletrificado que veio conectar Portugal com o centro da Europa.

¹³ O produto oferecido por um destino turístico pode ser categorizado de acordo com as dez seguintes expressões: *sun, sea, sand, shopping, sanitary, search, scenery, sanctuary, saturnalia, schooling*. Assim, a prática turística está ligada à praia (*sun, sea, sand*), ao ambiente através das praias, mas principalmente das paisagens (*scenery*), ao bem-estar (*sanitary*), ao conhecimento e cultura (*search, sanctuary e schooling*) mas também à diversão (*saturnalia, shopping*) (VIEIRA, 1997).

infraestruturas e organismos oficiais¹⁴, implode o setor turístico, dotando-o de maior qualidade. Portugal entra para a União Europeia em 1986, o que aproxima o país das potências internacionais, sendo anfitrião de grandes eventos perentórios para a exposição além-fronteiras dos valores turísticos nacionais¹⁵, dinamizando o turismo numa espiral em crescendo.

Neste acervo, CUNHA (2013) defende que a evolução do turismo em Portugal atende a um modelo esquemático agrupado em quatro fases equiparadas a um ciclo de vida: o período da *Infância* (1900-1950), da *Adolescência* (1950- 1963), a *Maioridade* (1963-1973) e a *Maturidade* (1974-2000). Em complemento, CARVALHO (2015, p. 36) sugere o acrescento de uma quinta fase, a *pós-maturidade*, onde se prestam as preocupações com o desenvolvimento sustentável e com questões sociais generalizadas, tendo em conta os novos tipos de turista, incluindo aqueles que têm necessidades especiais no que respeita à mobilidade.

A este encontro, CUNHA (2011, p. 12) alude à transmutação do turismo numa ótica de valoração da cultura portuguesa, bem como do património, configurando desta forma um *Novo Turismo* caracterizado por três novos S – *Sophistication*, *Specialization* e *Satisfaction*.

No que concerne ao plano hodierno, Portugal foi em 2017, 2018 e 2019 distinguido pela *World Travel Awards* como o melhor destino turístico do mundo.

Atentando aos dados do Conselho Mundial do Turismo e Viagens (WTTC – *World Travel & Tourism Council*), em 2018, Portugal foi o país europeu com maior crescimento no setor do turismo e viagens, sublinhando-se o forte crescimento dos mercados não tradicionais, como os Estados Unidos, o Canadá, a China ou o Brasil.

Tendo por base os dados das Estatísticas do Turismo de 2018, o país mais ocidental da Europa somou 16,6 mil milhões de euros em receitas, ocupando a quinta posição entre os países com maior saldo (11,9 mil milhões de euros) na balança turística da União Europeia (INE, 2019, p. 18). Refira-se ainda que o número de turistas não residentes a viajar para Portugal em 2018 foi de 22,8 milhões.

Quanto aos principais mercados emissores, assumem protagonismo o Reino Unido, a França, a Espanha e a Alemanha (INE, 2019, p. 21), sendo a permanência no território nacional, em média, de 2,77 dias (INE, 2019, p. 31). Estes números aludem à

¹⁴ Em 1986 é promulgado o primeiro Plano Nacional de Turismo para o quadriénio 1986-1989 que, mesmo com algumas limitações, propõe uma atuação concertada em áreas fulcrais como o ordenamento territorial, o termalismo, a animação, a formação, o investimento e a promoção. Em 1994, Lisboa torna-se Capital Europeia da Cultura, e em 1995 é criada a Confederação do Turismo Português. No ano seguinte é apresentado o Inventário dos Recursos Turísticos do país. Em 1998, Portugal vem exercer o mandato inerente à presidência do Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo (OMT) (MILHEIRO e SANTOS, 2005).

relevância do turismo para a economia nacional, tendo as receitas turísticas representado um contributo de 8,2% para o produto interno bruto português. O setor turístico destaca-se como a maior atividade económica exportadora do país, totalizando 18,6% das exportações nacionais. Com o turismo, em 2018, foram assegurados 328,5 mil postos de emprego, o que representa 6,7% da economia nacional.

Pelos valores descritos anteriormente, depreende-se a categórica necessidade de abordar o turismo de um ponto de vista estratégico pois o setor tem inerente a fastigiosa possibilidade entorpecer nos desígnios da estagnação.

De acordo com BUTLER (1980, p. 10)¹⁶ para contrariar a estagnação devem ser aplicadas resoluções criativas e inovadoras que deslindem metamorfoses alternativas e complementares ao produto previamente existente e oferecido, tratando-se de um caminho e simultaneamente uma renovação necessária à continua rentabilização turística do destino.

Neste âmbito, destacamos a Estratégia do Turismo 2027 (ET2027), aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro, que se consubstancia como um referencial estratégico para o turismo em Portugal.

O documento em questão vem afirmar o turismo como principal motor da economia portuguesa destacando cinco eixos estratégicos: a valoração do território; o impulsionamento da economia; a potenciação do conhecimento; a geração de redes de conectividade; e, por último, a projeção internacional do país¹⁷.

Pese embora o relevo do turismo contemporaneamente, a ambição do setor é no sentido do crescimento, definindo metas de sustentabilidade económica na órbita das 80 milhões de dormidas e, ainda, 26,6 mil milhões de euros em receitas até 2027 (ET2027, 2017, p. 6). Em função desses propósitos, são elencados dez atrativos turísticos estratégicos, tais como as pessoas que prestam os serviços e expõem a cultura portuguesa, o clima e a luz convidativos, a história e a cultura lusitanas, o mar, a natureza, os recursos hídricos, a gastronomia e os vinhos, os eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios, o bem-estar e, por fim, *living* – viver em Portugal (ET2017, 2017, p. 47-49).

A conceção estratégica de Portugal vem reforçar uma maior amplitude de ofertas no ímpeto de se apartar da sazonalidade¹⁸, mais propensa nos destinos turísticos

¹⁶ RICHARD BUTLER desenvolve o modelo TALC (*Tourism Area Life Cycle*) no escopo de descrever a evolução de um destino turístico (COELHO e BUTLER, 2012). O modelo proposto por BUTLER congrega seis estados: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio. O estado de cada valor turístico é determinado e caracterizado tendo em conta o contexto ambiental, sociocultural e económico, como determinantes para caracterizar essa evolução (COELHO e LOURENÇO, 2015).

¹⁷ Cfr. ANEXO II.

¹⁸ Segundo BUTLER (1994, p. 332) a sazonalidade é um “desequilíbrio temporal no fenómeno do turismo que pode ser expresso em certos elementos, tais como, dimensões de número de visitantes, despesas de visitantes, tráfego nas

dependentes dos valores “*sol e mar*” (DANIEL, 2010, 265), porém associada ao turismo de um modo geral (SMITH, 1989, p. 8; RUSCHMANN, 2008, p. 23). Para tal, aposta-se na expansão do setor a outras regiões do país para além das áreas citadinas e litorais¹⁹, bem como a outros valores turísticos.

Preconiza MACCANNEL (2003, p. 3) que o anseio por experiências turísticas autênticas como um dos principais fatores na escolha dos destinos turísticos a visitar. A este encontro emerge o conceito de turismo urbano como uma tendência atual do turismo, vinculada a uma oferta diversificada e intelectualmente estimulante, podendo ser definido como um “fenómeno sociológico e antropológico que se orienta para centros urbanos e áreas com valor histórico, patrimonial e cultural” (COSTA e ALBUQUERQUE, 2017, p. 419).

A nova dimensão do turismo urbano em Portugal encontra-se particularmente bem espelhada no turismo que se observa em Lisboa e no Porto, onde a procura orienta-se para a cultura e para o património. Porém, o produto final carece do complemento de uma vasta panóplia de serviços e de recursos, entre os quais: os ambientes cuidados, espaços urbanos abertos, entretenimento, bares e restaurantes, espetáculos, artes e emoções, como forma de destrinça da cidade face às demais.

Pelo que, de acordo com o Plano Estratégico de Turismo para a Região de Lisboa 2020-2024 (PETRL), a cidade de Lisboa totaliza 26% das dormidas a nível nacional, o que constitui um indicador positivo tendo em conta que as regiões urbanas, normalmente destinos *city breaks* como é o caso de Lisboa, são palco de visitas mais curtas, o que conflui para um menor valor no indicador das dormidas. Segundo os valores da ET2019 em 2018, Lisboa tinha uma estadia média de 2,33 noites. Ainda assim, a região de Lisboa recebe aproximadamente 30% dos hóspedes totais do país, sendo a cidade europeia com maior ritmo médio de crescimento, tendo atingindo os 5,4 milhões de hóspedes em 2018 (PETRL, 2019).

Logo, é inegável a relevância do turismo para o espectro nacional. O número de turistas em Portugal aproxima-se do dobro da população nacional, pretendendo-se estrategicamente a subida deste valor. O setor turístico almeja-se autêntico, sendo dependente de estruturas que o singularizem, o que se revela um desafio e simultaneamente uma oportunidade. A cidade de Lisboa é o destino nacional com maior protagonismo no setor, um destino em voga, plataforma de oportunidades e palco de desafios.

autoestradas e outras formas de transporte e emprego”. Em Portugal a sazonalidade tem o apogeu nos meses de verão, todavia o pico sazonal tem tendido a aplanar, vide Gráfico IV do ANEXO III.

¹⁹ Em 2018, as áreas costeiras concentraram 84,8% do total das dormidas no país (INE, 2019, p. 37), porém o turismo no interior e espaços rurais teve um aumento de 6,8% face a 2017, o que se traduziu em 848,7 mil hóspedes (INE, 2019, p. 33). Vide Tabela II do ANEXO III.

I.3 Turismo, *Surety* e Crime

Como vimos a identificar, o turismo quer-se autêntico, permitindo que aqueles que visitam determinado lugar possam não só desfrutar de experiências, como também vivê-las. Tal execução da atividade turística está repleta de desafios, nomeadamente de desafios securitários (PEREIRA *et al.* 2016, p. 4).

No entender de GRUNEWALD (2012, p. 146) e de GOLLO (2004, p. 14) sem uma forte sedimentação da segurança torna-se insustentável a edificação do turismo. Isto porque a indústria turística é das mais sensíveis ao barómetro securitário.

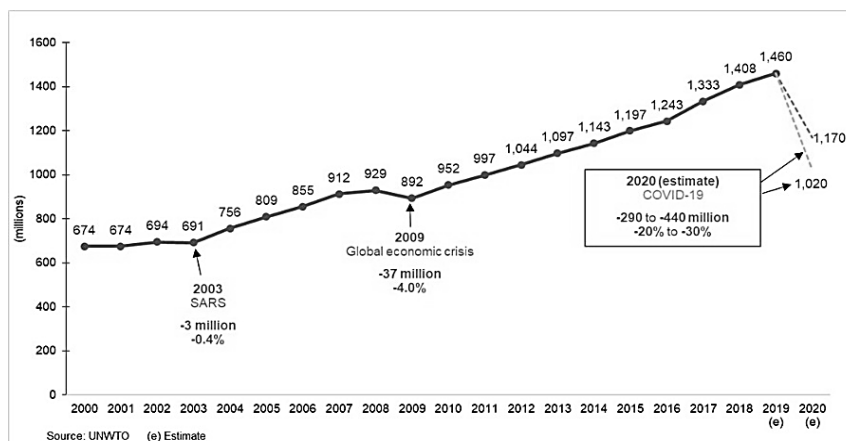
A título de exemplo, antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, o turismo estava em vias de se consagrar a principal atividade económica mundial (DENÉCÉ e MEYER, 2006). Tal evento paradigmático despertou o turismo para as vulnerabilidades que lhe atendiam, bem como para os riscos que lhe afrontavam, critérios que até então não eram tidos em consciência (COELHO, LOPES e LIMA, 2017, p. 7; TARLOW, 2014, p. 7; HALL, TIMOTHY e DUVAL, 2003, p. 2) de forma tão densa.

Enquadrando a conjuntura contemporânea, demarcamos a capacidade paralisadora da vertente *safety* face à indústria turística e todas as que lhe são adjacentes (BUDKE e JAMAL, 2020, p. 3).

Numa analepse a 2003, a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) alargou-se a 26 países, totalizando oito milhares de infetados e cominou num decréscimo de 1.2% no total das chegadas mundiais, tendo prejudicado o turismo do Este asiático com quebras na ordem dos 40% (SMITH, 2006, p. 55).

Em 2019, dissemina-se pandemia associada à doença do COVID-19, com origem na China estendeu-se aos cinco continentes, culminando numa paralisação mundial. De acordo com o *World Travel & Tourism Council* (WTTC) estão em causa mais de 75 milhões de postos de trabalho afetos ao turismo, prevendo-se um impacto económico cinco vezes superior ao causado pela crise económica de 2008 e uma redução do número de turistas na ordem dos 440 milhões de visitantes (WTTC, 2020) o que conflui, segundo as estimativas da Organização Mundial de Turismo (OMT), numa perda estimada entre 300 e 400 biliões de dólares em receitas turísticas (OMT, 2020).

GRÁFICO 1 - Previsão das Chegadas de Turistas Internacionais em 2020



Fonte: OMT, março de 2020.

Neste sentido, se anteriormente as teorias da procura apontavam como fatores determinantes para a escolha de um destino turístico a situação política do país, o custo das dormidas/alojamento, as campanhas de *marketing*, o valor das viagens e as taxas de câmbio (CROES, 2005, p. 256), Hoje, variáveis como *security* e *safety*²⁰ tomaram protagonismo na panóplia de requisitos intrínsecos de um destino turístico, suplantando os demais (FOWLER *et al.*, 2012, p. 329; GLAESSER, 2003, p. 72) e afigurando-se determinantes para a competitividade do mesmo (GRUNEWALD, 2012, p. 144).

A este propósito e de acordo com TARLOW (2014, p. 11), se noutros contextos e setores é possível a partição entre as dimensões *security* e *safety*, no caso do setor turístico tais não se apartam, pelo contrário, fundem-se no conceito de *surety*.

Portanto, *surety* assenta no pressuposto de que qualquer acontecimento negativo, quer relativo à vertente *security* ou *safety*, tem a capacidade de arruinar a experiência turística com consequências negativas para a indústria em causa, quer nessa região (TARLOW, 2009, p. 469), quer a nível global, dependendo da abrangência e do tipo de fenómeno.

²⁰ Os conceitos de *Security* e *Safety* têm uma matriz anglo-saxónica, não existindo na doutrina portuguesa tradução para os mesmos. Por este motivo utiliza-se apenas o vocábulo *segurança*, que as designa em complementaridade como presente no n.º 3 do art.º 1 da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. Assim, refere-se *safety* a uma vertente de proteção e socorro e *security* à proteção de pessoas e bens face a ações humanas voluntárias (ELIAS, 2012b). De acordo com MONIZ, a segurança *safety* visa a proteção de pessoas e bens de sinistros que resultam de fatores dependente ou independente da ação humana sem intenção de provocá-los, enquanto a segurança *security* remete para a segurança contra os atos ilícitos, visando a proteção de pessoas e bens de sinistros que resultem de uma ação humana intencional (MONIZ, 2013, p.13).

Desta forma, “*tourism surety* consubstancia-se no ponto onde as dimensões *security*, *safety*, a reputação turística e a viabilidade económica se entrecruzam”²¹ (TARLOW, 2009, p. 469).

Neste sentido, a abrangência do conceito diz respeito à proteção do turista, à proteção da indústria turística, à proteção dos espaços ou lugares de atração, à proteção da economia, à proteção ecológica/ambiental, à proteção da reputação e imagem do destino (TARLOW, 2011, p. 44).

Face ao exposto, depreendemos a complexidade atinente à segurança de um destino turístico, que, de acordo com TARLOW (2014, p. 12), se estende para além da atuação policial. LÓPEZ (2003, pp. 1-3) elenca os cinco pilares da segurança turística: o transporte, a distribuição, os serviços públicos, o alojamento e o lazer. A não proteção destes setores auferir consequências, preconizando os autores PIZAM e MANSFELD (2006, p. 17) seis distintos impactos, negativos e plurifacetados, manifestados por uma indústria turística fragilizada quanto à dimensão securitária. Neste acervo, em primeiro lugar espera-se um impacto no destino turístico em si, resultante da diminuição da procura. Em segundo lugar, verifica-se um condicionamento do comportamento do turista que, perante a ideia de insegurança, se coíbe de certos comportamentos, nomeadamente acorrer ao destino. Em terceiro lugar, dada a diminuição da procura, a indústria passa a poder atender a menos serviços satélites ao setor, o que resulta numa diminuição da rede laboral. O quarto lugar é referente à posição e relevância que o turismo tem para a economia dos países, neste âmbito uma quebra turística tem implicações ao nível das medidas políticas.

Em quinto lugar, a perpetuação de uma imagem negativa leva a que os governos emissores indiciem esses destinos como menos atrativos. Segundo os autores, o aumento da insegurança influencia negativamente a avaliação do risco efetuada e divulgada pelos governos dos países de origem dos turistas.

Por último, é de relevar o papel da comunicação social no modo como divulga e transmite o destino turístico que, sob o escopo do valor de notícia, pode desvirtuar a factualidade e providenciar referências enviesadas e substancialmente mais negativas, declinando, consequentemente, a procura turística.

Apesar da multidisciplinariedade atinente à *segurança turística*, a componente criminógena é dotada de especial acuidade, sendo assinalada uma relação entre o crime e o turismo (BRÁS, 2012, p. 86). A este respeito, LANKFORD (1996) preconiza tratar-se de uma correspondência diretamente proporcional, ou seja, ao aumento do número

de turistas corresponde um aumento do número de crimes. Por sua vez, BRÁS (2009), cuida que o tipo de destino e turismo praticado têm influência sobre o número de crimes nos locais turísticos.

O incremento do setor turístico pode influenciar o número de crimes de formas distintas (GRINOLS, MUSTARD e STAHA, 2009, p. 13). Por um lado, promovendo a criação de serviços e empregos, gerando desenvolvimento económico e social (THEOBALD, 2002, p. 81) o que tem como resultado uma diminuição da criminalidade. Por outro, o turismo pode favorecer a oportunidade de crime com rápida recompensa dos meliantes, refletindo-se num superior registo de ilicitudes cometidas.

Neste sentido, PIZAM (1999) e KORSTANJE (2015, p. 2) defendem como principal motivação para o cometimento de crimes contra turistas motivos económicos, pois o criminoso vê no turista um alvo fácil, logo garantia de sucesso.

Em regra, de acordo com BRÁS e RODRIGUES (2010, p. 61), nos crimes contra turistas verificamos que o turista é uma vítima accidental, onde os ilícitos são desferidos contra uma categoria de indivíduos (ÁGUAS e BRÁS, 2007, p. 100) e, na grande maioria, no sentido de tomar posse daquilo que os lesados têm e trazem, não necessariamente em ferir outros bens jurídicos que os respeitantes à propriedade.

De acordo com TARLOW e MUESHAM (1996), esta criminalidade insere-se na categoria dos *crimes de oportunidade*, perpetrados por vezes com recurso à violência, onde a vítima se constitui mais propriamente um alvo do qual o meliante pretende alguma forma de gratificação, económica, psicológica ou sexual. O autor defende também a categorização de *crimes planeados*, como é o caso do terrorismo.

Para além da motivação económica, PIZAM (1999) defende ainda uma motivação social, associada a destinos turísticos cuja disparidade social entre turistas e residentes é profundamente vincada. A estes destinos é inerente um elevado índice de desemprego, falta de qualificação profissional dos residentes, bem como poucas oportunidades de trabalho (GRINOLS *et al.*, 2009, p. 366).

Pesem embora as motivações para o cometimento de crimes contra turistas, as suas consequências afetam gravemente os valores turísticos (TARLOW, 2014, p. 1), importando referir que uma elevada taxa de criminalidade perpetrada para a população residente impende de forma nefasta para o setor (GOLLO, 2004, p. 51).

Do ponto de vista espaço-temporal, um fator a ter em conta é a sazonalidade, sendo os meses mais saturados de turistas denominados de “época alta”, aqueles em que mais se verificam ilicitudes perpetradas sobre estes (HOLCOMB e PIZAM, 2006, p. 108).

I.4 O Turista e o Sentimento de Insegurança

Importa agora a compreensão da unidade básica desta indústria global: o turista. A curiosidade é inerente ao Homem, pelo que a partida em direção ao desconhecido não lhe é ignota. Neste sentido, era designado de *viajante* aquele que partisse em deslocação por razões e objetivos pacíficos (VARANDA, 2018, p. 4).

A emergência do termo turista respeita à época do *Grand Tour*, em que se referiam por turistas aqueles que se encontravam a realizar tal viagem (CUNHA e ABRANTES, 2013, p. 3). Não obstante, à data a designação de turista dizia respeito a um grupo residual de pessoas que afiguravam no lazer o mote da sua viagem²². Em virtude de mais profícuas condições ao nível dos meios de transporte e condições de vida, foram anexadas outras motivações à demanda em viajar, incrementando-se o número de pessoas que ingressava em viagem.

Deste modo, com o turismo a emergir enquanto indústria, postulou-se a necessidade de cingir limites ao conceito de turista, já que o termo “viajante [se revela] uma expressão ampla, que se aplica nas mais variadas circunstâncias, não permitindo isolar as atividades concretas ligadas às deslocações” (CUNHA e ABRANTES, 2013, p. 5).

É na *Conferência Internacional sobre Viagens e Estatísticas do Turismo* em Otava, em 1991, que são fincados os conceitos em vigor atualmente, definindo-se como *visitante* “toda a pessoa que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual, durante um período inferior a 12 meses consecutivos, e cujo motivo principal da visita é outro que não seja o de exercer uma atividade remunerada no local visitado” (OMT, 1995, p. 17).

Do conceito de *visitante* decorre o conceito de *turista*: caso a pessoa permaneça pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento coletivo ou num alojamento privado no local visitado; e o conceito de *visitante do dia* que representa aqueles que não pernoitam no local visitado, incluindo-se assim os passageiros de cruzeiros e as tripulações de meios de transporte desembarcadas (OMT, 1995, pp. 12-13).

Atentando às definições da OMT, depreendemos que há uma categorização mais objetiva no que concerne aos fatores espaço-temporais, evidenciando a dimensão motivacional uma inerente subjetividade.

²² Por lazer entende-se “atividade à qual as pessoas se entregam livremente, fora das suas obrigações profissionais, familiares e sociais, para descontraírem, divertirem-se, aumentarem os seus conhecimentos e a sua espontânea participação social, livre exercício e capacidade criativa” (DUMAZEDIER, 1976, p. 34).

No que à dimensão securitária diz respeito, o espectro individual reveste-se da maior relevância já que o turista é o indivíduo em viagem cuja decisão foi tomada com base em percepções, interpretações, motivações, restrições e incentivos, representando manifestações, atitudes e atividades relacionadas com fatores psicológicos, educacionais, culturais, étnicos, económicos, sociais e políticos (BATISTA, 1997, *cit in* BRITO, 2015, p. 1).

Logo, quando analisamos o turista embrenhamo-nos no campo nas percepções, sendo de inegável relevância a percepção de segurança, pois mais do que garantir que um destino é seguro, há que assegurar que esse valor é transmitido aos cidadãos.

A acuidade desta *interface* entre a segurança e a sua percepção é crucial, uma vez que, de acordo com GEORGE (2003, p. 577), um turista que experiencie insegurança pode refletir esse sentimento de três modos: ou findando precocemente a estadia turística; ou não tornando a visitar o destino; ou não recomendando o destino a outros”, expondo a terceiros o seu desagrado e consternações.

Esta última hipótese pode induzir a chamada vitimação vicariante, que tem lugar quando “um fenómeno individual é assimilado pelo público como se tivesse sido vivido na primeira pessoa (...) [eclodindo num] maior recurso a estratégias defensivas, sugerindo, se não um maior medo, pelo menos uma mais acentuada consciência do risco” (MACHADO, 2004, p. 54).

Neste acervo, há um arrolamento de consequências negativas associadas à presença do sentimento de insegurança no turismo. No entender de NELSON LOURENÇO (2015, p. 443), o sentimento de insegurança refere-se a “um conjunto de representações e de manifestações (...) de inquietação, de medo e de preocupação pela ordem social”, resultantes de construções individuais ou coletivas em situações e momentos muito específicos (LEITÃO, 2000, p. 3), pelo que lhe é inerente uma subjetividade interpretativa (LEAL, 2010, p. 404).

Deste modo, é atinente ao sentimento de insegurança uma triangulação onde se conjuga o indivíduo, num processo de problematização das suas vulnerabilidades; o meio, onde este se insere; e as ameaças, existentes nesse meio e capazes de afrontar as vulnerabilidades por si elencadas.

No vértice do indivíduo tem cabal pertinência a componente cognitiva. Segundo WARR (2000), o sentimento de insegurança constrói-se sob um processo cognitivo que permite percecionar um dado ambiente como perigoso. Assim, a cognição atua como um filtro entre a realidade e as representações individuais, sustentadas nos conhecimentos de cada um face ao que o rodeia. (LOURENÇO, LISBOA, e FRIAS, 1998, p. 52; FERNANDES, 2006, p. 33).

Relativamente ao meio envolvente, releve-se que “o contexto assume muitas vezes um aspeto integrador de acontecimentos, fraquezas, perceções e símbolos, os quais isoladamente poderiam não constituir-se como fatores indiciadores ou potenciadores de insegurança” (LEITÃO, 2000, p. 6). Neste acervo, FERNANDES e CARVALHO (2000, p. 79) consideram diretamente proporcional a relação entre a complexidade societal e a perceção de vulnerabilidade.

A este encontro, FERNANDES (2006, p. 99) defende o meio citadino como o mais potenciador da crença na vulnerabilidade individual, pois “a imagem predatória da cidade (...) gigante e obscura, que dilui no anonimato figuras cuja perigosidade, se liga à desintegração, ao desenraizamento e à vagabundagem”, dando margem à saturação de atores perigosos e possibilidades de maus encontros (FERNANDES, 2004, p. 95), assumindo-se fértil na germinação do sentimento de segurança.

Quanto aos fatores existentes no meio que espoletam o sentimento de insegurança, o crime consumiu, durante muito tempo, o *dominus* enquanto principal perpetrador, como se demonstra nas definições apresentadas por ROCHÉ (1993) e GAROFALO (1981).

Para ROCHÉ (1993, p. 20) o sentimento de insegurança resulta de “um processo de leitura do meio envolvente (sociedade) que se apresenta como um conjunto de emoções (medo, ódio, inveja) cristalizadas no crime e nos seus autores”. Para GAROFALO (1981) tal conceito materializa “uma reação emocional caracterizada pelo sentimento de perigo e ansiedade produzido pela ameaça de um dano físico, alimentada por certas fragilidades percecionadas no ambiente, que se relacionam de alguma forma com o crime” (GAROFALO, 1981, *cit in* COSTA, 2002, p. 5).

Todavia, na década de 1970, são promovidas pesquisas onde, com recurso a inquéritos de vitimação, se conclui uma discrepância entre experiências de vitimação efetivas e o medo experimentado pelas vítimas (ROBERT, 2002).

Tais resultados vêm induzir o questionamento acerca de outros fatores que confluam para a edificação do sentimento de insegurança (LOURENÇO e LISBOA, 1991, p. 55). Já que o sentimento de insegurança e o medo do crime se revelaram distintos, podendo o primeiro não resultar apenas da criminalidade, já o segundo trata-se de uma emoção complexa e normal entre os Homens, dizendo respeito, principalmente, aos crimes dos quais estes sentem que podem ser vítimas (MOREIRA, 2008, p. 6).

Desta feita, demarcaram-se as incivilidades que, no entender de CLEMENTE (2000, p. 283) e LOURENÇO (2012, p. 351), podem fundamentar o incremento do sentimento de insegurança e impactar de forma perturbadora na ordem pública.

Entendem-se por incivilidades o “conjunto heterogéneo de «peri-delitos» e de sinais de deterioração que assinalam a presença de um perigo difuso nas ruas, nos

parques e noutros lugares públicos: graffiti, vandalismo, edifícios deteriorados, vidros partidos, (...) mendicidade, consumo ostensivo de droga, prostituição, (...) degradações” (CUSSON, 2002, p. 191). Em parelha com a questão das incivildades surge-se a pequena criminalidade que, segundo LAGRANGE (*cit. in* FERNANDES e CARVALHO, 2000, p. 76), cultiva no espectro social uma inquietude em razão da reiteração com que sucede e, por consequência, do seu difícil controlo.

Na perspetiva de SKOGAN (1990, p. 12), as incivildades e pequenos delitos “assumem um papel fulcral no estimular do declínio urbano”, atuando como “catalisador de outras violências (...) [exarando] comportamentos e atitudes que acarretam ruturas da ordem do quotidiano” (ROCHÉ, 1996, p. 147).

Neste âmbito, destacamos a teoria designada por *Broken Windows* desenvolvida por WILSON e KELLING, em 1982. Tendo por foco a perspetiva das incivildades, a teoria reputa que em meios submersos pela desordem é mais provável o cometimento de crimes (WORTLEY e MAZEROLLE, 2008, p. 252), tendo o crime como antecedentes prévios comportamentos alheios ao civismo sobre os quais não se exerceu o devido controlo.

Considerando OLIVEIRA (2006, p. 66) “se uma pequena desordem não for controlada ou reprimida, em tempo útil, poder-se-á entrar numa espiral de declínio social, resultando daí o sentimento de insegurança e o enfraquecimento do controlo social informal”.

Assistimos a um processo de “atomização social (...) [onde os] laços de regulação informal enfraquecidos abrem porta a territórios de medo, de exclusão e que comportamentos antissociais se intensifiquem sem controlo” (LEITÃO, 2000, p. 11).

Em epítome, reconhece-se que o sentimento de insegurança tem diversos afluentes (LOURENÇO e LISBOA, 1991, p. 55) não se construindo as perceções de insegurança unicamente pelos riscos criminais objetivos e factuais, mas também pelo modo como o ambiente é percecionado (LEITÃO, 2000, p. 5).

As circunstâncias que criam o medo estão dependentes das representações e vulnerabilidades de cada indivíduo, capazes de influir na leitura da ordem social (GUINOTE, 2006, p. 36) pois também aquilo que aparenta insegurança a traz e induz. Logo, o sentimento de insegurança “explicar-se-ia não apenas por referência à insegurança objetiva²³, mas também relevando os vários fatores multiplicadores de insegurança” (OLIVEIRA, 2002, p. 33).

²³ O autor AGRA (2007) efetua uma distinção entre a insegurança objetiva, que diz respeito à constatação de problemas sociais como a criminalidade predatória, a violência, as desordens ou delinquência juvenil, e insegurança subjetiva, designada de sentimento de insegurança e que tem a sua expressão em dimensões cognitivas e afetivas.

O turista difere do residente habitual pois está embrenhado numa experiência assente num contexto que lhe é novo e tolhe a atenção na absorção do produto turístico. Apesar disso, de acordo com ÁGUAS e BRÁS (2007, p. 98), o turista atual procura informar-se do compêndio securitário do destino, analisando os riscos que lhe são associados, mediante testemunhos de conhecidos e informação digital.

Porém, o turista adjectiva um grupo bastante heterogéneo de pessoas que hierarquizam as preocupações relativas à segurança de forma plural.

Desta feita, de acordo com PLOG (1977), os turistas podem ser considerados psicocêntricos caso manifestem maior precaução no modo como desenvolvem a atividade turística. Cogitando continuamente aos riscos a que podem estar expostos, num equacionamento em que a prudência se sobrepõe à curiosidade. Ou alocêntricos, turistas mais aventureiros e despreocupados pelas considerações securitárias, não ponderando o risco de cada local e, dessa forma não possibilitando que essa percepção influencie as suas decisões ao nível da exploração do destino turístico.

Ainda assim, segundo ÁGUAS e BRÁS (2007, p. 95), o turista tende a circunscrever o seu roteiro pelos principais atrativos do destino recetor, ou seja, as estruturas que estando aptas à sua receção camuflam a desordem, levando a que as incivildades e crimes perpetrados sucedam na senda da dissimulação.

De acordo com BRÁS e RODRIGUES (2010, p. 64) a experiência de vitimação do turista depende do tipo de ocorrência (se contactaram com o meliante ou não, o modo como foram abordados, se houve recurso a violência), tornando a experiência mais traumatizante caso haja contacto com o agressor. Sem embargo, os turistas são maioritariamente alvos de uma criminalidade astuta e oportunista pelo que, o processo de vitimação se ancora na fase posterior ao delito, onde tem especial relevância a interação com as Forças de Segurança do destino (HOLCOMB e PIZAM, 2006) e o apoio por estas prestado.

CAPÍTULO II

O FENÓMENO DO FURTO POR CARTEIRISTA

*Os carteiristas desenvolvem a sua atividade, há tanto tempo
quanto as pessoas se fazem transportar com dinheiro.*

DAVID YOUNG (2003, p. 1)

II.1. Caracterização do Fenómeno

No entender de YOUNG (2003, p. 1), a atividade dos carteiristas tende a iniciar-se bastante cedo, constituindo-se como um nicho muito específico do crime de furto que demanda anos de experiência, por forma a que se atinja a astúcia, destreza, e conhecimento do comportamento humano necessários à consumação do ilícito.

Parafraseando NUNES (2010, p. 403), manifesta-se inegável a relação entre o crime e a globalização, de tal modo que acaba o primeiro “por revelar novas modalidades, desenhando novas configurações” apenas alcançadas mediante o suporte consubstanciado pelo global e tecnológico.

Nesta senda, não poucos são os ilícitos que apesar de fidelizados finalisticamente se reinventam e adaptam, perpetuando-se em novas linhas de ação, dotados de meios mais sofisticados e providos de objetivos em maior escala.

Relativamente ao crime de furto por carteirista já nos séculos XVII e XVIII são verificados relatos da sua ocorrência (EUCPN, 2017, p. 6).

No entender de PALK (2006, p. 75) tratava-se de um *gender diverse crime* pois as mulheres abarcavam grande parcela do total de infratores, em regra, com idades superiores aos indivíduos do sexo masculino dedicados ao mesmo tipo de crime²⁴. De acordo com o autor, a incidência das mulheres enquanto carteiristas é explicada pela associação do crime à prostituição. Assim, a grande maioria das infratoras do sexo feminino encontrava-se diretamente ligada à profissão *mais antiga do mundo*²⁵, sendo também esse um dos fatores que explica a maior prevalência de vítimas do sexo masculino.

²⁴ Tendo em consideração os casos levados à justiça entre 1780 e 1808 em *Old Bailey*, no Reino Unido, depreende-se que 72% dos indivíduos do sexo masculino condenados pelo crime auferiam idades entre os 20 e os 30 anos, enquanto as mulheres, na mesma percentagem, tinham idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos de idade (PALK. 2006, p. 79).

²⁵ Note-se que 76% das mulheres carteiristas estavam diretamente ligadas à prostituição (*Op. cit.*, 2006, p. 83).

Relativamente ao contexto do furto por carteirista, ROBERT SHOEMAKER (2010, p. 81) revela que tal delito se escudava nas fracas condições financeiras dos meliantes²⁶, numa época fortemente adjetivada pela precariedade e pobreza furtava-se por necessidade. Deste modo, o furto era perpetrado perante aqueles que mais descuidassem os seus pertences, não atendendo a uma grande organização ou seleção das vítimas.

Ainda assim, era familiar a esta prática delituosa o recrutamento de crianças e adolescentes, órfãs ou oriundas de baixos estratos sociais, com o escopo de serem instruídos à astúcia e, sob intendência do adulto que os aliciava, praticarem o crime (HITCHCOCK e SHOEMAKER, 2010; TATLOCK, 2009, p. 96).

Esta abordagem de menores ao mundo ilegal tem subjacente um *modus operandi* grupal onde cada membro do grupo detém uma função (e.g. distrair a vítima; subtrair-lhe os bens; abandonar o local levando em posse os objetos furtados) (NORTON, 2012, p. 6).

Deste modo, os indivíduos afetos à prática do delito formavam-se no antro da criminalidade, perpetuando as condutas delituosas e transmitindo a prática do *carteirismo* às gerações mais novas. Nestes meios passa a adotar-se uma dinâmica de grupo que muitas vezes resenha semelhanças a um núcleo familiar com o ato de furtar a constituir a sua profissão, o que veio a confluir num grave problema de delinquência juvenil registado em Inglaterra durante o século XIX (SIMPKIN e MARSHALL, 1824, cit in TATLOCK, 2009, p. 102).

Segundo JULIE TATLOCK (2009, p. 92), o furto cometido por carteiristas é dos furtos mais antigos que se tem registo, tendo mantido desde sempre uma convivência com o contexto urbano que, pela maior densidade de pessoas e frequência de cenários de multidão, acabava congregando condições mais profícuas ao sucesso do ato criminoso.

Um crime de “pobres” contra “ricos” onde, pela astúcia, se retirava de quem mais tinha e se descuidava, o que persiste até ao momento presente.

De acordo com MARTÍN (2012, p. 51), o furto por carteirista apresenta manifesta evolução ao nível do escopo e modo com que o delito é perfazido. Para o autor, o carteirista “clássico” tinha assento na figura do indivíduo lesto e matreiro que sorrateiramente subtraía os pertences às vítimas. O furto era praticado de forma descomprometida, não numa perspetiva de negócio, mas por forma a obter um provento extra. Subserviente a uma ética própria, o carteirista debruçava-se sobre o numerário e objetos que facilmente nele se convertessem, selecionando as vítimas que exibissem

²⁶ Este estudo diz respeito ao hiato temporal entre 1690 e 1735, na cidade de Londres.

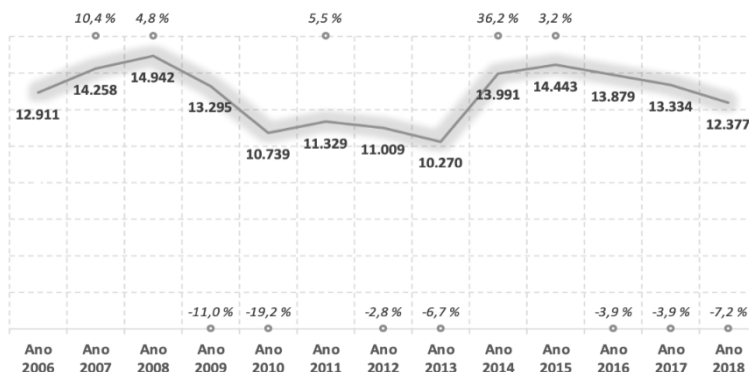
sinais de posse, riqueza e alguma vulnerabilidade, porém não em sobrecarga da carência extrema.

A peculiar forma de cometer o furto por carteirista, marcada pela esquiva à confrontação entre o agente do crime e a vítima, indicia a ausência de intenção em lesar outros bens jurídicos para além dos patrimoniais, apartando, conseqüentemente, o delito do rol de ilícitos que de forma isolada fincam gradas preocupações ao nível da segurança (CROCKER *et al.*, 2017, p. 78).

Por outro lado, a criminalidade de massa, onde se insere o crime de furto por carteirista, dissemina a periculosidade pela frequência que atende ao seu cometimento (EUCPN, 2017, p. 8) pois trata-se de um delito que impende diretamente sobre o indivíduo (GUINOTE, 2009, p. 127; DINIZ, 2013, p. 186).

A nível nacional, de acordo com a análise feita ao RASI na última década, o furto por carteirista apresenta-se, de forma sistemática, entre os crimes mais reportados às autoridades, evidenciando um índice de ocorrência com uma taxa de variação que, apesar de oscilar, não descarta a elevada frequência.

GRÁFICO 2 - Furto por Carteirista em Portugal



Fonte: RASI, 2018, p. 3.

O fenómeno do furto por carteirista transcende fronteiras disseminando-se por toda a Europa (EUCPN, 2018, p. 8). A influência do global teve preponderância ímpar pois o aumento do fluxo de pessoas elevou o número de potenciais vítimas (SAUTKINA *et al.*, 2007, p. 3), mas também de potenciais agressores, corporizando a ambiência favorável à arremetida deste flagício.

O furto por carteirista constitui um dos principais crimes cometidos por grupos itinerantes oriundos do Leste da Europa, especialmente no seio de clãs romenos e búlgaros, caracterizados por uma organização familiar e inclusão de menores

(mormente crianças do sexo feminino) na dinâmica desta prática criminosa (SIEGEL e KOENRAADT, 2014, p. 64; EUCPN, 2018, p. 16).

Neste acervo, a ação perpetrada por elementos afetos a grupos itinerantes, difere do típico furto por carteirista. No entender de FERWERDA *et al.* (2013, p. 36), os grupos itinerantes afetos à criminalidade patrimonial têm no furto por carteirista um dos principais delitos cometidos, atribuindo à ação criminosa profissionalismo e organização, numa ótica empresarial e de rentabilidade.

Deste modo, a astúcia, ligeireza e matreirice que predicava os carteiristas abarcou também uma atuação grupal, deslocalizada e esconjurada que mais do que a sobrevivência pretende o lucro (EUCPN, 2017, p. 5).

Para além da elevada mobilidade e organização, ergue consternação a associação do furto por carteirista a outros delitos, como a burla e a falsificação de documentos (ELIAS, 2020). Com a proliferação dos dispositivos digitais e proeminência do mundo virtual, o dinheiro físico vem escasseando da posse da maioria dos transeuntes que passaram a fazer-se acompanhar por cartões e dispositivos eletrónicos que permitem, de igual modo, a concretização das transações e pagamentos²⁷.

Neste sentido, posteriormente ao furto da carteira e apoderamento imediato dos proventos monetários nela constantes, o conteúdo documental é também passível de ser convertido em proveito económico, quer pela sua venda, quer pela utilização para atos de falsificação. O mesmo sucede com os cartões de crédito ou débito furtados que podem ser utilizados em burlas ou falsificados. Deste modo, todo o conteúdo de uma carteira tem conexas a possibilidade de rentabilização, sendo o furto o primeiro passo ao concurso de crimes (MARTÍN, 2012, p. 51). De acordo com o autor, o que sucede com o furto por carteirista tem repto noutro tipo de furtos, sendo a apropriação o primeiro passo a uma panóplia de outras atividades ilícitas.

A atuação grupal é característica do furto por carteirista, porém, o recrutamento e as condições de vida dos que se encontram afetos a este delito nem sempre coadunam com o respeito pela dignidade da pessoa humana. Segundo SIEGEL e KOENRAADT (2014, p. 52), são mormente engodados indivíduos provenientes de locais desfavorecidos sob a promessa de dinheiro fácil e melhores condições de vida. Todavia, findam no antro da criminalidade²⁸, sendo alocados de país em país sob a égide de um

²⁷ Cfr. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO, referente ao processo n.º 347/10.8PJPRT.P1, de 21 de fevereiro de 2018, versa sobre uma rede organizada de carteiristas cometendo delitos pela Europa e, em Portugal, em variadas cidades. Os meliantes sofreram condenação pelos crimes de associação criminosa, roubo, burla informática qualificada, burla informática e furto qualificado, as burlas eram efetuadas mediante os cartões multibanco constantes nas carteiras furtadas.

²⁸ Os indivíduos aliciados são forçados ao cometimento vários tipos de crime, tais como furto por carteiristas, burlas, os furtos em interior de estabelecimento, prostituição, entre outros.

quotidiano desviante em que o provento do delito lhes permite apenas a sobrevivência (SOCTA, 2017, p. 52)²⁹.

Não só adultos são agregados ao cometimento de crimes. De acordo com o Relatório da Comissão Europeia ao Parlamento e Conselho Europeu, também crianças e jovens menores de idade são vendidos a redes criminosas, instruídos e forçados ao cometimento de delitos onde se insere o furto por carteirista (2018, p. 14)³⁰.

Uma outra agravante que atende ao furto por carteirista prende-se com a utilização de identidades falsas por parte dos elementos de grupos itinerantes EUCPN (2017, p. 13), bem como pela utilização da identificação de terceiros que, muitas vezes, vendem os seus documentos a grupos organizados (SIEGEL e KOENRAADT, 2014, p. 64).

Em súmula, no que afere ao furto por carteirista, as maiores alterações e consternações securitárias prendem-se com o *pré* e *pós* delito. Sem embargo, atente-se que a realização deste crime por grupos organizados e itinerantes é vinculada ao provento que dele consigam retirar, sendo um dos muitos delitos a que se dedicam e executado apenas enquanto se consubstancie questuoso.

II.1.1 Em Portugal, na urbe lisboeta

Entre 2013 e 2018, o furto por carteirista teve um incremento substancial na cidade de Lisboa. A elevada frequência que ocorreu a tal ilícito advertiu a imprensa escrita e os meios de comunicação social a noticiar o fenómeno. O reporte noticioso veio focar o carácter itinerante e grupal desta atividade criminosa, os elevados proventos obtidos através da prática do furto, bem como a ação disseminada e elevada frequência com que são cometidos os delitos³¹.

²⁹ Cfr. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, referente ao processo n.º 150/14.6JBLSB-A.L1-9, de 4 de fevereiro de 2016. Onde se decide a prisão preventiva de uma arguida pelo crime de Associação Criminosa e Tráfico de Pessoas. Os indivíduos eram recrutados na Roménia, sob promessa de trabalho, acabando dispersos pela Europa, obrigados a cometer crimes (como furto por carteirista) nos locais turísticos das cidades onde eram alocados.

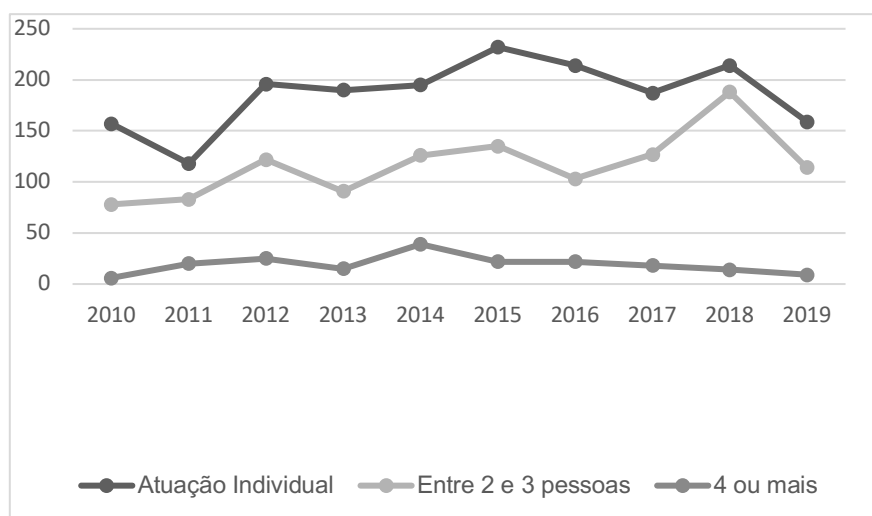
³⁰ A utilização de menores no furto por carteirista é reportada por diversos autores que se dedicam ao estudo da Criminalidade Itinerante, segundo SIEGEL e KOENRAADT (2014, p. 52) é frequente, no seio de grupos criminosos de leste, a instrução de menores desde tenra idade à prática do furto por carteirista. A título de exemplo, destacamos a operação policial denominada de *13 Oceans* onde, mediante investigação da polícia holandesa em conjunto com a polícia austríaca e bosniense, se desmantelou uma rede criminosa organizada, que utilizava crianças, mormente de etnia cigana, algumas delas com idades inferiores a dez anos de idade, para o cometimento de furtos por carteirista. Sendo que, à medida que atingiam a maioridade os jovens eram forçados a crimes mais gravosos como, por exemplo, o tráfico de droga. Os menores encontravam-se dispersos pela Europa, nomeadamente em países como a Espanha e França, os lucros obtidos pelo furto eram encaminhados para países na Europa de Leste, sendo essa a região de onde originavam os líderes da organização criminosa (COMISSÃO EUROPEIA, 2018, p. 42).

³¹ Cfr. ANEXO VI.

Para além do noticiado pela imprensa, tal fenómeno fomenta a consternação popular tendo, inclusive, levado à criação de páginas nas redes sociais afetas especificamente ao furto por carteirista³².

A atuação dos carteiristas tem subjacente um conluio que, ou se aproveita da desatenção da vítima ou, intencionalmente cria situações para que esta descure a segurança dos seus pertences. O furto tem lugar nesta janela de oportunidade, dependendo o seu sucesso da dissimulação³³ com que é cometido.

GRÁFICO 3 - Atuação dos Carteiristas Quanto ao Número de Elementos



Fonte dos Dados: SEI, 2020.

Um maior número de carteiristas opta pela atuação em grupo, sendo os agregados de duas ou três pessoas os mais incidentes no cometimento deste crime.

No que atende à nacionalidade dos ofensores, a PSP registou³⁴ carteiristas provenientes de 60 nacionalidades diferentes entre 2010 e 2019, destacando-se, pela maioria de crimes arrolados, os portugueses, romenos, búlgaros, cabo-verdianos, marroquinos e angolanos.

Conforme exemplificado pelo Gráfico 4, os carteiristas de nacionalidade romena destacam-se dos demais, apresentando uma tendência crescente de atuação em

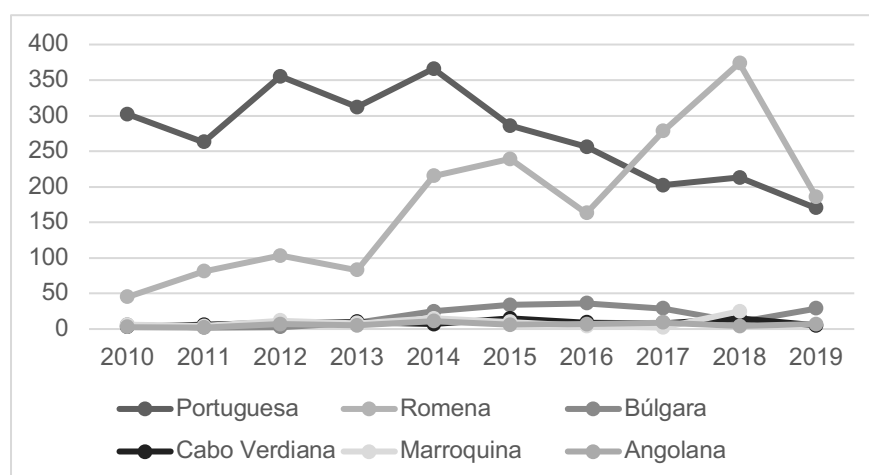
³² *Idem.*

³³ *Cfr. ANEXO V.*

³⁴ Os crimes considerados como furto por carteirista pela PSP têm por base o Modelo 262/DGPJM/DSEJI, onde se considera verificado o furto por carteirista quando sucede uma subtração em que o autor mete a mão num bolso da vítima ou numa carteira ou saco que esta transporta consigo, para tirar dinheiro ou qualquer objeto. Devem incluir-se também os furtos de carteiras ou porta-moedas que as vítimas tenham guardado em qualquer sítio (por exemplo, dentro de um casaco pendurado num bengaleiro, numa gaveta ou armário do gabinete ou sala de trabalho). Assim, estes furtos podem envolver ou não contacto direto entre o agente e a vítima (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016, p.19).

território nacional, cometendo, desde 2016, mais furtos do que os autóctones referenciados pela mesma prática desviante.

Gráfico 4 - Nacionalidade dos Ofensores



Fonte dos Dados: SEI, 2020.

Os carteiristas oriundos da Roménia e de Portugal têm afeto mais de 80% dos crimes de furto por carteirista registados no Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa (COMETLIS).

Tendo por referência os dados fornecidos pela PSP, entre 2010 e 2019, foram responsabilizadas pelo crime de furto por carteirista 3.449 pessoas, das quais 2.135 de nacionalidade portuguesa, 721 de nacionalidade romena, 437 de outras nacionalidades e 26 registos cuja nacionalidade não se encontrava identificada³⁵.

No que respeita à reincidência do furto por carteirista, somente 6% dos cidadãos portugueses referenciados como suspeitos cometeu o delito mais do que uma vez. Em contraposição, os cidadãos de nacionalidade romena totalizam uma reincidência superior a 50%, sendo que, desta percentagem, 19,3% congrega a referenciação por quatro ou mais crimes de furto por carteirista. Quanto aos cidadãos das restantes nacionalidades, 77% destes regista apenas um delito cometido, 17% cometeu entre dois e três crimes de furto por carteirista e 6% quatro ou mais crimes de furto por carteirista.

Considerando a situação profissional dos suspicazes, no que respeita aos cidadãos portugueses, em apenas 42% dos dados reportados esta variável encontrava-se referenciada. Neste sentido, destes 42% encontravam-se em situação de

³⁵ Cfr. ANEXO VIII.

desemprego 32% dos suspeitos, 4% eram aposentados e 62% encontravam-se empregados ou afetos a alguma atividade (e.g. estudantes).

No que afere aos cidadãos romenos, 64% dos registos continham a referência à situação profissional dos suspeitos, e destes 91% não se encontrava associado a qualquer atividade laboral.

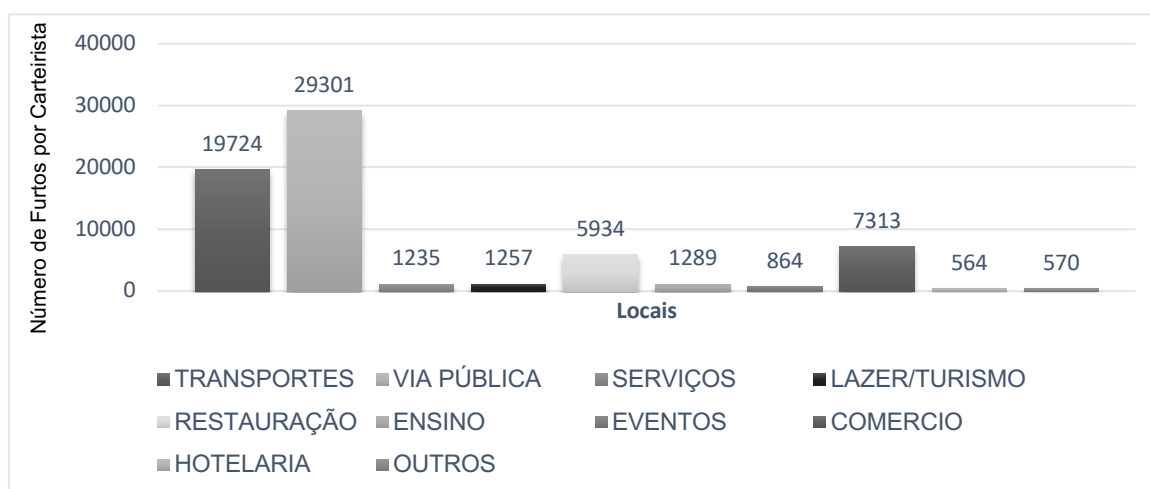
Relativamente às restantes nacionalidades, 95% dos casos registados indicavam a referência à situação profissional dos suspeitos, desta feita, mais de 51% encontrava-se afeto a alguma atividade profissional, 43% não possuía emprego e, 1% encontrava-se em situação de aposentação.

No que concerne ao género e idade dos suspeitos, os indivíduos do sexo masculino cometeram 61% dos crimes de furto por carteirista registados. O escalão etário mais referenciado tem idade superior a 25 anos (72%)³⁶.

De acordo com o representado pelo Gráfico 5, a via pública e os transportes públicos são os locais onde mais se perpetua o furto por carteirista. Os furtos ocorridos na via pública demonstraram uma abrupta subida entre 2013 e 2014, tendo vindo em tendência decrescente desde 2016.

Desde 2014 o delito tem diminuído a sua frequência nos transportes públicos 2014. No que concerne aos locais turísticos, manifestaram um incremento do número de furtos por carteirista a partir de 2013, todavia de 2017 a 2019 os números indiciam um decréscimo dos furtos reportados nestes locais. Por último, referimos o cometimento do delito em estabelecimentos hoteleiros e de alojamento que, entre 2016 e 2018, manteve uma tendência crescente.

GRÁFICO 5 - Furtos por Carteirista em Lisboa entre 2010 - 2019



Fonte dos Dados: SEI, 2020.

³⁶ Cfr. ANEXO VIII.

II.2. A Vulnerabilidade do Turista

De acordo com PETER TARLOW (2014, p. 4), durante o séc. XX a vitimação dos turistas tratava-se de um assunto um tanto *obliviado*, relevando-se a responsabilização do turista pelos crimes contra eles cometidos. Na senda desta conceção, CHESNEY-LIND e LIND (1986) defendem a existência de características atinentes ao turista que o favorecem enquanto vítima, neste sentido o facto de circularem com avultadas quantidades de dinheiro, demonstrarem sinais externos de riqueza (e.g. jóias, câmaras fotográficas), estarem absortos daquilo que os rodeia, descuidando os seus pertences, frequentarem locais onde os índices de criminalidade são superiores (e.g. discotecas), serem facilmente identificáveis como estranhos ao local que visitam, levam a que sejam mais frequentemente vitimizados do que os residentes.

De acordo com TARLOW (2014, p. 4) atualmente o turista pelas suas características, não é causa da criminalidade mas sim uma vítima daqueles que procedem ilicitamente aproveitando-se da sua vulnerabilidade.

De acordo com BRÁS (2012), várias teorias de carácter psicossociológico têm sido adaptadas ao estudo da vitimação de turistas com vista a uma melhor compreensão da criminalidade no turismo, das quais se destacam: a Teoria da Atividade de Rotina (COHEN e FELSON, 1979) e a Teoria *Hot Spot* (CROTTS, 1996)

Concebida por COHEN e FELSON (1979), a Teoria da Atividade de Rotina premeia a ideia de que o indivíduo quando afeto à atividade turística, pela quebra com o quotidiano, embebe-se pela curiosidade. Tendendo, em consequência, a reduzir a sua consciência de segurança e acabando por se expor a riscos a que, de outro modo, não se exporia. Confiantes de que as férias estão associadas à tranquilidade e à descontinuidade dos acontecimentos negativos do normativo dial, os turistas relegam a segurança para um plano secundário (BRÁS e RODRIGUES, 2010, p. 63). Segundo COELHO (2018) e AGOSTINHO (2018), o alheamento dos turistas face ao que os rodeia é tal que muitas vezes só se apercebem que foram vitimados quando os polícias lhes restituem os bens na senda de um flagrante delito.

Esta conceção teórica prediz a existência de uma triangulação de elementos como: a existência de um alvo desejável, neste caso, um turista pouco vígil, portador de bens monetários e materiais, menos prudente e frequentador de locais cuja perigosidade desconhece; um meliante motivado para o crime; e uma ineficaz segurança para fazer face às condutas criminosas.

De acordo com a *Teoria da Atividade de Rotina*, a probabilidade dos ilícitos serem cometidos é tanto maior quanto maior a concentração de pessoas, dependendo ainda de três elementos potenciadores: a exposição por parte do turista dos bens de valor que porta, a possibilidade de aproximação entre o alvo e o criminoso, e uma resposta de segurança inerte e incapaz.

Dando relevância à questão do espaço em que decorrem os ilícitos, CROTTS (1996), apresenta a *Teoria Hot Spot* defendendo que os locais que congregam uma maior densidade de turistas (restaurantes, bares, discotecas, atrações, transportes) são aqueles que são mais propensos a incidentes de vitimação. Os autores RYAN e KINDER (1996, p. 141) vieram denominar estes locais como *locais criminógenos*, onde uma maior densidade turística se faz acompanhar de uma maior densidade de criminosos, o que induz maior risco e insegurança e torna, pela elevada concentração de pessoas, especialmente difícil a atuação policial.

No entender de GLENSOR e PEAK (2004, p. 16-17), a materialização do crime contra turistas é tanto mais viável quanto maior a desinformação do turista face aos principais crimes e áreas vulneráveis, isto porque são vislumbrados como alvos específicos, fáceis e com menor probabilidade de reportarem o crime às autoridades competentes.

No que ao furto por carteirista respeita, a desatenção própria do turista assume-se como um fator que sobre eles subjaz a vitimação. Num estudo levado a cabo por INCIARDI (1976), em entrevista a vinte carteiristas, todos referiram lesar preferencialmente turistas, selecionando-os pela atitude que demonstram, pela forma como se vestem e pelo modo como se comportam.

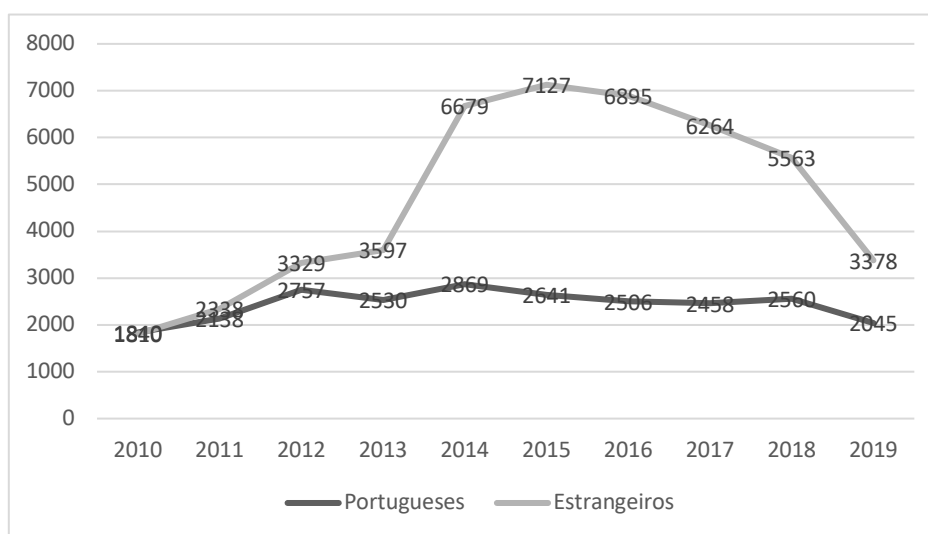
No que concerne aos delitos em que se subtrai diretamente do indivíduo, os contextos de maior densidade de transeuntes cominam num favorecimento da ação criminosa, deste modo segundo MICHALKO (2008, p. 159) este tipo de criminalidade é tão mais frequente, quantos maior o número de turistas em determinada região.

Deste modo, as cidades onde mais se pratica a atividade turística têm um maior índice de incidência do furto por carteirista (EUCPN, 2018, p. 11). Em Portugal, em 2018, a área metropolitana de Lisboa registou mais de dois terços do total de furtos por carteirista denunciados à PSP³⁷.

De acordo com os dados fornecidos pela PSP, a vitimação reportada por parte de turistas estrangeiros destacou-se da vitimação reportada por portugueses, tal como se demonstra no Gráfico seguinte.

³⁷ Cfr. ANEXO VII.

GRÁFICO 6 - Comparação entre Vitimações Portuguesas e Estrangeiras



Fonte dos dados: SEI, 2020

Deste modo, em 2014 a vitimação reportada por cidadãos estrangeiros teve um incremento de aproximadamente 48% face a 2013. As vitimações de cidadãos oriundos de outros países totalizaram 70% do registado nacional em 2014. De acordo com todos os entrevistados, os turistas são o alvo preferencial dos carteiristas tendo o incremento do turismo conduzido ao incremento do número de carteiristas e, consequentemente, a um aumento dos crimes cometidos.

No COMETLIS, a tendência crescente mantém-se até 2015, sendo que, daí em diante, os números afetos às vitimações por furto por carteirista vem manifestado uma tendência decrescente.

Do Gráfico 6 depreende-se ainda que as vitimações reportadas por parte de cidadãos nacionais demonstram parcas oscilações, apesar da tendência decrescente dos crimes de furto por carteirista registados no COMETLIS e no Relatório Anual de Segurança Interna (IASI).

II.3. O Crime de Furto por Carteirista no Ordenamento Jurídico Português

O *crime de furto* por carteirista não apresenta uma tipificação específica e autónoma no ordenamento jurídico português, tendo de ser suportado mediante o *crime de furto* na sua forma simples ou qualificada.

O *crime de furto* tem lugar no art.º 203 do Código Penal (CP)³⁸. Este crime enquadra-se no segundo capítulo do Título II do CP, no âmbito dos crimes contra o património. Tipifica-se o ilícito quando alguém com “ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrai coisa móvel ou animal alheios”, a este crime cabe uma punição restritiva da liberdade até 3 anos ou pena de multa³⁹, trata-se de um crime semipúblico, punido não só pela sua consumação, como pela tentativa⁴⁰.

Atendendo ao n.º 1 do artigo 203 do CP, FARIA COSTA (2002, p. 33) considera a ilegítima intenção de apropriação e a subtração de coisa móvel alheia como as proposições normativas atinentes ao crime *sub judice*, manifestando-se o crime de furto como um ilícito matricial e doloso.

De acordo com GARCIA (2011, p. 48), tem-se por dolo o conhecimento e vontade dos elementos objetivos do tipo, verificando-se, por isso, uma hierarquização que sobrepõe a ordem intelectual à volitiva e emocional. Desta feita, o ilícito doloso exige que o autor tenha uma atuação em que o resultado é previamente almejado e intelectualmente projetado.

Deste modo, enquadrámos o dolo, quer se trate de dolo direto, necessário ou eventual, como o elemento subjetivo geral (PINTO DE ALBUQUERQUE, 2010, p. 632). Ainda assim, suporta o crime de furto um elemento subjetivo específico (ALMEIDA, 2014), que consiste na ilegítima intenção de apropriação. Neste acervo, e de acordo com MIGUEZ GARCIA (2011, p. 49), a componente intencional é mais intensa que o próprio dolo, o que impele, unidireccionalmente, a responsabilidade no sentido do autor do ilícito.

De acordo com MONTI (1997, p. 397) o conceito de *subtração* é marcado por uma grande amplitude, não dependendo apenas de verificação no plano físico, reputando que “a subtração está completa com a criação das possibilidades de disposição da coisa pelo agente”.

³⁸ Cfr. DL n.º 48/95, de 15 de março, na sua versão atualizada pela Lei 102/2019, de 6 de setembro.

³⁹ Cfr. n.º 1, do Art.º 203 do CP.

⁴⁰ Cfr. n.º 3, do Art.º 203 do CP.

Concluimos então que a *subtração* se verifica pela perda dos poderes de facto do detentor originário e a constituição de uma nova detenção por parte do agente do crime⁴¹.

Relativamente à consumação do ilícito, EDUARDO CORREIA (2003) admite não se consumir o furto porquanto não se atinja um estado de tranquilidade de detenção do mesmo. De encontro a esta perspetiva, defende-se a mera consumação formal onde não se exige o exaurimento total do plano do agente, nem depende da duração de qualquer tempo imprescindível para que se verifique a consumação⁴².

Em equilíbrio com as posições acima descritas, ergue-se a Tese da Tendencial Estabilidade, defendida por FARIA COSTA (2002, p. 50). Considera o autor a instantaneidade como um critério que erroneamente sobreporia a subtração ao domínio de facto. Desta forma, defende que deve haver um mínimo de tempo que permita indagar um domínio de facto sobre aquilo a escamotear, no entanto sem o grau de exigência de um estado de tranquilidade. Prossegue o autor, afirmando que as circunstâncias, bem como a natureza da coisa furtada, são os elementos que melhor atendem à problemática da consumação do ilícito.

Cientes dos elementos constitutivos do furto, acercamo-nos de um preenchimento dos elementos típicos quando algo nos é subtraído por intermédio de carteiristas.

Ainda assim, o modo como este artigo nos ilustra o ilícito tende a empobrecê-lo face aos contornos que toldam tal ação criminosa, não se trata apenas da consumação de uma subtração, trata-se de um crime em que a componente volitiva e intencional se desmarca e, simultaneamente, se suporta numa astúcia consequente da experiência.

Como previamente referido, na sua forma simples, o crime de furto trata-se de um crime semipúblico⁴³, dependendo de queixa para a promoção do processo legal⁴⁴. Considerando a natureza dos objetos e bens escamoteados, bem como o tipo de vítimas, mormente turistas de nacionalidade estrangeira, com grande frequência estas optam por não desejar procedimento criminal (COELHO, 2020)⁴⁵, o mesmo sucede com vítimas autóctones, no caso destas, por associarem os processos a delonga e

⁴¹ Vide ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA, referente ao processo n.º 43/12.1GCLGS, de 15 de março de 2015.

⁴² Vide ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, referente ao processo n.º 571/14.4GBMTJ.L1-9, de 12 de maio de 2015.

⁴³ Cfr. n.º 3, do art.º 203, do CP.

⁴⁴ Cfr. n.º 1, do art.º 49, do CP.

⁴⁵ Por se tratar de um crime semipúblico, para que se dê continuidade ao processo, é necessário que a pessoa com legitimidade para exercer o direito de queixa (por norma o ofendido ou o seu representante legal ou sucessor) exerça esse direito, no caso dos turistas por permanecerem por um curto período de tempo no país, e por muitas vezes o valor dos bens furtados ser irrisório, acabam por optar por não apresentar queixa.

burocracia que acaba por não compensar face ao teor e valor dos bens subtraídos (BRÁS e RODRIGUES, 2010, p. 5).

Destarte, o CP integra ainda a possibilidade de qualificação do *crime de furto*⁴⁶, da qualificação do crime resultam mais gravosas sanções, neste embargo o n.º 1 do art.º 204 de uma pena de prisão até três anos ou pena de multa, passa para uma pena de prisão até cinco anos ou pena de multa até 600 dias, já o n.º 2 do art.º 204 prevê a possibilidade de uma pena de prisão até oito anos de prisão.

O bem jurídico protegido pelos dois números que constituem o art.º 204 do CP é, de acordo com FARIA COSTA, “formalmente poliédrico e multifacetado”. No que lhe apraz, embora o bem jurídico radique a sua essência no salvaguardado pelo art.º 203 do CP, as alíneas do art.º 204 acrescentam, cada uma delas, uma circunstância que, prediz uma valoração particular. (FARIA COSTA, 1999, p. 58).

No que atende ao furto por carteirista, por Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça⁴⁷ é fixada jurisprudência que vem considerar que é coisa móvel ou alheia aquela que é transportada pelo utente de transporte público com a qual este tenha contacto físico, o que inclui, por exemplo, uma carteira guardada no bolso traseiro das calças, ou o dinheiro colocado em bolsas à tiracolo. Nesta senda, o crime de furto por carteirista ocorrido nestas circunstâncias passa a ser considerado qualificado mediante a alínea *b*) do n.º 1 do art.º 204 do CP⁴⁸.

Como tivemos oportunidade de observar, o crime de furto por carteirista tem muita representatividade noutros locais que não os transportes públicos, deste modo fora da ambiência da alínea *b*) do n.º 1 do art.º 204 do CP, este crime pode ser considerado como furto simples ou, caso seja carreada a prova necessária, pode ser considerado como furto qualificado. Pondo a tónica na alínea *h*) do n.º 1 do art.º 204 do CP, dá aso à qualificação do furto o facto da pessoa fazer do ilícito o seu modo de vida, o que implica uma opção no sentido de estruturar o quotidiano, total ou parcialmente, na prática de atos ilícitos, radicando o elemento qualificador, segundo FARIA COSTA (2002, p. 70) na ideia de pluralidade de infrações. No entender de SIMAS SANTOS e LEAL-HENRIQUES (2016, p. 776), não é exigido que o agente passe a viver exclusivamente da prática dos furtos, basta apenas que retire da prática do delito os proventos indispensáveis à cobertura de parte significativa dos seus expendidos.

⁴⁶ Cfr. art.º 204 do CP.

⁴⁷ Cfr. ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE Justiça n.º 3/2010, de 5 de março, referente ao Processo n.º 552/09.0YLSB, publicado do em DIÁRIO DA REPÚBLICA 1.ª Série, n.º 45.

⁴⁸ Tipifica a alínea *b*) do n.º 1 do Art.º 204 do CP o furto de coisa móvel ou animal alheios “colocada ou transportada em veículo ou colocada em lugar destinado ao depósito de objectos ou transportada por passageiros utentes de transporte colectivo, mesmo que a subtracção tenha lugar na estação, gare ou cais”.

Ainda sob enquadramento do art.º 204 do CP, atentemos à alínea g) do n.º 2 do artigo *subjúdice*. Esta alínea contempla a ação tida por aqueles que atuam como membro de bando destinado à prática reiterada de crimes contra o património. De acordo com a redação do artigo para que se constitua um bando são necessários, pelo menos, dois infratores.

Para FREDERICO COSTA PINTO (1998, pp. 489-490) o bando é uma espécie de coautoria estável e com finalidade específica, que não demonstra o conluio necessário para que se considere uma associação criminosa⁴⁹.

Sob a perspetiva de SIMAS SANTOS e LEAL-HENRIQUES (2016, p. 782) o bando não é mais do que um “grupo inorgânico de indivíduos que se dedica à prática reiterada de crimes contra o património”. No entender de LEONES DANTAS (1998, p. 493) a qualificativa inerente a esta alínea do art.º 204, sedimenta-se não só pela atuação gregária, como também na consciência de qualidade de pessoa envolvida na finalidade do bando, ou seja, “o facto que agrava o furto não é, neste caso, o cometimento do mesmo por um bando, mas sim por alguém como membro de um bando”.

Todavia, independentemente da constatação e certeza de que o predito pelas situações mencionadas no art.º 204 do CP se verifica, de acordo com o n.º 4 do art.º 204 do CP, caso os bens furtados sejam de diminuto valor⁵⁰, o furto é considerado simples, preenchendo apenas os requisitos do art.º 203 do CP. Do mesmo modo que, caso o valor dos bens furtados seja de valor elevado⁵¹ o furto é considerado qualificado, pelo que o valor subtraído é um fator qualificativo, ou desqualificativo do delito.

Desta feita, o crime de furto por carteirista pode ser tipificado mediante o furto simples ou qualificado, estando em dependência da situação e prova carreada.

Caso seja considerado o furto por carteirista à luz do art.º 204, o crime passa a deter natureza pública, pelo que para o processo decorrer basta que o Ministério Público tenha conhecimento do delito. Em virtude da reforma penal e processual, operada pela Lei n.º 59/2007, de 04 de setembro, pode o delito ser julgado em processo sumário, já

⁴⁹ O crime de Associação Criminosa encontra-se previsto no art.º 299 do CP exibindo a seguinte redação:

1 - Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação, cuja, finalidade ou atividade seja, dirigida à prática de um ou mais crimes é punido com pena de prisão de um a cinco anos; 2 - Na mesma pena incorre quem fizer parte de tais grupos, organizações ou associações ou quem os apoiar, nomeadamente fornecendo armas, munições, instrumentos de crime, guarda ou locais para as reuniões, ou qualquer auxílio para que se recrutem novos elementos; 3 - Quem chefiar ou dirigir os grupos, organizações ou associações referidas nos números anteriores é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos; 4 - As penas referidas podem ser especialmente atenuadas ou não ter lugar a punição se o agente impedir ou se esforçar seriamente por impedir a continuação dos grupos, organizações ou associações, ou comunicar à autoridade a sua existência de modo a esta poder evitar a prática de crimes; 5 - Para os efeitos do presente artigo, considera-se que existe grupo, organização ou associação quando esteja em causa um conjunto de, pelo menos, três pessoas, atuando concertadamente durante um certo período de tempo.

⁵⁰ De acordo com a alínea c), do art.º 202 do CP, valor diminuto é “aquele que não excede uma unidade de conta avaliada no momento da prática do facto.”

⁵¹ De acordo com a al. a), do art.º 202 do CP, valor elevado é “aquele que exceder 50 unidades de conta avaliadas no momento da prática do facto.”

que se insere na categoria de crimes puníveis com pena de prisão de limite máximo não superior a 5 anos⁵².

Na senda do crime ser tipificado mediante o constante no n.º 2 do art.º 204, pela agravação da pena aplicada, pode o Ministério Público decidir a prossecução do processo pela via do processo comum.

Posto isto, e tendo em consideração os dados relativos ao crime de furto por carteirista reportados no COMETLIS, percebemos que ao delito tem assistido uma atuação grupal e reiterada, mormente perpetrada por cidadãos de nacionalidade estrangeira, com os turistas a representar, a maior parcela das vítimas nos últimos dez anos. Todavia, a grande maioria dos delitos é tipificada mediante o furto simples⁵³, simplicidade que não coaduna com o reportado em entrevista pelos profissionais que lidam exclusivamente com este tipo de crime. De acordo com AGOSTINHO (2020) e COELHO (2020), a atuação dos carteiristas é marcada pela itinerância e por uma maior organização, de acordo com FLOR (2020), “estamos perante uma criminalidade transnacional com uma componente muito hierarquizada do ponto de vista do fenómeno criminal”.

II.4. Da Criminalidade Interligada

No plano hodierno é já quotidiana a referência a termos que se dirigem ao global, servindo de exemplo a expressão aquecimento global, economia global ou pandemia. É-nos hoje tão familiar a ideia de que não existem sucedidos isolados ou circunscritos territorialmente, como a de que também nós podemos ser atores num mundo interligado.

Todavia, as oportunidades veiculadas à globalização foram profícuas ao bom, ao muito bom e ao que de pior existe na sociedade (BRANDÃO, 2011, p. 31). Para ÉMILE DURKHEIM é inteiramente impossível a existência de uma sociedade isenta de crime (2007, p. 68), devendo este ser compreendido para que possa ser gerido.

Pelo postulado na Estratégia de Segurança Interna da União Europeia (UE) de 2010, a criminalidade veio aproveitar-se das oportunidades oferecidas por uma sociedade globalizada, tais como as comunicações de alta velocidade, a elevada mobilidade e as operações financeiras instantâneas (p. 13).

⁵² Cfr. art.º 381.º do CPP.

⁵³ Cfr. Gráfico 23 do ANEXO VII.

Neste sentido, em 2015, em Estrasburgo, a Agenda Europeia para a Segurança vem dar prioridade ao combate concertado ao terrorismo, criminalidade organizada e à cibercriminalidade (p. 2).

No entendimento de ANES (2010, p. 213), o crime organizado deve ser entendido como a prática, por um grupo de indivíduos, caracterizados por uma relação hierárquica, com funções especificamente atribuídas, para o cometimento de atos previstos e puníveis numa determinada ordem jurídica como crimes, na prossecução de um fim coletivamente estabelecido e aceite, podendo este ser ou não, de *per si*, também crime.

Porém, o debate em torno da conceptualização da criminalidade organizada é manifestamente ativo (Braz, 2010, p. 266). No entendimento de PAOLI e VANDER BEKEN (2014, p. 14) as definições em torno deste conceito oscilam, por um lado, entre a relevância dada ao tipo de crimes e atividades ilícitas, e por outro, pelo relevo dado à constituição e organização dos grupos criminosos, numa contenda que digladiava o “quem” face ao “quê”.

Mencionamos primeiramente a definição EDWIN SUTHERLAND (1961), para este criminólogo o crime organizado trata-se de um parasita social, que surge e se organiza dentro de uma perspetiva de liderança, de divisão das tarefas a serem desempenhadas num território específico, interferindo nas atividades legítimas por intermédio do cometimento dos denominados crimes do colarinho branco⁵⁴ (SUTHERLAND, 1961, pp. 52-54 e 227-233).

O conceito de crime organizado, num primeiro momento é manifestamente influenciado pela dinâmica criminal estadunidense da primeira metade do século XX, em que com a instituição do *Volstead Act*, se ditou a proibição do fabrico e consumo de bebidas alcoólicas, tendo conduzido ao aparecimento de grupos dedicados ao contrabando desses produtos.

Provenientes da Europa e do Canadá, tais grupos revolucionaram pela forma profissional e dissimulada com que atuavam, bem como pela forte organização grupal, com funções e hierarquia bem definidas. A atuação expandiu-se a outros ilícitos tais como o jogo ilegal, a prostituição, a extorsão, com infiltração nos sindicatos laborais, e posteriormente nos grandes tráficos. Estes grupos afetos ao crime influenciaram conceção acerca do crime organizado, que se prendeu à ideia de *máfia* (NEWBURN e REINER, 2012, p. 827).

⁵⁴ Segundo SUTHERLAND entendem-se por *crimes de colarinho branco* aqueles que são praticados por pessoas detentoras de respeitabilidade junto a uma classe ou grupo social, demonstrando uma posição de destaque na sociedade em que se inserem; o termo foi escolhido para incidir a atenção neste fenómeno criminológico, considerando a posição social dos seus perpetradores, e em especial nos atos ilegais realizados por homens de negócios, profissionais e políticos (1961, pp. 22-26).

Com a queda das fronteiras geopolíticas, a criminalidade organizada expandiu-se a outros grupos criminosos que não apenas os “mafiosos”, bem como a outros locais (PETERSON, 2002, p. 21).

Tal como expresso na definição elaborada pelo Departamento de Justiça dos EUA (2008, p. 2), o carácter transnacional veio assolar o conceito em que se define criminalidade organizada como a “atuação intencional de certos grupos ou indivíduos, que operam quer em território nacional ou internacional, almejando a obtenção de poder, dinheiro, influência através de um padrão de crimes e violência”.

Por último, concluiu-se que a definição não se deve circunscrever à vertente da criminalidade organizada, mas numa panóplia maior de crimes e ameaças que se mesclam entre a criminalidade organizada e grave⁵⁵ (PAOLI, 2014, pp. 24-25).

A relevância dada ao crime organizado tem vindo em crescendo (PAOLI e VANDER BEKEN, 2014, p. 21), sendo a dinâmica grupal um adjeto basilar das definições institucionais.

A este respeito, destacamos a decisão-quadro 2008/841/JAI do Conselho da UE, de 24 de outubro de 2008, onde se define no n.º 1 do artigo 1, o conceito de organização criminosa como “a associação estruturada de mais de duas pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, tendo em vista a prática de infrações passíveis de pena privativa da liberdade ou medida de segurança privativa da liberdade cuja duração máxima seja, pelo menos igual ou superior a quatro anos, ou de pena mais grave, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, benefícios financeiros ou outro benefício material”.

Pelo n.º 2, do artigo supramencionado uma associação estruturada designa “uma associação que não foi constituída de forma fortuita para a prática imediata de uma infração e que não tem necessariamente atribuições formalmente definidas para os seus membros, continuidade na sua composição ou uma estrutura sofisticada”.

No atinente à Organização das Nações Unidas (ONU), a alínea a) do artigo 2 da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada e Transnacional (UNTOC) refere que grupo criminoso organizado é um “grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e atuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infrações estabelecidas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício económico ou outro benefício material”.

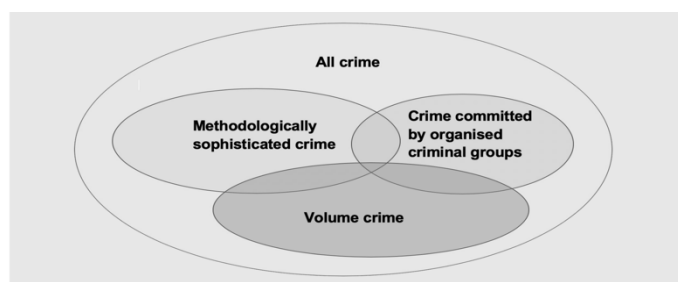
⁵⁵ O reconhecimento de que outras formas de criminalidade careciam de uma atuação atenta e concertada ocorreu em 2009 quando a missão da Europol passou a abranger o apoio aos Estados Membros por via à “prevenção e combate ao crime organizado, o terrorismo e outras formas de criminalidade grave de carácter internacional com atuação em dois ou mais Estados Membros” (CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2009, p. 37).

Para além dos quesitos enunciados anteriormente relativamente à estrutura e organização do grupo criminoso, a convenção tipifica um conjunto de crimes cujas condutas criminais são consideradas como criminalidade organizada. O n.º 1 do art.º 3 da Convenção tipifica como criminalidade organizada: a participação num grupo criminoso organizado; o branqueamento do produto do crime; a corrupção; e quaisquer crimes, puníveis com pena privativa de liberdade não inferior a 4 anos”.

Esta busca conceptual tem procurado critérios fixos, filiados quer na hierarquização entre crimes, quer na forma como atuam as associações criminosas, presumindo-se um ecletismo na escolha das iniquidades praticadas.

Na perspetiva de BROWN e SMITH (2018, p. 2), o crime organizado tanto pode referir-se a grupos que atuam com base em metodologias intrincadas e recorrem a meios sofisticados, como a crimes que são cometidos por membros desses grupos, não tendo necessariamente de atender a um grande nível de organização. Deste modo, no entender dos autores, podem grupos afetos à criminalidade organizada perpetrar crimes menores, que se incluem na chamada criminalidade de massa, que em inglês tem a designação de *volume crime*.

DIAGRAMA 1 - A Relação entre a Criminalidade Organizada e a Criminalidade de Massa



Fonte dos Dados: BROWN e SMITH, 2018, p. 2.

À criminalidade de massa é predicada uma menor consideração formal, tendo sido definida na Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu sobre a Prevenção da Criminalidade na UE como um tipo de criminalidade não organizada que inclui todos os tipos de crimes que são cometidos frequentemente e em que as vítimas são facilmente identificáveis (COMISSÃO EUROPEIA, 2004, p. 4). De acordo com a ASSOCIATION OF CHIEF POLICE OFFICERS (2009, p. 8) define-se como criminalidade de massa “qualquer crime que seja da competência da polícia local e que, pela elevada frequência com que sucede tenha um impacto significativo na população”.

Não consta do ordenamento jurídico português qualquer apontamento conceptual referente à criminalidade de massa, elencando apenas o CPP, no art.º 1 as

definições legais relativas à *criminalidade violenta*, *criminalidade especialmente violenta*, e *criminalidade altamente organizada*.

Desta feita, considera-se como *criminalidade violenta*⁵⁶ as condutas que dolosamente se dirigem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e que forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a cinco anos; como *criminalidade especialmente violenta*⁵⁷ as condutas previstas para a *criminalidade violenta*, que tenham uma pena máxima de prisão igual ou superior a oito anos; e como *criminalidade altamente organizada*⁵⁸ as condutas que integram os crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, corrupção, tráfico de influências ou branqueamento.

Portanto, mediante um raciocínio *ab contrario*, seria passível de definir a criminalidade de massa como aquela que atende aos ilícitos puníveis com uma pena de prisão inferior a cinco anos (ELIAS, 2018, p. 187).

Destarte, a cristalização destes conceitos manifesta-se oposta à fluidez dos fenómenos por eles vinculados, de acordo com o relatório de avaliação da ameaça sobre a criminalidade grave e organizada da EUROPOL (SOCTA2017), as organizações dedicadas à criminalidade organizada tornaram-se mais interconexas e internacionalizadas.

Segundo o entendimento de ELIAS (2018, p. 189), à medida que se intensificam os efeitos da globalização, mais evidentes se denotam as relações entre o crime organizado e a criminalidade de massa, assim como a criminalidade que ocorre num determinado ponto geográfico e a criminalidade transnacional.

Assim, destacamos o estudo realizado por SMITH (2018) em que se procuram aferir os custos da na Austrália entre os anos 2016 e 2017. Os resultados obtidos vieram apontar um custo total de 6.5 biliões de dólares, sendo que 82% desse montante (5,4 biliões de dólares) estava relacionado com a criminalidade de massa⁵⁹, o que segundo o autor demonstra a mescla vigente entre a criminalidade organizada e a criminalidade de massa (SMITH, 2018, p. 22).

Num estudo avançado por RICK BROWN e RUSSEL SMITH (2018, pp. 6-10), expuseram-se diversos fatores e motivações que esbatem as linhas que separam a criminalidade organizada da criminalidade de massa.

⁵⁶ De acordo com a al. j) do art.º 1 do CPP.

⁵⁷ De acordo com a al. l) do art.º 1 do CPP.

⁵⁸ De acordo com a al. m) do art.º 1 do CPP.

⁵⁹ Nomeadamente, assaltos (0.243 bilões de dólares), roubos (1.021 bilões de dólares), furto de veículos (0.328 bilões de dólares), outros furtos (0.127 bilões de dólares), e burlas (3.642 bilões de dólares) (SMITH 2018, p. 22).

Neste acervo, referem-se primeiramente à comercialização da criminalidade de massa mediante: o recurso a uma metodologia mais eficiente, por forma a serem obtidas maiores receitas; a utilização de meios sofisticados para o cometimento dos ilícitos menores; a dissimulação de práticas ilegais através de negócios ou outras práticas aparentemente legítimas, em que os ilícitos atinentes à criminalidade de massa são perpetrados no intuito de os favorecerem⁶⁰; e, por fim, a corretagem, agindo os meliantes como agentes ou mediadores de oportunidades para o cometimento de ilícitos. O segundo motivo versa sobre as gerações mais novas, no sentido de estas executarem ilícitos menores, por forma a obterem provimentos para investirem noutros negócios ilegais⁶¹. O terceiro motivo tem subjacente o modo de vida dos indivíduos ligados ao crime organizado que, aproveitam as oportunidades com que se deparam e os mercados que lhes pareçam lucrativos, numa atuação versátil que pode pender entre a criminalidade organizada e a criminalidade de massa, entre atividades lícitas ou ilícitas, assentando numa espécie de carreira profissional e empreendedora.

Nesta senda, o crime organizado passa a ser associado também a uma organização empresarial (ABADINSKY, 2007, pp. 6-8. e ZIEGLER 2003, pp. 55-57.), apresentando uma estrutura desenvolvida, durável e mais especializada, isto é, desprovida dos princípios familiares das organizações mafiosas vinculadas por uma estrutura rígida e baseada na hierarquia, disciplina e conduzida por um rigoroso código de honra (ALARCHI, 1988, pp. 57- 58).

Deste modo, os grupos afetos à criminalidade organizada agem de modo bastante flexível, livre de preconceitos face ao tipo de ilícitos e sem uma circunscrição territorial, o que lhes imputa um carácter multifacetado (CARRAPIÇO, 2006, p. 8).

Por último, damos lugar ao proferido por WINFRIED HASSEMER citado por GUINOTE (2009, p. 127), referindo que “a mera constatação de que existem bandos bem organizados ou atividades criminosas que indicam profissionalismo no desempenho, decorrentes do hábito da sua prática e subsequente especialização, não são critérios suficientemente claros para se poder considerar tal criminalidade como organizada”. Consideramos também que a mera constatação de condutas ilícitas, por norma praticadas de forma isolada e individual e destituídas de qualquer sentido estratégico (BRAZ, 2010, p. 269) deve ser tida, sem qualquer problematização, como criminalidade de massa. O crime é um negócio, e como tal subserviente do lucro, do poder, pelo que flui perante as oportunidades e aproveita as linhas retas atinentes aos conceitos.

⁶⁰ Os autores BROWN e CLARKE (2004) tomam por exemplo o furto de veículos, para desmantelamento e venda de peças por empresas afetas a esse negócio.

⁶¹ De acordo com a INTERPOL o crime de furto de veículos está, não poucas vezes, relacionado com o tráfico de droga, pois, mediante ações concertadas as viaturas furtadas, desmanteladas e vendidas, servindo as receitas arrecadadas de investimento ao narcotráfico (INTERPOL, 2014, p. 1).

II.5. O Caráter Itinerante

Os ilícitos perpetrados por grupos itinerantes são uma das nove áreas criminais prioritárias abrangidas pelo 2018-2021 EU *Policy Cycle*⁶². Segundo o Conselho da União Europeia (2014, p. 55), este é um fenómeno que afeta de modo transversal todos os países da UE, apesar da maior incidência no ocidente e norte europeu.

É sobretudo a partir do séc. XXI que a atuação de grupos criminosos itinerantes adquire destaque enquanto problema securitário (VAN DAELE e VANDER BEKEN, 2009, p. 43), em virtude da dimensão, organização e planeamento com que os delitos são cometidos (EUCPN, 2017, p. 13).

O fenómeno da criminalidade itinerante é, pela primeira vez, referido no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2010, onde se veio a considerar que grande parte dos crimes violentos cometidos em território nacional têm o cunho de grupos altamente móveis por solo europeu (RASI, 2010, p. 43).

De acordo com o documento em referência, tais grupos possuem uma estrutura organizada e hermética, sendo caracterizados pela aparente ausência de bases logísticas de apoio operacional; pela breve permanência em território nacional; bem como pela capacidade de rápido recuo para outros países da Europa, fator que dificulta a sua prevenção (RASI, 2010, p. 43).

Apenas com exceção de 2013, a referência à criminalidade itinerante no RASI tem sido constante. Neste embargo, no ano de 2011 constata-se a associação da criminalidade itinerante à criminalidade violenta e grave praticada em Portugal, mediante *modus operandi* inovadores e conexos com um elevado nível de organização, planeamento e sofisticação (RASI, 2011, p. 34).

Atendendo à realidade da UE, a livre circulação de pessoas e bens vem favorecer a itinerância, revelando-se o crivo de atuação sobre a propriedade privada e o património histórico (RASI, 2012, pp. 42-43; RASI, 2017, p. 42).

Os dados do RASI de 2014 assinalam a Europa de Leste como a região onde provêm grande parte dos grupos itinerantes. Grupos esses dedicados a uma multiplicidade de ilícitos, alguns dos quais praticados com recurso à exploração de menores para mendicidade, para o cometimento de furtos a pessoas, residências e estabelecimentos comerciais.

⁶² O *European Policy-Cycle* consiste numa medida de cooperação contra a criminalidade perpetrada na Europa em que são decididas nove ameaças específicas à segurança sobre as quais é necessário incidir. A cada quatro anos são revistas as ameaças, sendo que, entre 2018 e 2021 têm-se como áreas prioritárias de intervenção o cibercrime, o tráfico de droga, a facilitação à imigração ilegal, a criminalidade patrimonial organizada, o tráfico de seres humanos, o tráfico de armas de fogo, os crimes ambientais criminalidade financeira e a fraude de documentos (EUROPOL, 2019).

O RASI de 2014 alude ainda à pluralidade de grupos itinerantes que variam quanto à sua organização e níveis de ameaça. Deste modo, existem grupos que apenas manifestam um maior nível de organização no contexto da pequena criminalidade, e grupos que, sob uma mesma aparência, se relacionam diretamente com o financiamento de poderosas estruturas criminosas transnacionais, cujas lideranças se encontram habitualmente nos respetivos países de origem (RASI, 2014, p. 11).

Em 2015 a existência de indícios que sugerem o estreitamento de relações de cooperação criminal, quer com grupos criminosos autóctones, quer com estruturas do crime organizado transnacional (RASI, 2015, p. 83; RASI, 2017, p. 42). Segundo o RASI de 2016 e 2017, o Cáucaso constitui-se como ponto de origem dos grupos afetos à criminalidade itinerante que atuam em Portugal (RASI, 2016, p. 43; RASI, 2017, p. 42).

De acordo com os dados do RASI, podemos concluir que apesar da fluidez com que se deslocam os grupos afetos à criminalidade itinerante ser um atributo estrutural, existem meandros que diferenciam e complexificam certas estruturas criminosas afetas à criminalidade itinerante. Desta feita, pelo exposto nos RASI foi observável o facto da criminalidade patrimonial ser a atividade a que, por excelência, se dedicam as estruturas criminosas itinerantes (EUROPOL, 2018). Todavia, é plausível a ligação à criminalidade grave, organizada e transnacional (RASI, 2017, p. 42).

No intento de caracterizar a criminalidade itinerante, FERNANDES (2011, p. 127) aponta quatro características: ser um tipo de crime que se representa por uma atividade grupal estruturalmente bem definida; dedicado à prática reiterada e sistemática de crimes, em especial contra o património; que procede numa vasta área de atuação; tendo um impacto a nível internacional e local no que refere ao sentimento de insegurança. O autor VAN DAELE (2009, p. 242) considera ainda como fator criminal característico, a inclusão e utilização de menores para o cometimento das atividades criminosas.

A *European Crime Prevention Network* (EUCPN) designa de *Mobile Organized Crime Groups* (MOCG)⁶³ o conjunto de infratores itinerantes adstritos ao cometimento de ilícitos patrimoniais de forma sistemática (2017, p. 13).

A criminalidade de massa detém a maior expressão de entre os ilícitos associados aos grupos itinerantes, todavia reporta-se a envolvimento de MOCG no tráfico de estupefacientes, assaltos armados, roubos, furto organizado em estabelecimentos

⁶³ Verifica-se uma pluralidade de expressões para designar os grupos itinerantes: a Holanda utiliza a designação de “*mobile banditism*”, a França “*Itinerant Crime*” e a Alemanha “*Eastern European Criminal Groups*”. Estas designações têm em comum o facto de se referirem aos grupos que cometem, de forma sistemática, crimes patrimoniais, com especial incidência na pequena criminalidade.

comerciais, furto de carteiristas organizado, assalto a carrinhas de valor e ATM, bem como furtos especializados de materiais de elevado valor patrimonial (e.g. obras de arte) (EUROPOL, 2018).

Analisando a dinâmica grupal, as estruturas dos MOCG variam num espectro que contempla desde unidades grupais hierarquizadas, com figuras de liderança e poder económico, dispersas por células em vários países europeus, até um nível bastante básico, em que os meliantes, apesar de assumirem uma estrutura grupal, não subscrevem qualquer senso de organização, hierarquia, recursos ou poder (VAN DAELE e VANDER BEKEN, 2009, p. 4; SIEGEL e KOENRAADT, 2014, p. 55).

No que à constituição dos grupos diz respeito, é predominante a presença masculina de adultos e jovens adultos. Aos indivíduos do sexo masculino é imputado o cometimento da maioria dos delitos, detendo as mulheres mormente funções de suporte e apoio logístico. No entanto, em grupos de estrutura familiar, sobretudo prestados ao furto, as mulheres e crianças detêm um papel especialmente ativo no cometimento dos ilícitos (VAN DAELE e VANDER BEKEN, 2009, p. 15).

A mobilidade é uma característica basilar na criminalidade itinerante, todavia não transversal a todos os grupos itinerantes de igual modo. Pois, às deslocações estão associados custos que certos grupos itinerantes não têm capacidade de suportar, pelo que optam por deslocações curtas, regressando ao seu país de origem (EUCPN, 2017, p. 15) onde usufruem dos proventos obtidos. Por esse motivo, apraz uma maior mobilidade aos grupos detentores de um elevado poder económico e de maior dimensão (MORSELLI e ROYER, 2008, EUCPN, 2017, p. 16).

No entendimento da EUCPN (2017, p. 16), quanto maior a dispersão territorial em que operam os grupos itinerantes, maiores são as dificuldades colocadas às Forças e Serviços de Segurança (FSS) no sentido da identificação dos meliantes, e eficácia no combate desta atividade criminosa, o que é um fator vantajoso aos que se dedicam ao cometimento de crimes.

Um outro fator que decai a mobilidade é a *spatial awareness* que, de acordo com BRANTINGHAM e BRANTINGHAM (1981), se reporta ao conhecimento da vulnerabilidade e servência do ambiente físico onde são cometidos os crimes. Dessarte, a deslocação a locais desconhecidos empobrece o conhecimento sobre o meio, podendo impender riscos sobre o sucesso da ação criminosa, o que, de acordo com VAN DAELE e VANDER BEKEN (2011, p. 4), é passível de indiciar a afeição a roteiros fixos por parte dos MOCG, ou seja, determinados grupos concentram a sua atuação nos países e locais onde têm domínio sobre o meio.

CAPÍTULO III

DO DELITO ÀS ESTRATÉGIAS E VULNERABILIDADES

III.1. A Estrutura Policial Face ao Fenómeno

Referenciando GOLDSTEIN (2018, pp. 2-4), a polícia acorre ao encontro daquilo que os cidadãos esperam que ela resolva, acabando por abranger as suas funções um plural leque de fenómenos que, muitas vezes, ultrapassam a dinâmica criminal. No que concerne ao furto por carteirista, apesar dos alvos serem dispersos, as vítimas são concretas, sedimentando a ideia de que qualquer um pode padecer em vitimação.

Apesar da desatenção da vítima ser um elemento crucial ao sucesso deste crime específico, pela avulsa frequência com que sucede demanda uma resposta por parte das Forças de Segurança (COELHO, 2020).

Por conseguinte, detendo a PSP o substrato territorial das áreas urbanas, ilícitos como o furto por carteirista impendem maioritariamente sobre a sua área de responsabilidade, demandando uma intervenção preventiva e investigacional, que colmate a impunidade que facilmente lhes serve.

Tendo por base as *Grandes Opções Estratégicas da PSP para 2017 – 2020*, destacamos a intenção da PSP em incrementar a visibilidade policial. Pois, na perspetiva da Direção Nacional da PSP (DNPS), este trata-se de um vetor importante, não só para evitar o sentimento de insegurança subjetiva, como também para a prevenção das atuais ameaças securitárias.

A visibilidade policial pode ser entendida como a atividade desempenhada pela presença do polícia nas ruas, pelo patrulhamento auto, pelo patrulhamento apeado, e pelos agentes de proximidade (SALMI, VOETEN e KESKINEN, 2000, p. 434), encontrando-se associada a bons índices de satisfação das populações, contribuindo para que os cidadãos se sintam seguros e dissuadindo a atuação criminosa (COOK e WHOWELL, 2011, p. 611).

A PSP tem em vigor uma estratégia de policiamento de visibilidade, no intento de não só prevenir a criminalidade, como maximizar a eficácia dos recursos operacionais disponíveis, através do reforço do sentimento de segurança das

comunidades e do aumento da presença policial em locais com maior presença de pessoas⁶⁴ (DAVID, 2014, p. 37).

Deste modo, considerando que a prevenção do crime “implica qualquer ação destinada a reduzir o nível real do crime e/ou o receio de crime” (LAB, 2013, p.27), para que seja possível “impedir que um perigo surja ou se concretize um dano e, para que esteja justificada, há de haver uma ligação direta entre uma conduta contrária à lei e ao direito e um perigo de dano previsto” (DIAS, 2015, p.83). Logo, consideramos que a visibilidade policial se constitui como uma medida de prevenção criminal.

No que concerne ao furto por carteirista a presença de polícia nas ruas é um fator inibitório ao cometimento do delito, pelo que, em complementaridade com ações mais dirigidas, se assume como uma medida relevante na prevenção do furto por carteirista (ELIAS, 2020; FLOR, 2020).

Dado o caráter disseminado com que sucede a criminalidade de massa, ilícitos como o furto por carteirista põem em causa o valor do flagrante delito, cabendo à PSP, enquanto polícia integral, uma abordagem que congratule várias frentes, nomeadamente ao nível da prevenção e investigação criminal.

Neste sentido, de acordo com ELIAS (2020) e FLOR (2020), ao nível das subunidades de competência genérica, é crucial zelar-se pela acuidade com que o expediente é realizado, por forma ao seu conteúdo exprimir, com clareza, a realidade dos factos.

Sem embargo, de acordo com SILVA (2020), os carteiristas são dos criminosos mais atentos e perspicazes ao controlo policial, ludibriando facilmente os modelos de policiamento tradicionais muito voltados para a reação à ocorrência de crimes e assentes na ação de patrulhamento auto e apeado⁶⁵, pelo que é necessária uma intervenção que demonstre conhecimento policial, científico e jurídico específico, de modo a complementar-se a dinâmica de competência genérica, aprumando-se o combate a este tipo de fenómenos criminais.

Desta feita, a PSP delineou uma estratégia especializada mediante a criação da Força Especial de Combate a Carteiristas, no seio da valência de Investigação Criminal. Segundo SILVA (2020), a valia desta estratégia assenta em três pontos-chave: no enfoque dado à prevenção e vigilância das zonas mais saturadas por carteiristas; na

⁶⁴ Zonas frequentadas por turistas, paragens de transportes públicos, zonas comerciais ou zonas de atividade noturna (ELIAS, 2007, p. 476).

⁶⁵ O Modelo de Policiamento Moderno esteve em voga durante o século XX, englobando três distintas fases: a era política, a era profissional e a era comunitária. Durante as décadas de 60, 70 e 80 do século XX, vigorou a era profissional, caracterizada por uma legitimação da atuação policial assente na lei e no profissionalismo, prezando o controlo e repressão criminal, numa relação com o meio envolvente profissional e distante (BRAGA, 2004, p. 102). Este paradigma profissional colocava o enfoque da sua atuação na reação à ocorrência de crimes e ordem pública, em detrimento da prevenção dos mesmos (ELIAS, 2018, p. 115).

monitorização penal e criminal dos fenómenos; e no trabalho de investigação criminal direcionado a maiores investigações de grupos de arguidos, deslindando os seus principais *Modus Operandi*.

De acordo com o entrevistado, da vigilância e prevenção decorridas nos espaços mais afetados pelo furto por carteirista, resultou um incremento das penas e sanções aplicáveis, pela maior quantidade de sujeitos detidos e identificados como carteiristas. Através da monitorização penal e criminal dos fenómenos decorreram prisões preventivas mais céleres dos meliantes.

No entender de SILVA (2020), COELHO (202) e AGOSTINHO (2020), este tipo de atuação teve um forte impacto na redução dos crimes de furto por carteirista, pois dada a fluidez e itinerância do delito, o facto de Portugal começar a ser visto como um território em que os riscos atinentes à ação ilícita escamotearam o conforto e impunidade outrora relativa este delito, levando à redução de carteiristas estrangeiros a operar na cidade de Lisboa.

Por ser também intenção estratégica da PSP associar-se à realização de iniciativas e programas a nível local, dirigidos a grupos previamente definidos como vulneráveis, com o objetivo de promover a segurança pública (DNPS, 2017, pp. 1-2), destacamos o sinalizado em entrevista pelo Intendente PAULO FOR. No seu entender, a segurança face a este tipo de crimes produz-se em duas modalidades, mediante uma ação ao nível de investigação criminal e prevenção criminal que conflua em resultados diretos, rápidos e objetivos, como a detenção e sinalização de suspeitos. Mas também numa perspetiva de partilha da dimensão securitária, criando sinergias com entidades externas no âmago de desenvolver uma cultura de segurança. Esta segunda via é construída gradativamente, implicando uma integração de atores, que apesar de terem um papel indireto no combate e prevenção da criminalidade, são beneficiários diretos do produto securitário⁶⁶.

⁶⁶ A título de exemplo, PAULO FLOR (2020) destacou o projeto *Blue Lock*, um projeto dinamizado pela PSP em parceria com os estabelecimentos de alojamento local, pois em virtude do crivo policial ter impendido sobre o fenómeno do, os meliantes outrora afetos ao delito voltaram as ações transgressoras para a perpetuação de furtos nos estabelecimentos de alojamento local, explorando as vulnerabilidades de segurança por estes apresentadas, o que demonstra o carácter oportunista que predica os suspicazes afetos à CM.

III. 2. Dificuldades, Desafios e Prospetivas

A primeira dificuldade atribuída ao combate do furto por carteirista prende-se com o facto de os meliantes se apresentarem altamente despidos acerca da atuação policial, engendrando continuamente novos modos de contornarem a atuação das Forças de Segurança.

Neste acervo, de acordo com AGOSTINHO (2020), FLOR (2020) e SILVA (2020), como forma de se dissimularem nos locais em que operam, passaram a trajar de modo semelhante ao turista, o que para além de dificultar a ação policial, não ergue nenhum sentido de precaução nas vítimas.

Referem COELHO (2020) e AGOSTINHO (2020) que, em virtude do ilícito ao ter lugar nos transportes públicos ser tipificado pela alínea *b*), n.º 1 do artigo 204 do CP, associando-lhe sanções mais gravosas, deslindou uma deslocalização do ilícito para a via pública.

No entender de AGOSTINHO (2020), os carteiristas optam cada vez mais por evitar atuar em locais onde existe sistema de videovigilância, dificultando, deste modo, a sua deteção e recolha de prova.

De acordo com SILVA (2020), a utilização de vigias nas ações delituosas indicia uma adaptação face à atuação descaracterizada praticada pela PSP. Segundo o entrevistado, os grupos de carteiristas englobam, normalmente, quatro a cinco pessoas, sendo que, em regra, apenas duas praticam a subtração, atuando os restantes como vigilantes, função que tem como responsabilidade averiguar se é viável a prática do delito em determinado local, o que indicia que a atenção à atuação policial se tolda de tanta, ou mais importância, face ao crime.

Nesta senda, no que atende à atuação propriamente dita, os criminosos afetos a este tipo de crime evidenciam um posicionamento inteligente face às estratégias policiais e tratamento jurídico do delito, assumindo uma especialização decorrente da experiência (SILVA, 2020) e uma deslocalização face aos meios preventivos. (REPPETTO, 1976).

Pelo facto do se inserir no âmbito da criminalidade de massa encontra-se envolto na mesma senda de dificuldades que ocorrem ao trato dos pequenos crimes. No entender de SILVA (2020) verifica-se um conforto no cometimento deste tipo de delitos, nomeadamente em virtude daquilo que representam juridicamente: *bagatelas* penais. Deste modo, pelas baixas sanções que lhe são aplicadas, bem como pela perceção de que são quase inócuos (COELHO, 2020; e AGOSTINHO, 2020), cria-se uma nebulosa que

pretere questões como a frequência com que o ilícito é cometido, bem como quais os seus contornos.

Neste enalce, para COELHO (2020) e AGOSTINHO (2020), umas das principais dificuldades no trato do furto por carteirista prende-se com a quantidade de meios de prova que são necessários carrear para que o delito seja considerado como furto qualificado à luz do artigo 204 do CP. O que reflete, não só a divisão “demasiado estanque verificada entre formas de criminalidade organizada e a criminalidade comum” (ELIAS, 2018, p. 191), como também um desajustamento jurídico face ao delito, que marcado pela itinerância, é qualificado mediante critérios que exigem continuidade (e.g fazer do furto modo de vida e atuar como membro de um bando) e acompanhamento para que se comprovem, o que consequentemente permite a delonga da ação criminosa.

A compartimentação e atribuição de características fixas aos crimes não coaduna com a polimorfia que cada vez mais adjectiva os delitos. Em Portugal, no âmbito atribuição de competência para a investigação criminal⁶⁷, expressa a Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), a existência de Órgãos de Polícia Criminal (OPC) de competência genérica⁶⁸, de competência específica (os restantes OPC) e de competência reservada (que depende de previsão legal expressa)⁶⁹, atribuindo a cada OPC um rol específico de delitos, baseando-se essa distribuição numa hierarquização dos crimes pela sua gravidade. A par deste critério, para as FS ergue-se um critério territorial que lhes atribui um substrato territorial específico⁷⁰.

Logo, da hierarquização, certos tipos de crime são tidos por menores, e pelo critério territorial, os delitos não são tidos como móveis, o que facilita a ação de criminosos que, simultaneamente, se dedicam ao cometimento de delitos afetos à pequena criminalidade e têm um carácter itinerante.

No que concerne aos principais desafios atinentes ao fenómeno do furto por carteirista, no plano hodierno, todos os entrevistados destacaram a itinerância como um fator que imputa gradas dificuldades ao trabalho policial.

⁶⁷ A definição de Investigação Criminal encontra-se consagrada no art.º 1.º da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, “compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.” Para BRAZ (2009, pp. 17 - 18) a tem como finalidade a descoberta da verdade material de factos ocorridos, isto é, a reconstituição histórica de eventos do passado, prosseguindo um triplo objetivo, nos termos da LOIC, tendo por intuito averiguar a existência de um crime, descobrir os agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas, ou seja, estabelecer um nexó relacional demonstrável entre ato e autor.

⁶⁸ De acordo com o art.º 3, da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto são considerados como OPC de competência genérica a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia Judiciária (PJ).

⁶⁹ Art.º 3, n.º 1, 2 e 3 da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto.

⁷⁰ Cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2007, de 19 de março. Diário da República n.º 55, Série I. (Aprova as opções fundamentais da reforma da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública).

No entender de ELIAS (2020), a atuação por surtos vem demonstrar que o tempo de polícia é francamente mais lento que o tempo do ilícito, o que, de acordo com SILVA (2020) torna os delinquentes quase invisíveis às estruturas policiais e jurídicas, dificultando rastreio da sua ação, bem como a obtenção da identificação dos meliantes.

Nesta senda, a atuação delituosa de grupos afetos ao cometimento de pequenos delitos transfigura-se em função da perspetiva sobre a qual é analisada, perdendo densidade jurídica quando atento mediante um ilícito isolado.

No que atende às prospetivas que nortearão o delito, considera ELIAS (2020) que a integração da dimensão cibernética irá ter preponderância ímpar na criminalidade patrimonial, onde se insere o furto por carteirista. De acordo com o entrevistado, o delito não deixará de ter ocorrência no plano físico, pelo que as pontes que o ligam à dimensão *cyber* irão fortalecer-se. No que atende ao furto por carteirista, de acordo com COELHO (2010) e SILVA (2020), é recorrente a associação entre o furto por carteiristas e o crime de burla de cartão de crédito, pois os carteiristas apoderam-se dos conteúdos furtados e utilizam, cada vez mais, este tipo de cartões para se apropriarem das quantias neles constantes.

III.3. A Pertinência de uma Cultura de Partilha

De acordo com FLOR (2020) os desafios colocados pela moderna criminalidade patrimonial demandam uma abordagem inteligente por parte das instituições policiais, detendo as informações um valor preponderante na auscultação dos fenómenos e dinâmicas criminais. No entender de EVANS (2012) as informações são um instrumento essencial à tomada de decisão estratégica, operacional e tática, tanto mais fidedigna quanto mais dados problematizar.

No que atende à moderna criminalidade patrimonial, mormente itinerante e fluída por território europeu, a partilha de informação manifesta-se crucial no rastreio da atuação delituosa perpetrada por grupos móveis (SILVA, 2020).

No que concerne ao furto por carteirista, é considerado uma das nove áreas criminais prioritárias *do EU policy cycle 2018 – 2021*, porém poucos são os países que fazem deste delito um alvo prioritário de intervenção. A nível europeu, o furto por carteirista é considerado um fenómeno criminal prioritário para o Luxemburgo, Malta e Grécia, para países como a Bélgica, a Hungria e a Roménia, é tido como um fenómeno criminal intrincado, porém não é reconhecido como um Crime Patrimonial Organizado, para os restantes países tal delito não se afigura prioritário (EUCPN, 2018, p. 24).

Internacionalmente, a estratégia da EUROPOL passou pela criação de sistemas de informação, como o *Europol Information System* (EIS), que possibilita o acesso a informação fidedigna acerca da criminalidade grave organizada. Apesar de útil à atuação das entidades securitárias, o EIS depende da quantidade de informação que cada país providencia, o que compromete, desde logo a suficiência dos dados para posteriores conclusões.

A EUROPOL aposta ainda na criação de projetos de análise, de onde destacamos o *AP Furtum*, dedicado à criminalidade patrimonial organizada, onde se inclui o furto por carteirista.

Estes projetos de análise têm o propósito de apoiar as instituições nacionais mediante: a análise de informação relevante e conteúdos de inteligência, por forma a obter conhecimento concreto e estruturado sobre determinado fenómeno; a facilitação de parcerias e contacto entre diferentes partes interessadas em determinada matéria ou caso; a partilha de conhecimento e conceção de formações às instituições nacionais; a possibilitação de acesso à informação segura e fidedigna da EUROPOL; e, por fim, pela prestação de suporte para a cooperação judicial; (EUCPN, 2018, p. 26).

De acordo com a EUROPOL, face a uma criminalidade fluida, a cooperação entre diferentes países é crucial, não só através da partilha de informação, como também pela realização de operações conjuntas⁷¹.

Para além das questões operacionais, a EUROPOL dinamiza conferências acerca da problemática atinente ao furto por carteirista, onde se reúnem representantes das Forças e Serviços de Segurança dos diferentes países europeus⁷² no intuito de compartilhando os contornos do delito localmente, se congregue saber, no ímpeto de ser criada uma visão global do fenómeno (EUROPOL, 2019).

No que concerne à partilha de informação em território nacional, de acordo com a Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, nos seus artigos 5.º e 6.º reconhece a relevância da colaboração e cooperação, designadamente através da comunicação de informações entre os serviços e forças de segurança. Todavia, em entrevista a LUÍS ELIAS (2020) e SILVA (2020), reconheceu-se que este clima de partilha ainda tem um longo caminho a percorrer. Por sua vez, COELHO (2020) considera que, no que concerne à questão das informações, “não devemos só focar-nos se esta existe ou não, mas sim se nos chega em tempo útil” (p. 133), dada a

⁷¹ Destacamos, por exemplo a *Operation Festival* (EUCPN, 2018, p. 28) e a *Operation Spiderweb* (MAYOR OF LONDON, 2012).

⁷² Decorrido entre 6 e 8 de maio de 2019 na Alemanha, a Conferência Internacional sobre Carteiristas teve a presença de profissionais afetos à lide do furto por carteirista oriundos de 23 países diferentes: Albânia, Áustria, Holanda, Bélgica, Croácia, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Roménia, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido (EUROPOL, 2019).

natureza volátil dos meliantes em território nacional, a informação requerida tem de se fazer chegar ao requerente numa superior velocidade, sob pena de perder a sua relevância.

Em Portugal, estabeleceu-se a criação do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional como o centro “operacional responsável pela coordenação da cooperação policial internacional, que assegura o encaminhamento dos pedidos de informação nacionais, a receção, o encaminhamento e a difusão nacional de informação proveniente das autoridades policiais estrangeiras”⁷³ assim como a transmissão de “informação e a satisfação dos pedidos por estas formulados”⁷⁴.

Nesta senda depreendemos o empenho por parte das instituições na criação de uma cultura de partilha, exposta quer legalmente, quer mediante a criação de estruturas e canais de comunicação potenciadores da fluidez da informação, por forma a alcançar, enquanto necessária, os entes que dela carecem.

⁷³ Cfr. o n.º 1 do art.º 23-A, da Lei 53/2008, de 29 de agosto.

⁷⁴ Cfr. *Idem*.

CONCLUSÃO

A permissão do trespassar dos limites territoriais, mais do que exibir dotes de confiança para com aqueles que se assim procedem, tem vincado um carácter de necessidade e dependência. As oportunidades possibilitadas pela livre circulação de pessoas e bens, foram sofregamente consumidas pelos diferentes países, o que veio ditar a adição das estruturas societárias, previamente existentes, à vertente livre e global.

Neste sentido, as vantagens percecionadas pelos ditames da mobilidade vêm compensar os acres da livre circulação, convergindo num cenário em que as consequências nefastas e perigos advindos da globalização não têm como ser evitados.

No caso de Portugal, a evolução do setor turístico é uma das consequências positivas associadas à tendência global da qual o país não pretende abdicar. Todavia, associado ao desenvolvimento do turismo tem-se verificado um aumento de crimes nos principais destinos turísticos portugueses, especialmente crimes contra a propriedade, dirigidos aos turistas e perpetrados por grupos itinerantes, dos quais o furto por carteirista é dos mais expressivos.

Assim, verificamos que a relação entre o turismo e os pequenos delitos patrimoniais se baseia no facto do turismo possibilitar condições profícuas ao sucesso dos meliantes, nomeadamente: a impessoalidade nas ruas, geradas por fluxos de transeuntes estranhos entre si e em relação ao espaço; o facto de fazer convergir grandes aglomerados a locais específicos, o que gera frequentes cenários de multidão; e o facto de instigar um aproveitamento pleno e prazeroso que, inadvertidamente, insurge no turista uma tranquilidade, com consequente descara das questões de segurança.

Desde sempre, o furto por carteirista tem sido dos delitos mais associados às cidades e destinos turísticos. Contudo, a frequência com que este crime na última década tem sucedido tem-no tornado um dos principais pontos negativos associados ao turismo em solo europeu.

Disseminado por toda a Europa, este delito evidencia uma maior e gradual complexidade, mormente devido ao carácter itinerante, pela atuação organizada e grupal, pela associação a outros tipos de crime, bem como pelo modo esconjurado com que os seus autores procedem ao ilícito.

Em virtude da ameaça associada a novas formas de crime, as instituições devem repensar-se, principalmente no modo como problematizam a pequena criminalidade,

pois além da relevância jurídica do crime, há que ponderar o fim e perspectiva com que é cometido.

Face a este tipo de ilícitos, a Polícia de Segurança Pública considera que é perentória uma zelosa cultura de partilha de informação, quer dentro da instituição, quer com outras instituições nacionais e internacionais, pois a fluidez dos fenómenos criminais atuais aproveita-se da rígida definição de território e competência.

No que concerne à estratégia policial imposta para fazer face a este tipo de delito, concluímos que se sediou na especialização mediante a criação de um grupo específico, no seio da competência de investigação criminal, no intuito de carrear prova mais substancial, que possa, de forma clara, tipificar o delito mediante o constante no artigo 204 do CP, ou seja, como furto qualificado e não como furto simples.

Os carteiristas que operam na cidade de Lisboa demonstram-se atentos às dinâmicas criminais e jurídicas, alterando o seu *modus operandi* em virtude destas. São altamente móveis, pelo que tanto furtam em Lisboa, como noutra cidade portuguesa ou europeia, e têm plena consciência de que, pelo tipo de crime que cometem, as sanções são irrisórias, o que continua a fazer valer o cometimento do delito.

Os turistas abarcam vulnerabilidades que não atendem aos cidadãos autóctones. Desde logo, são facilmente identificáveis pelo modo como se comportam, pelas roupas que trajam, bem como pela atitude que manifestam. Transportam consigo quantias mais avultadas de dinheiro e circulam com bens mais valiosos pela via pública (e.g. câmaras fotográficas). Demonstram um estado de menor cautela para com os seus pertences, decorrente do facto de se encontrarem imersos no experimento da atividade turística; são estranhos ao local onde se encontram; e, no caso de Portugal, confiam na marca de segurança do país, o que os leva a abstraírem-se, inconscientemente, da questão securitária, sendo por isso os preferenciais alvos dos carteiristas.

Deste modo, com a realização da presente investigação, concluímos ser necessário um ajuste legal, por forma a que se dignifique o valor do flagrante delito. Nesta senda, por ser um crime mormente praticado contra turistas, cremos que a qualificação do ilícito, por se aproveitar da vulnerabilidade que lhes atende, seria uma medida com capacidade inibitória.

Ao nível da prevenção, e face à fluidez do fenómeno, cremos que a criação de sinergias com entidades externas assume-se como uma medida que colherá frutos a longo prazo: a construção de uma cultura de segurança, consciente e atenta, que asfixia paulatinamente as vulnerabilidades violadas pelos meliantes.

Em delitos como o furto por carteirista, por muito que o ofensor se demonstre motivado à prática delituosa, o delito não se consuma perante um alvo atento e

precavido. Deste modo, mais do que nos assumirmos como um país seguro, devemos fomentar a instrução da prevenção no âmbito da segurança junto do cidadão.

Em âmbito conclusivo, referenciamos a fluidez e itinerância demonstradas pelos grupos afetos ao furto por carteirista que é transversal à moderna criminalidade patrimonial.

Os pequenos delitos do ponto de vista da sua ação isolada, pela forma simples com que são cometidos, bem como pelo facto de não dependerem de contextos muito específicos para o sucesso da sua atuação, facilmente se deslocam a locais mais proveitosos à ação criminosa.

A itinerância, desafia a capacidade de resposta das instituições policiais e jurídicas, que por vezes procedem num tempo bastante mais lento que o tempo do delito, o que indicia a necessidade de uma cultura de partilha por forma a colmatar a impunidade que resulta da itinerância.

Pelo apurado, o carteirista atual, não se dedica apenas e só a este tipo de furto. Tendo como escopo o provento, adapta-se à tipologia criminal mais favorável, o que indica obsoleto o predicado de carteirista, quando efetivamente nos encontramos perante criminosos que furtam, entre muitas outras coisas, carteiras.

Pela análise deste delito compreendemos a capacidade adaptativa dos fenómenos criminais à realidade que os envolve. Neste sentido, o turismo veio alocar as vulnerabilidades, desde há muito exploradas pelos carteiristas, num ambiente que as potencia, pelo que do aproveitamento de tais vulnerabilidades sucederam vantagens ao crime, com consequente especialização.

Apesar de se tratar de um tipo muito específico do crime de furto, consideramos que o furto por carteirista espelha a mentalidade inerente à moderna criminalidade patrimonial, pelo que os desafios às Forças e Serviços de Segurança, nesta matéria, continuarão cada vez mais intrincados e complexos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENCICLOPÉDIAS

LOURENÇO, N. (2015). “Sentimento de Insegurança”. in J. B. GOUVEIA e S. SANTOS, *Enciclopédia do Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina. pp. 443-444.

OBRAS GERAIS E ESPECÍFICAS

ABADINSKY, H. (2007). *Organized Crime*. (8.º ed.) Belmont, CA: Thomson/Wadsworth.

ÁGUAS, P., e BRÁS, M. (2007). “Percepção de Segurança Pública dos Turistas Estrangeiros no Algarve”. *Revista Encontros Científicos*. (n.º 3), pp. 97-108.

ALARCHI, P. (1998). *Mafia business: the mafia ethic and the spirit of capitalism*. Oxford: Oxford University Press.

ANES, J. (2010). *Organizações Criminais – Uma Introdução ao Crime Organizado*. Lisboa: Almedina

ARAÚJO, D. (2018). “Segurança: Conceito e Perceções”. in RODRIGUES, T. e PAINHO, M. (coord.). *Modelos Preditivos e Segurança Pública*. Porto: Fronteira do Caos, pp. 25-44.

ARROTEIA, J. (1994). *O turismo em Portugal: subsídios para o seu conhecimento*. Aveiro: Fundação João Jacinto de Magalhães.

BARRETO, M. (1995). *Manual de Iniciação ao Turismo*. Campinas: Papirus.

BARROS, V. (2015). *Turismo em Portugal*. (1.ª ed.) Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

BENI, M. (2011). *Globalização do Turismo: megatendências do setor e realidade brasileira*. (3.ª ed.). São Paulo: Aleph.

BERNASCO, W. e LUYKX, F. (2003). “Effects of attractiveness, opportunity and accessibility to burglars on residential burglary rates of urban neighborhoods”. *Criminology*. (vol. 41, n.º 3), pp. 981-1001.

BILGIN, P., BOOTH, K. e JONES, R. (1998). “Security Studies: The Next Stage?”. *Nação e Defesa*. (2.^a série, n.º 84). Lisboa: IDN, pp. 131-157.

BRAGA, A. (2004). “Gun Violence Among Serious Young Offenders”. *Problem Oriented Guides for Police Series*. (n.º 23). Washington, DC: US Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services.

BRANDÃO, A. (2011). *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional. Contributos para uma Reflexão*. Coimbra: Almedina.

BRANDÃO, A. (2004). “Segurança: um conceito contestado em debate”. in ADRIANO MOREIRA, A. (coord.) *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. (1.^a ed.). Lisboa: Prefácio, pp. 37- 56.

BRANTINGHAM, P. e BRANTINGHAM, P. (1981). “Notes on the Geometry of Crime”. in BRANTINGHAM, P. e BRANTINGHAM, P. (eds.). *Environmental Criminology*. Beverly Hills: CA: Sage. pp. 27-54.

BRÁS, M. e RODRIGUES, V. (2010). “Turismo e Crime: Efeitos da Criminalidade na Procura Turística”. *Revista Encontros Científicos - Tourism & Management Studies*. (n.º 6), pp. 59-68.

BRÁS, M. (2009). *Percepção de Risco e Ansiedade em Viagens Internacionais*. Monografia de Psicologia. Faro: Universidade do Algarve – FCHS.

BRAZ, J. (2010). *Investigação Criminal – A organização, o Método e a Prova – Os desafios da Nova Criminalidade*. Coimbra: Almedina.

BRITO, S. (2003). *Notas sobre a Evolução do Viajar e do Turismo*. (vol. I). Lisboa: Medialivros.

BROWN, R e CLARKE, R. (2004). Police Intelligence and theft of vehicles for export: Recent UK experience. in MAXFIELD, M. e CLARKE, R. (eds.). *Understanding and preventing car theft*. (vol. 17). Monsey: Criminal Justice Press. pp. 173-192.

BROWN, R e SMITH, R. (2018). “Exploring the relationship between organized crime and volume crime”. *Trends & Issues in crime and criminal justice*. (n.º 565). pp. 2-13.

BUCKLEY, P. e GHOURI, P. (2004). "Globalization, Economic Geography and the Strategy of MNEs". in LEWIN, A. (ed.). *Journal of International Business Studies*. (vol. 35, n. ° 2), pp. 81-98.

BURKART, A. e MEDLIK, S. (1981). *Tourism: Past, Present and Future*. (2.^a ed.). London: Heinemann.

BUTLER, R. (1980). "The Concept of Tourism Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources". *Canadian Geographer*. (vol. 24, n. ° 1). pp. 5-12.

CASTELS, E. (2002). *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. (vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CARRAPIÇO, H. (2006). "O Crime Organizado Transnacional na Europa Origens, Práticas e Consequências". *Cadernos do IDN*. (n.º 1). Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

CHAN, F., HOTI, S., MCALEER, M. e SHAREEF, R. (2005). "Forecasting international tourism demand and uncertainty for Barbados, Cyprus and Fiji". in LANZA, A., MARKANDYA, A. e PIGLIARU, F. (ed.). *The Economics of Tourism and sustainable economic development: Macro and micro economic issues*. Cheltenham: Edward Publishing, pp. 30-55.

CHESNEY-LIND, M. e LIND, Y. (1986). "Visitors as victims crimes against tourists in Hawaii". *Annals of Tourism Research*. (vol. 13, n. ° 2). pp. 167-323.

CLEMENTE, P. (2015). *Cidadania, Política e Segurança*, Lisboa: ISCPSI – ICPOL.

COELHO, J. e BUTLER, R. (2012). "The Tourism Area Life Cycle: a quantitative approach of the of the tourism area life cycle". *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*. (vol. 3, n. ° 1), pp. 9-31.

COELHO, R., LOPES, J. e LIMA, S. (2017). "Os Impactos do Terrorismo no Turismo Internacional". *EXCEDRA – Revista Científica*. (vol. 2), pp. 5-20.

COELHO, J. e LOURENÇO, P. (2015). "A Identificação da Fase do Ciclo da Vida de um Destino Turístico para as Escolhas Estratégicas: Uma Proposta de uma Ferramenta Expedita". *Revista de Estudos Económicos y Empresariais*, n.º 27, pp. 15-41.

COHEN, L. e FELSON, M. (1979). "Social changes and crime rate trends: a routine activity approach". *Sociological Review*. (vol. 44, n.º 4), pp. 588-608.

COOK, I. e WHOWELL, M. (2011). "Visibility and the policing of public space. *Geography compass*". (vol. 5, n. ° 8). pp. 610-622.

COOPER, C., HALL, C. e TRIGO, L. (2001). *Turismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier.

CORNISH, D., e CLARKE, R. (2003). "Opportunities, precipitations and criminal decisions: A reply to Wortley's critique of situational crime prevention". in SMITH, M. e D. CORNISH, D. *Theory for practice in situational crime prevention – Crime Prevention Studies*. (vol. 16). New York: Criminal Justice Press. pp. 41-96.

CORREIA, E. (1986). *Direito Criminal*. (vol. II). Coimbra: Almedina.

CORREIA, E. P. (2018). "Estado, Poder e Segurança". in VALENTE, M. (coord.). *Os desafios do Direito do Século XXI*. (1.ª ed.) Lisboa: Almedina. pp. 139-145.

CORREIA, E. P. (2015). *Liberdade e Segurança*, Lisboa: ISCPSI - ICPOL.

COSTA, C. e ALBUQUERQUE, H. (2017). "Um novo Modelo conceptual para o Turismo Urbano". in. Silva, F. e Umbelino, J. (coord.). *Planeamento e Desenvolvimento Turístico*. (1.ª ed.) Lisboa: Lidel. pp. 409-424.

COSTA, C. (2005). "Turismo e Cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do setor do turismo (1990-2000)". *Análise Social*, (n.º 175). pp. 279-295.

COSTA, J. F. (2002). *Comentário Conimbricense ao Código Penal*. (vol. II). Coimbra: Coimbra Editora.

CRAVIDÃO, F. (2011). "Turismo, Território e Cultura - Uma Trilogia (sempre) em Construção". *Espaço e Cultura*, (n. ° 29). pp. 35-42.

CROES, R. (2005). "Value as a Measure of Tourism Performance in the Era of Globalization: Conceptual Considerations and Empirical Findings". *Tourism Analysis*, (vol. 9, n. ° 4), pp. 255-267.

CROTTS, J. (1996). "Theoretical perspectives on tourist criminal victimization". *Journal of Tourism Studies*, (vol. 7 n. ° 1). pp. 2-9.

CUNHA, L. e ABRANTES, A. (2013). *Introdução ao Turismo* (5.^a ed. Atualizada e Aumentada). Lisboa: Lidel.

CUNHA, L. (2013). *Economia e Política do Turismo*. (3.^a ed.). Lisboa: Lidel.

CUNHA, L. (2010). “Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios”. *Fluxos & Riscos*, (n.º 1). pp.127-149.

CUNHA, L. (2003). *Perspectivas e Tendências do Turismo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

CUNHA, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: McGraw-Hill.

CUSSON, M. (2002). *Criminologia* (2.^a ed.). Lisboa: Casa das Letras.

DANIEL, A. (2010). “Caracterização do Setor turístico em Portugal”. *Tékhne – Revista de Estudos Politécnicos*, (vol. 3, n.º 14). pp. 255-276.

Dantas, L. (1998). “A Revisão do Código Penal e os Crimes Patrimoniais”. in CEJ. *Jornadas do Direito Criminal, Revisão do Código Penal, Alterações ao Sistema Sancionatório e Parte Especial*. (vol. II). pp. 501-528.

DAVIN, J. (2007). *A Criminalidade Organizada Transnacional. A Cooperação Judiciária e Policial na EU*. (2.^a ed.) Coimbra: Edições Almedina, SA.

DENÉCÉ, E., e MEYER, S. (2006). *Tourisme et Terrorisme – Des vacances de rêve aux voyages à risque*. Paris: Ellipses.

DIAS, M. (2001). *Liberdade, Cidadania e Segurança*. Coimbra: Edições Almedina.

DIAS, H. (2015). *Metamorfoses da polícia: Novos paradigmas de segurança e liberdade*. Coimbra: Edições Almedina.

DINIZ, B. (2017). “Novas Perspectivas na Investigação da Criminalidade de Massa e sua Importância para o Enfrentamento do Crime Organizado”. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*. (vol. 8, n.º 1). pp. 183-206.

DUMAZEDIER, J. (1976). *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva.

DUQUE, R. (2015). “Singularidades da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia”. in E. P. CORREIA, *Liberdade e Segurança*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL. pp. 55-68.

DURKHEIM, E. (2007). *As regras do Método Sociológico* (NEVES, P e BRANDÃO, E. Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

ELIAS, L. M. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna Desafios e Prospetiva*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

ELIAS, L. M. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade de Lisboa.

ELIAS, L. (2007). “Policiamento de proximidade: Desafios e prespectivas futuras”. *Revista Polícia Portuguesa*. (n.º 5). pp. 26-30.

FERNANDES, A. e BORGES, J. (2005). “Enquadramento Conceptual”. in NOGUEIRA, J. (ed.). *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edições Cosmos. pp. 11-90.

FERNANDES, J. A. (2005). *Poder Político e a Segurança Interna*. in M. M. VALENTE., *Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Almedina. pp. 23-37.

FERNANDES, L. (2006). *A sociedade de risco e a liquidificação da segurança*. Trabalho final do 2.º Curso de Direcção e Estratégia Policial, não publicado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

FERNANDES, L. (2004). “Bases ecossociais do sentimento de insegurança”. *Educação, Sociedade e Culturas*. (n.º 21). pp. 93-112.

FERNANDES, L., e CARVALHO, M. (2000). “Problemas no estudo etnográfico de objetos fluidos: Os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social”. *Educação, Sociedade e Culturas*. (n.º 14). pp. 59-87.

FERNANDES, T. (2011). *Caracterização do fenómeno no Quadro Nacional*. in Politeia. Lisboa: ISCPSI. (pp. 121-141).

FERWERDA, H., HAM, T. e BREMMERS, B. (2013). *Georganiseerde voertuigcriminaliteit in Nederland – Een beeld van de omvang, kenmerken, werkwijzen en aanpak anno 2013*. Arnhem: Bureau Beke.

FORTUNA, C. e FERREIRA, C. (1996). *O turismo, o turista e a Pós-Modernidade*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

FOWLER, D., LAUDERDALE, M., GOH, K. e YUAN, J. (2012). “Safety concerns of international shoppers in Las Vegas”. *International Journal of Culture, Tourism Research*. (vol.6. n.º 3). pp. 238-249.

FONTES, J. (2015). A Superioridade Ética do Estado. in E. P. CORREIA, *Liberdade e Segurança*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL. pp. 39-44.

FREITAS, M., SIMÕES, M. e LÓPEZ, G. (2013). *O Conceito Globalização nos Planos de Estudos Avançados de Ciência da Informação em Portugal e em Espanha*. VI encontro ibérico edicic 2013: globalização, ciência, informação. pp. 1494-1514.

GARCIA, M. (2011). *O Direito Penal Passo a Passo*. (vol. 2) Coimbra: Almedina.

GAROFALO, J. (1981). “The fear of crime: Causes and consequences”. *Journal of Criminal Law and Criminology*. (vol. 72, n.º 2). pp. 839-857.

GEORGE, R. (2003). “Tourists’ perceptions of safety and security while visiting Cape Town”. *Tourism Management*. (vol. 24, n.º 5). pp. 575-585.

GIDDENS, A. (1990). *As Consequências da Modernidade*, (5.ª ed.). São Paulo: UNESP.

GLAESSER, D. (2003). *Crisis management in the Tourism Industry*. Butterwoth: Oxford.

GLENSOR, R. e PEAK, K. (2004). *Crimes Against Tourists*. USA: U.S. Department of Justice.

GOLDSTEIN, H. (2018). “On problem-oriented policing: the Stockholm lecture”. *Crime Science*. (n.º 7). pp. 1-9.

GOMES, P. (2008). “Segurança e reformas policiais na Europa. O caso de Portugal”. in LIMA, R., MOUZINHO, G., NASCIMENTO, A. e JULIANA, L. *Reflexões sobre segurança*

pública e justiça criminal numa perspectiva comparada. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. pp. 37-51.

GOULD, D., WEINBERG, B. e MUSTARD, D. (2002). “Crimes Rates and Local Labor Market opportunities in the United States”. *Review of Economics and Statistics*. (vol. 84, n. ° 1). pp. 45-61.

GRUNEWALD, L. (2012). “La Seguridad en el marco de la competitividad de los destinos turísticos”. *Revista de Ciencias Sociales*. (Vol. 21, n. °1). pp. 141-158.

GUEDES, A. M. e ELIAS, L. (2010). *Controlos Remotos: Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Coimbra: Almedina.

GUERRA, L. (2016). “Clarificação do conceito de Segurança”. in M. M. VALENTE. *Estudo Comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e dos 10 anos da Politeia*. Lisboa: Artipol. pp. 132-199.

GUINOTE, H. (2009). “Respostas tático-policiais ao fenómeno da droga”. in VALENTE, M. *Criminalidade Organizada e Criminalidade de Massa – Interferência e Ingerências Mútuas*. Lisboa: Almedina.

GUINOTE, H. (2006). “Os sentimentos de insegurança e os diversos poderes”. *Politeia*, (n. °1). pp. 29-62.

HALL, C., TIMOTHY, D. e DUVAL, D. (2003). “Security and Tourism: Towards a New Understanding?” in HALL, C, TIMOTHY, D. & DUVAL, D. (ed.). *Safety and Security in Tourism: Relationships, Management, and Marketing*. New York: Haworth Hospitality Press

HELD, D. e MCGREW, A. (2001). *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Zahar.

HITCHCOCK, H. e SHOEMAKER, R. (2010). *Tales from Hanging Court*. London: Bloomsbury Academic.

HOLCOMB, J. e PIZAM, A. (2006). “Do Incidents of Theft at Tourist Destinations Have a Negative Effect on Tourists Decisions to Travel to Affected Destinations?” in Y. MANSFELD e A. PIZAM (ed.). *Tourism, Security & Safety: From Theory to Practice*, Oxford: Butterworth- Heinemann. pp. 105-137.

HUGHES, G. (1998). *Understanding crime prevention: social control, risk and late modernity*. Philadelphia, USA: Open University Press.

INCIARDI, J. (1976). "The pickpocket and his victim". *Victimology*. (vol.1, n. ° 3). pp. 446-453.

JONES, T., NEWBURN, T. e JONES, T. (1994). *Democracy and policing*. England, United Kingdom: PSI.

KELLING, G. e MOORE, M. (1988). *The Evolving Strategy of Policing*. Washington: National Institute of Justice.

LAB, S. (2014). *Crime prevention – Approaches, practices and evaluations*. New York, USA: Routledge Taylor & Francis Group.

LANKFORD, S. (1996). "Crime and Tourism: A study of perceptions in the Pacific Northwest". in PIZAM, A. e MANSFELD, Y. (ed.), *Tourism, Crime and International Security Issues*. UK: Wiley. pp. 51-58.

LEAL, J. (2010). "O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime". *Sociologias*. (vol. 12, n.º 23). pp. 394-427.

LEIPER, N. (1979). The framework of tourism: Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*. (vol. 6, n.º 4). pp. 390-407.

LEITÃO, J. (2000). "Sentimentos de insegurança". *Revista Polícia Portuguesa*. (n.º 125). pp. 2-13.

LLORCA-VIVERO, R. (2008). *Terrorism and International Tourism: new evidence. Defence and Peace Economics*. (vol. 19). pp. 169-188.

LOCKE, J. (1988). *Two Treatises of Government*. Cambridge: Cambridge University Press.

LOURENÇO, N. (2013). *Sociedade Global, Segurança e Criminalidade*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

LOURENÇO, N. (2012). "Violência urbana e sentimento de insegurança". In Gouveia, J. (Coord.). *Estudos de direito e segurança*. (vol. II). Coimbra: Almedina. pp. 349-367.

- LOURENÇO, N., e LISBOA, L. (1991). "Violência, criminalidade e sentimento de insegurança". *Separata da Revista do Centro de Estudos Judiciários*. (n.º 2). pp. 45-60.
- LOURENÇO, N., LISBOA, M., e FRIAS, G. (1998). "Crime e insegurança: Delinquência urbana e exclusão social". *Justiça e Sociedade*. (n.º 3). pp. 51-59.
- LOUSADA, M. e PIRES, A. (2010). *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.
- KHAJURIA, S. e KHANNA, S. (2014). Tourism risks and crimes at pilgrimage destinations- a case study of shri mata vaishno devi. *International Journal of Event Management Research*. (vol.8 n.º 1). pp. 74-93.
- MACCANNELL, D. (2003). *El Turista: una nueva teoria de la classe ociosa*, Barcelona: Editorial Melusina.
- MACHADO, C. (2004). *Crime e insegurança: Discursos do medo e imagem do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- MANTOVANI, F. (2012). *Diritto Penale, Parte Speciale II, Delitti contro il patrimonio*. (4.ª ed.) Pádua: Cedam.
- MARQUES, A. (2012). "Turismo em Portugal – Explorar o passado, perspetivar o futuro". in FERRO, M. (coord. e org.). *Turismo em Portugal. Passado. Presente. Que Futuro?* Lisboa: Edições Fundação António Quadros. pp.144-175.
- MARTÍN, L. (2012). "Fenomenología del Crimen Organizado Transnacional: Actividades Delictivas y Modus Operandi en España y en el Exterior". in ÁLVAREZ, R. (coord.). *Criminalidad y Globalización – Análisis y Estrategias ante Grupos y Organizaciones al Margen de la Ley*. Madrid: Doppel, S.L. pp. 21-62.
- MARUJO, M. N. e CARVALHO, P. (2010). "Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável". *Turismo & Sociedade*. (vol.3 n.º 2). pp.147-161.
- MATHIESON, A. e WALL, G. (1982). *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. New York: Wiley and Sons.
- MILHEIRO, E. e SANTOS, J. (2005). "O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?". *Aprender*. pp. 119-125.

MONIZ, E. C. (2013). *Fatores Humanos e Direito Internacional Aeronáutico*. Instituto Superior de Ciências Jurídicas-Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

MONTI, C. (1997). *Derecho Penal - Parte Especial*. (6.^a ed.). Buenos Aires: Editorial Astrea.

MORSELLI, C. e ROYER, M. (2008). "Criminal Mobility and Criminal Achievement". *Journal of Research in Crime and Delinquency*. (vol. 45, n.º 1). pp. 4-21.

NEWBURN, T. e REINER, R. (2012). "Policing and the Police". in MAGUIRE, M., MORGAN, R. e REINER, R. (ed.) *The Oxford Handbook of Criminology* (5.ª ed.). Oxford: Oxford University Press. pp. 807-834.

NUNES, L. (2010). "O Crime da Globalização e a Globalização do Crime". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. (n.º 7). pp. 402-410.

OLIVEIRA, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento. A emergência do policiamento proximidade*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. (2003). *Turismo internacional: Uma perspectiva global*. Porto Alegre: Bookmann.

O'ROURKE, K. (2001). *Globalization and Inequality: Historical Trends*, NBER Working Paper n.º 8339. Cambridge: National Bureau of Economic Research.

PAOLI, L. e VANDER BEKEN, T. (2014). "Organized Crime – A Contested concept". in Paoli, L (ed.) *The Oxford Handbook of Organized Crime*. Oxford: Oxford University Press. pp. 14-31.

PALK, D. (2006). "Pickpocketing". *Gender, Crime and Judicial Discretion 1780-1830*. Suffolk: The Boydell Press.

PEREIRA, E. (2019). *Introdução às Ciências Policiais: A Polícia entre Ciência e Política*, (2.^a ed.). São Paulo: Almedina Brasil.

PEREIRA, O. G., OLIVEIRA L., A. J. e GONÇALVES, P. D. (2016). "Segurança como determinante da escolha do destino turístico Portugal". *Revista Militar*. (n.º 2578). pp. 1005-1014.

PINTO, F. (1998). “Aspectos da tutela penal do património após a revisão do Código Penal”. in PALMA, M. e BELEZA, T. (org.). *A tutela penal do património após a revisão do Código Penal de 1995: 4 Estudos monográficos*. Lisboa: AAFDL. pp. 1-38.

PINTO DE ALBUQUERQUE, P. (2010). *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, (2.^a ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.

PIZAM, A. (1999). “A comprehensive approach to classifying acts of crime and violence at tourism destinations”. *Journal of travel research*. (vol. 38 n.º 1). pp. 5 - 12.

PIZAM, A. e MANSFELD, Y. (2006). *Security and Safety Issues*. in MANSFELD Y. e PIZAM (ed.) *Tourism, Security & Safety: From Theory to Practice*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

PLOG, S. (1977). “Why destinations areas fall and rise in popularity?”. in Kelly, E. (ed.) *Domestic and International Tourism*. Massachusetts: Wellesley.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (4.^a ed.). Lisboa: Gradiva.

RAE, D. e SOLLIE, M. (2007). *Globalization and the European Union: Which Countries are Best Placed to Cope?*. OCDE Economic Department Working Papers n.º 586. OCDE Publishing.

REPPETTO, T. (1976). “Crime Prevention and the Displacement Phenomenon”. *Crime & Delinquency*. (vol.22, n.º 2). pp. 166 - 177.

ROCHÉ, S. (1996). *La Société Incivile*. Paris: Éditions du Seuil.

ROCHÉ, S. (1996). *La Société Incivile*. Paris: Éditions du Seuil.

ROBERT, P. (2002). *O cidadão, o crime e o Estado*. Lisboa: Editorial Notícias

ROTHSCHILD, E. (1995). “What is Security?” in AMERICAN ACADEMY OF ARTS & SCIENCE. *Daedalus: The Quest for World Order*. (vol. 124, n.º 3). Massachusetts: MIT Press. pp. 53 - 98.

RUSCHMANN, D. (2008). *Turismo e planeamento sustentável: a protecção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus.

RYAN, C. e KINDER, R (1996). "The deviant tourist and the crimogenic place – the case of the tourist and New Zealand prostitute". in PIZAM, A. e MANSFELD, Y. (ed). *Tourism, Crime and International Security Issues*. Chichester: John Wiley & Sons. pp. 22 - 36.

SALMI, S., VOETEN, M. e KESKINEN, E. (2000). "Relation between police image and police visibility". *Journal of Community & Applied Social Psychology*. (vol. 10). pp. 433 - 447.

SARMENTO, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

SAUTKINA, E., ANTÓNIO, C., CASEIRA, H., CORREIA, F., DIMITROVA, D., GRIJÓ, C., LOUREIRO, A. E MORAIS, R. (2007). "Fatores ambientais e Psicossociais da Avaliação do Risco de Furto por Carteirista: O Caso de Dois Locais em Lisboa". *International Journal os Social Psychology*. (vol. 22, n. ° 3). pp. 289 - 298.

SIDERI, S. (1997). "Globalisation and Regional Integration". *European Journal of Development Research*. (vol. 9 n. ° 1). pp. 38 - 82.

SIEGEL, D., e KOENRAADT, R. (2014). *Mobile Banditry: East and Central European Itinerant Criminal Groups in the Netherlands*. Haia: Eleven International Publishing.

SILVA, A. "A Ruptura com o Senso Comum nas Ciências Sociais". in SILVA, A. e PINTO, J. (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 29 - 53.

SKOGAN, W. G. (1990). *Disorder and decline: Crime and the spiral of decay in american neighborhoods*. New York, NY: Free Press.

SIMAS SANTOS, M. e LEAL-HENRIQUES, M. (2016). *Código Penal Anotado*. (4.^a ed.). Lisboa: Letras e Conceitos.

SMITH, S. (1989). *Tourism Analysis: A Handbook*. Harlow: Longman.

SMITH, A. (2006). "The severe acute respiratory syndrome: Impact on travel and tourism". *Elsevier*. (n. ° 4). pp. 53 - 60.

SHOEMAKER, R. (2010). "Print and the Female Voice: Representation of Women's Crime in London, 1690 – 1735". *Gender & History*. (vol. 22, n. ° 1). pp. 75 - 91.

STEGER, M. (2003). *A globalização: compreender*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.

SUTHERLAND, E. (1961). *White Collar Crime*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

TARLOW, P. e MUESHAM, M. (1996). "Theoretical aspects of crime as they impact the tourism industry". in PIZAM, A. e MANSFELD, Y. (ed.), *Tourism, Crime and International Security Issues*. UK: Wiley.

TARLOW, P. (2011). "Como proteger o turismo e a reputação turística do Brasil?" *Turismo em Pauta*. (n. ° 3). pp. 43 - 52.

TARLOW, P. (2014). "Tourism Oriented Policing and the Tourism Industry". *International Journal of Event Management Research*. (Vol. 8, n. °1). pp. 1 - 18.

TEIXEIRA, N., LOURENÇO, N. e PIÇARRA, N. (2006). *Estudo para a reforma do modelo de organização do sistema de segurança interna: Relatório Preliminar*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais.

TEIXEIRA, N. S. (2002). *Contributos para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: MAI.

THEOBALD, W. F. (2002). *Significado, âmbito e dimensão do turismo*. São Paulo: Senac Editora.

TURNER, B. (2006). *The Cambridge Dictionary of Sociology*. Cambridge: University Press.

VAN DAELE, S. (2009). "Itinerant crime groups: Mobility attributed to anchor points?" in COOLS, M., DE KIMPE, S., DE RUYVER, B., EASTON, M., PAUWELS, L., PONSAERS, P., WALLE, G., BECKEN, T., LEANEN, F., E VERMEULEN, G. (eds.). *Contemporary issues in the empirical study of crime*. (vol. 1). Antwerp: Maklu. (pp. 211 - 225).

VAN DAELE, S. e VANDER BECKEN, T. (2011). "Out of sight, out of mind? Awareness space and mobile offenders". *European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice*. (vol. 19, n. ° 2). pp. 125 - 137.

VAN DAELE, S. e VANDER BECKEN, T. (2009). "Out of step? Mobility of "itinerant crime groups"". In VAN DUYN, P., DONATI, S., HARVEY, J., MALJEVIC, A. e VON LAMPE, K. (eds.).

Crime, money and criminal mobility in Europe. Nijmegen: Wolf Legal Publishers. pp. 43-70).

VIEIRA, J. (1997). *A Economia do Turismo em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.

WARR, M. (2000). "Fear of crime in the United States: Avenues for research and policy". *Criminal Justice*. (n. ° 4). pp. 451-489.

WATERS, M. (2002). *Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

WILSON, J. e KELLING, G. (1982). "Broken windows". *Atlantic Monthly*. (n. ° 211). pp. 29-38.

WIRTZ, J. (2007). "A New Agenda for Security and Strategy?" in BAYLIS, J., WIRTZ e GRAY, C. (ed.). *Strategy in the Contemporary World*. (2.ª ed.). Oxford: Oxford University Press. pp. 337-355.

WORTLEY, R., e MAZEROLLE, M. (2008). *Environmental criminology and crime analysis*. Devon: Willan Publishing.

WURF, A., STAALDUINEN, L., e STRINGER, P. (1989). "Fear of crime in residential environments: testing a social psychological model". *Journal of Social Psychology*. (vol. 129, n. ° 2). pp. 141-160.

YOUNG, D. (2003). *Pickpockets, their victims and the transit police*. (vol. 72, n. ° 12). Washington: FBI-Law Enforcement Bulletin. pp. 1-5.

ZIEGLER, J. (2003). *Os senhores do crime*. Rio de Janeiro: Record.

TESES E DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, A. (2014). Furto – Da Subtração à Consumação. Dissertação de Mestrado: Mestrado em Direito. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

BRÁS, M. (2012). *Turismo e Segurança: Efeito da Perceção de risco na Escolha do Destino Turístico: O Caso do Algarve*. Tese de Doutoramento: Doutoramento em Psicologia. Faro: Universidade do Algarve.

CARVALHO, I. (2015). *O turismo Acessível: estratégias de adaptação de uma cidade. O caso de Lisboa*. Tese de Doutoramento: Doutoramento em Gestão de Destinos e Produtos Turísticos. Lisboa: Universidade de Lisboa.

CLEMENTE, P. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da segurança pública* (Vol.2). Tese de Doutoramento: Doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

DAVID, M. (2014). *Modelo integrado de policiamento de proximidade: Funcionalidades, problemas e potencialidades*. Dissertação de mestrado: Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

ELIAS, L. (2012b). *Segurança na Contemporaneidade – Internacionalização e Comunitarização*. Tese de Doutoramento: Doutoramento em Ciência Política – Políticas Públicas. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

GOLLO, G. (2004). *Segurança e Turismo: Percepções Quanto ao Aspecto “Segurança” de um Destino Turístico, como Forma de Mantê-lo Atrativo e Competitivo*. Dissertação de Mestrado: Mestrado em Turismo e Hospitalidade. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.

JOAQUIM, G. (1995). *Turismo e Ambiente: Complementaridade e Responsabilidade - contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*. Tese de Mestrado: Mestrado em Turismo. Lisboa: ISCTE (policopiado).

MOREIRA, M. (2008). *Incivilidades e sentimento de insegurança: Estudo exploratório sobre a prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública*. Monografia de Licenciatura em Ciências Policiais (não publicada). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

RIBEIRO, M. (2017). *O Impacto do Turismo no Centro Histórico de Lisboa*. Dissertação de Mestrado: Mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa.

TATLOCK, J. (2009). *Gender and Crime, 1815 – 1834*. Tese de Doutoramento: Doutoramento em Criminologia. Wisconsin: Marquette University.

VARANDA, J. (2018). *Turismo de Natureza vs. Turismo de Massas - Estudo de caso: Região e Serra de Sintra*. Lisboa: FCSH. Dissertação de Mestrado: Mestrado em Gestão

do Território. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS PORTUGUESES

ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA n.º 3/2010 *in Diário da República*, Série I n.º 45, de 5 de março de 2010.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, referente ao processo n.º 150/14.6JBLSB-A.L1-9, de 4 de fevereiro de 2016.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, referente ao processo n.º 571/14.4GBMTJ.L1-9, de 12 de maio de 2015.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA, referente ao processo n.º 43/12.1GCLGS, de 15 de março de 2015.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO, referente ao processo n.º 347/10.8PJPT.P1, de 21 de fevereiro de 2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA de 2 de abril de 1976.

DECRETO-LEI n.º 48/95, de 15 de março. *Diário da República*. I Série-A. n.º 63. (Código Penal Português).

DECRETO-LEI n.º 78/87, de 17 de fevereiro. *Diário da República*. I Série-A. n.º 40. (Código de Processo Penal Português).

LEI n.º 7-B/2016, de 31 de março. *Diário da República*, Série I, n.º 63. (Grandes Opções do Plano para 2016-2019).

LEI n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, Série I, n.º 167. (Aprova a Lei de Segurança Interna).

LEI n.º 49/ 2008, de 27 de agosto. *Diário da República*, Série I, n.º 165. (Aprova a Lei de Organização e Investigação Criminal).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 35/2008, de 29 de julho. Diário da República n.º 145, Série I. (Aprova o segundo Protocolo modificativo ao acordo Ortográfico da Língua Portuguesa).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 79/2004, de 2 de abril. Diário da República, n.º 79, Série I. (Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 44/2007, de 19 de março. Diário da República n.º 55, Série I. (Aprova as opções fundamentais da reforma da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública).

LEGISLAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. (2008). Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, relativa à luta contra a criminalidade organizada. Jornal Oficial da União Europeia. (L 300, de 24 de outubro de 2008). pp. 42 - 45.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2009). Decisão 2009/902/JAI do Conselho: criação de uma Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade. Jornal Oficial da União Europeia. (L 321, de 8 de dezembro de 2009). pp. 44 - 46.

FONTES ELETRÓNICAS

BRANDÃO, A. (2015). “O Nexo Interno-Externo na Narrativa Securitária da União Europeia”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*. (vol.6, n.º1, maio-outubro, 2015). [Em linha] Disponível em https://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol6_n1/pt/pt_vol6_n1_art1.pdf. (Consultado em 22 de setembro de 2019).

BRITO, B. (2017). *O Turista e o Visitante: Contributos para a conceptualização do Turismo alternativo e Responsável*. IV Congresso Português de Sociologia. [Em linha] Disponível em https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dea1a49422_1.pdf (Consultado em 15 de janeiro de 2020).

COMISSÃO EUROPEIA. (2018). *Report From the Commission to the European Parliament and the Council. Brussels: European Commission*. [Em linha]. Disponível em https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-security/20181204_swd-2018-473-commission-staff-workingdocument_en.pdf. (Consultado em 25 de setembro de 2019).

COMISSÃO EUROPEIA. (2015). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Agenda Europeia para a Segurança*. [Em linha]. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52015DC0185&from=EN>. (Consultado em 25 de setembro de 2019).

COMISSÃO EUROPEIA. (2004). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu sobre a Prevenção da Criminalidade na União Europeia*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias. [Em linha]. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52004DC0165&from=PT>. (Consultado em 25 de setembro de 2019).

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. (2017). *Council conclusions on setting the EU's priorities for the fight against organised and serious international crime between 2018 – 2021*. Brussels: Council of the EU. [Em linha]. Disponível em <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-9450-2017-INIT/en/pdf>. (Consultado em 20 de fevereiro de 2019).

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. (2014). *EUROPOL REVIEW – General Report on EUROPOL Activities*. [Em linha]. Disponível em <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%2010426%202014%20INIT>. (Consultado em 20 de dezembro de 2019).

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. (2010). *Estratégia de segurança interna da União Europeia – Rumo a um modelo europeu de segurança*. [Em linha]. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/media/30754/qc3010313ptc.pdf>. (Consultado em 20 de dezembro de 2019).

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. (2003). *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança: Uma Europa Segura num Mundo Melhor*. [Em linha]. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/media/30824/qc7809568ptc.pdf>. (Consultado em 27 de setembro de 2019).

CROCKER, R., WEBB, S., GARNER, S., e SKIDMORE, M. (2017). *The impact of organized crime in local communities*. London: The Police Foundation. [Em linha]. Disponível em http://www.policefoundation.org.uk/2017/wpcontent/uploads/2017/10/oc_in_local_communities_final.pdf. (Consultado em 20 de dezembro de 2019).

ELIAS, L. (2012). *Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada – working paper #11*. Lisboa: Observatório Político. [Em linha]. Disponível em <http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2012/05/wp-11.pdf>. (Consultado em 29 de setembro de 2019).

ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DA REGIÃO DE LISBOA. (2019). *Plano Estratégico de Turismo para a Região de Lisboa 2020-2024*. [Em linha]. Disponível em https://www.lisboa.pt/fileadmin/atualidade/noticias/user_upload/Relatorio_Final_Plano_Estrategico-2020-2024_compressed.pdf. (Consultado a 10 de dezembro de 2019).

ESTEVES, H. e GOMES, N. (2008). “O Congresso de Vestefália”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*. pp. 50 – 51. [Em linha]. Disponível em https://www.janusonline.pt/arquivo/2008/2008_2_1.html. (Consultado a 10 de janeiro de 2019).

EUROPOL (2018). *Mobile Organized Crime Groups*. [Em linha]. Disponível em <https://www.europol.europa.eu/crime-areas-and-trends/crime-areas/mobile-crime-areas-and-trends-groups>. (Consultado em 2 de outubro de 2019).

EUCPN (2017). Pickpocketing committed by mobile organized crime groups. In EUCPN Secretariat (ed.). *EUCPN Theoretical Paper Series*. Bruxelas: European Crime Prevention Network. [Em linha]. Disponível em https://prevencekriminality.cz/wp-content/uploads/2019/03/theoretical_paper_pickpocketing.pdf. (Consultado a 10 de janeiro de 2020).

EUCPN (2018). *Prevention of pickpocketing within the EU – policy & practices*. in EUCPN Secretariat (ed.). *EUCPN Theoretical Paper Series*. Bruxelas: European Crime Prevention Network. [Em linha]. Disponível em https://eucpn.org/sites/default/files/document/files/eucpn_toolbox_n11_-_par_page.pdf. (Consultado a 10 de janeiro de 2020).

EUROPOL (2017). *EU Serious and Organized Crime Threat Assessment. Crime in the Age of Technology*. The Hague: European Police Office. [Em linha]. Disponível em <https://www.europol.europa.eu/newsroom/news/crime-in-age-of-technology---europol's>

-serious-and-organised-crime-threat-assessment-2017. (Consultado em 2 de outubro de 2019).

EUROPOL (2017). *EU Policy Cycle – Robust action to target the most pressing criminal threats*. [Em linha]. Disponível em <https://www.europol.europa.eu/empact>. Consultado em 2 de março de 2019).

EUROPOL (2015). *Exploring Tomorrow's Organized Crime*. The Hague: European Police Office. [Em linha]. Disponível em <https://www.europol.europa.eu/publications-documents/exploring-tomorrow's-organised-crime>. (Consultado em 3 de outubro de 2019).

GRINOLS, E., MUSTARD, D. e STAH, M. (2011). "How do Visitors Affect Crime". *Journal of Quantitative Criminology*. (n.º 27). pp. 363- 378. [Em linha]. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/226183258_How_do_Visitors_Affect_Crime. (Consultado a 4 de janeiro de 2020).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2019). *Estatísticas do Turismo 2018*. [Em linha]. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629548&PUBLICACOESmodo=2. (Consultado a 20 de dezembro de 2019).

JAMAL, T. e BUDKE, C. (2020). "Tourism in a world with pandemics: local-global responsibility and action". *Journal of Tourism Futures*. [Em linha]. Disponível em <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JTF0220200014/full/pdf?title=tourism-in-a-world-with-pandemics-local-global-responsibility-and-action>. (Consultado a 20 de março de 2020).

LOLOUM, B., Pinto, J.; Alarcão, N., Duarte, A. (2010). *Turismo em meio insular africano: Potencialidades, constrangimentos e impactos*. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais. [Em linha]. Disponível em <http://books.openedition.org/cei/336>. (Consultado em 15 de janeiro de 2020).

LÓPEZ, V. (2003). *Seguridad Turística: Los factores que condicionan la seguridad del turista*. [Em linha]. Disponível em <http://www.forodeseguridad.com/artic/discipl/4079.htm> (Consultado em 20 de dezembro de 2019).

KORSTANJE, M. (2015). *Seguridad y Terrorismo em um Mundo Global: Discutiendo la perspectiva según Sevil Somnez, Abraham (Abe) Pizam y Peter Tarlow*. Argentina:

Universidade de Palermo. [Em linha]. Disponível em <http://www.tourismandmore.com/wp-content/uploads/2014/12/UNA-INTRODUCCION-A-LA-SEGURIDAD-TURISTICA.pdf>. (Consultado em 13 de fevereiro de 2020).

MILHEIRO, E. e MELO, C. (2005). “O Grand Tour e o advento do turismo moderno”. *Turismo e Desenvolvimento*. pp.114 - 118. [Em linha]. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/261632848_O_Grand_Tour_e_o_advento_do_turismo_moderno. (Consultado em 13 de fevereiro de 2020).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2016). *Manual de Preenchimento – Modelo 262/DGPJM/DSEI/CRIMES REGISTADOS 2016*. [Em linha]. Disponível em https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/ptpt/Documents/M262_Regras_Preenchimento.pdf. (Consultado em 13 de fevereiro de 2020).

MOITA, L. (2012). “Uma releitura crítica do consenso em torno do «sistema vestefaliano»”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*. (vol.3, n. ° 2, outono de 2012). pp. 17 - 43. [Em linha]. Disponível em http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol3_n2/pt/pt_vol3_n2_art2.pdf. (Consultado em 13 de fevereiro de 2020).

Norton, R. (2012). *The Georgian Underworld: Criminal Subcultures in Eighteenth-Century England*. [Em linha]. Disponível em <http://rictornorton.co.uk/gu00.htm>. (Consultado em 15 de fevereiro de 2020).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2019). *ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050*. [Em linha]. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. (Consultado em 22 de setembro de 2019).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS e ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (1994). *Recommendations on Tourism Statistics*. (Series M, n. ° 83). New York: United Nations. [Em linha]. Disponível em https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83e.pdf. Consultado em 26 de março de 2020).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. (2020). *Impact Assessment of the COVID-19 Outbreak of International Tourism*. [Em linha]. Disponível em https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-03/24-03Coronavirus_0.pdf. (Consultado em 26 de março de 2020).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. (1995). *Concepts, Definitions and Classifications for Tourism Statistics*. Madrid: World Tourism Organization. [Em linha]. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284401031>. (Consultado em 26 de dezembro de 2020).

TARLOW, P. (2009). "Tourism Safety and Security". in *Jamal, T. e Robinson, M. (ed.) Sage Handbook of Tourism Studies*. Los Angeles, CA: Sage Publications. pp. 464 - 481. [Em linha]. Disponível em [http://abelo.zlibcdn.com/dtoken/d32deb69b4d78b27621094d3cb2c2b6e/The_SAGE_Handbook_of_Tourism_Studies_by_Tazim_Jama_2371995_\(z-lib.org\).pdf](http://abelo.zlibcdn.com/dtoken/d32deb69b4d78b27621094d3cb2c2b6e/The_SAGE_Handbook_of_Tourism_Studies_by_Tazim_Jama_2371995_(z-lib.org).pdf). (Consultado em 22 de janeiro de 2019).

SANTOS, E. (2015). "Globalização". *Revista Militar*. (n.º 2563/2564), pp. 629-660. [Em linha]. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/1039>. (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2018*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>. (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2017*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>. (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2016*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20(RASI)/RASI%202016.pdf). (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2015*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2016*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20(RASI)/RASI%202016.pdf). (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2015*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202015.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20(RASI)/RASI%202015.pdf). (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2014*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em https://www.parlamento.pt/Documents/XIIILEG/Abril_2015/relatorioseginterna2014.pdf. (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2013*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>. (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2012*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>. (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2011*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-RASI_2011.pdf. (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2010). *Relatório Anual de Segurança Interna – 2010*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral. [Em linha]. Disponível em https://www.parlamento.pt/Documents/XIIILEG/RASI_%202010.pdf. (Consultado em 22 de setembro de 2019).

SMITH R. (2018). *Estimating the costs of serious and organised crime in Australia 2016–17*. Canberra: Australian Institute of Criminology. [Em linha]. Disponível em <https://aic.gov.au/publications/sr/sr09>. (Consultado em 22 de janeiro de 2019).

TOMÉ, L. (2010). “Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*. (n.º 1, Outono 2010). [Em linha].

Disponível em https://www.observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art3. (Consultado em 22 de dezembro de 2019).

TURISMO DE PORTUGAL (2017). *Estratégia Turismo 2027*. [Em linha]. Disponível em https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Estrategia_Turismo_Portugal_ET27.pdf. (Consultado em 23 de dezembro de 2019).

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. (2008). *Overview of the Law Enforcement Strategy to Combat International Organized Crime*. [Em linha]. Disponível em <https://www.justice.gov/sites/default/files/criminal-ocgs/legacy/2011/05/20/04-08oic-strategy-english.pdf>. (Consultado em 23 de dezembro de 2019).

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I

PRIMEIRO CARTAZ TURÍSTICO PORTUGUÊS

ANEXO 1 - PRIMEIRO CARTAZ TURÍSTICO PORTUGUÊS



Fonte dos dados: FLICKR (2020). *Portugal: The shortest way between America and Europe.*

ANEXO II

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL COMO UM DOS DESTINOS TURÍSTICOS MAIS COMPETITIVOS DO MUNDO

ANEXO II - CINCO EIXOS ESTRATÉGICOS DO TURISMO EM PORTUGAL

VISÃO		AFIRMAR O TURISMO COMO HUB PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL EM TODO O TERRITÓRIO, POSICIONANDO PORTUGAL COMO UM DOS DESTINOS TURÍSTICOS MAIS COMPETITIVOS E SUSTENTÁVEIS DO MUNDO				
Objetivos Estratégicos	VALORIZAR O TERRITÓRIO E AS COMUNIDADES	IMPULSIONAR A ECONOMIA	POTENCIAR O CONHECIMENTO	GERAR REDES E CONECTIVIDADE	PROJETAR PORTUGAL	
Linhas de atuação	Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário	Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos	Prestigiar as profissões do turismo e formar recursos humanos que respondam às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades	Promover e reforçar rotas aéreas ao longo do ano e captar operações de <i>homeport</i> e de <i>turnaround</i> de cruzeiros	Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, investir, viver e estudar	
	Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais	Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar	Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas	Melhorar os sistemas de mobilidade rodoviária e de navegabilidade	Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional	
	Afirmar o turismo na economia do mar	Atrair investimento e qualificar a oferta turística	Difundir conhecimento e informação estatística	Promover o «turismo para todos», numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos	Valorizar a comunidade lusodescendente como ativo estratégico na promoção de Portugal e na captação de investimento	
	Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação	Estimular a economia circular no turismo	Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável	Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões	Tornar Portugal um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional	
	Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos	Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo	Afirmar Portugal como <i>smart destination</i>	Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores	Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional	
	Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística					
Operacionalização 2017-2020		TIPOLOGIAS DE PROJETOS PRIORITÁRIOS				

Fonte dos dados: ESTRATÉGIA DO TURISMO, 2027.

Anexo III

DADOS QUANTITATIVOS DO TURISMO EM PORTUGAL

ANEXO III – DADOS QUANTITATIVOS DO TURISMO EM PORTUGAL

TABELA 1 - Receitas, despesas e saldo de viagens e turismo por países em 2018

Unidade: 10⁶ Euros

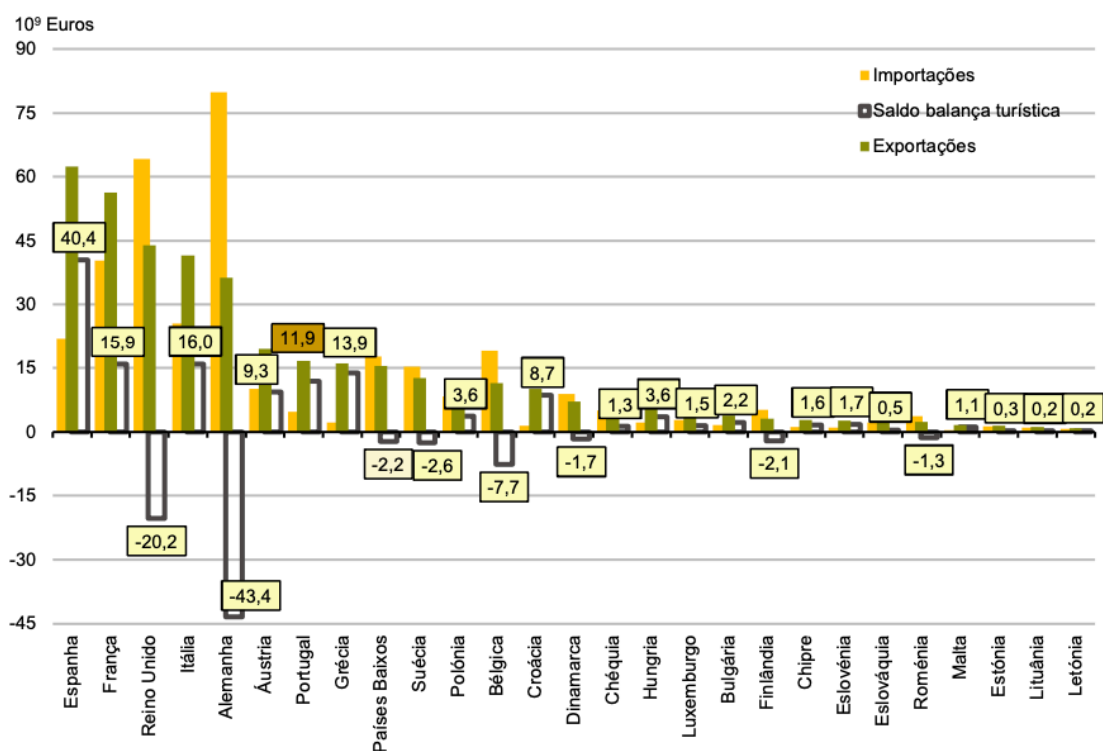
Países	Receitas		Despesas		Saldo	
	2018	Tx var.	2018	Tx var.	2018	Tx var.
Total	16 614,0	9,6%	4 704,4	9,6%	11 909,6	9,7%
Europa	13 511,0	9,4%	3 768,0	10,4%	9 743,0	9,0%
U.E.	12 784,2	9,5%	3 628,0	10,8%	9 156,2	9,0%
Reino Unido	2 809,7	8,4%	418,9	-0,1%	2 390,9	10,1%
França	2 726,5	9,8%	652,3	9,2%	2 074,2	10,0%
Alemanha	1 900,7	9,8%	292,5	5,3%	1 608,2	10,6%
Espanha	2 158,4	8,2%	1 396,4	13,6%	762,0	-0,6%
Holanda	674,2	5,8%	113,1	15,8%	561,2	4,0%
Outros U.E.	2 514,7	12,5%	754,9	15,4%	1 759,8	11,3%
Outros Europa	726,8	8,0%	140,1	1,8%	586,7	9,6%
<i>dos quais</i>	408,8	4,3%	64,6	-1,3%	344,2	5,4%
África	467,3	-11,8%	227,3	18,1%	240,0	-28,8%
PALOP	390,9	-16,9%	111,2	10,9%	279,7	-24,4%
Angola	289,6	-24,8%	37,2	-12,5%	252,4	-26,3%
Moçambique	71,8	17,5%	18,5	-6,2%	53,2	28,8%
Outros PALOP	29,5	22,8%	55,5	45,9%	-26,0	6,0%
Outros África	76,4	28,2%	116,1	25,9%	-39,7	14,5%
América	2 051,2	16,0%	499,2	1,9%	1 552,1	21,5%
E. U. A.	968,1	19,1%	230,4	2,4%	737,7	25,5%
Brasil	639,9	10,6%	92,8	-20,5%	547,1	18,4%
Canadá	330,1	20,3%	28,3	-6,2%	301,8	23,6%
Outros América	113,1	11,1%	147,6	25,0%	-34,5	18,1%
Ásia	433,7	14,8%	182,4	9,1%	251,3	19,3%
China	153,4	18,3%	15,5	20,1%	137,9	18,1%
Outros Ásia	280,3	13,0%	167,0	8,2%	113,4	20,8%
Oceania	98,1	23,9%	15,6	29,1%	82,5	23,0%

Tabela 2 - Dormidas segundo áreas costeiras e não-costeiras em 2018

NUTS	Total geral	Áreas costeiras	Áreas não costeiras
PORTUGAL	67 662,1	57 409,8	10 252,3
CONTINENTE	57 192,0	46 939,7	10 252,3
Norte	9 778,0	6 392,4	3 385,7
Alto Minho	725,5	341,6	383,9
Alto Tâmega	239,3	//	239,3
Área Metropolitana do Porto	6 319,4	5 920,9	398,6
Ave	524,4	//	524,4
Cávado	966,6	129,9	836,7
Douro	446,8	//	446,8
Tâmega e Sousa	338,9	//	338,9
Terras de Trás-os-Montes	217,1	//	217,1
Centro	6 777,8	2 138,3	4 639,5
Beira Baixa	157,5	//	157,5
Beiras e Serra da Estrela	761,9	//	761,9
Médio Tejo	1 231,4	//	1 231,4
Oeste	1 275,2	1 002,9	272,3
Região de Aveiro	720,8	551,8	169,0
Região de Coimbra	1 517,8	389,0	1 128,9
Região de Leiria	517,9	194,6	323,3
Viseu Dão Lafões	595,3	//	595,3
AM Lisboa	17 517,0	17 469,7	47,2
Alentejo	2 675,9	684,0	1 991,9
Alentejo Central	898,9	//	898,9
Alentejo Litoral	864,1
Alto Alentejo	382,3	//	382,3
Baixo Alentejo	350,6	//	350,6
Lezíria do Tejo	180,2
Algarve	20 443,2	20 255,3	187,9
RA AÇORES	2 125,8	2 125,8	//
RA MADEIRA	8 344,3	8 344,3	//

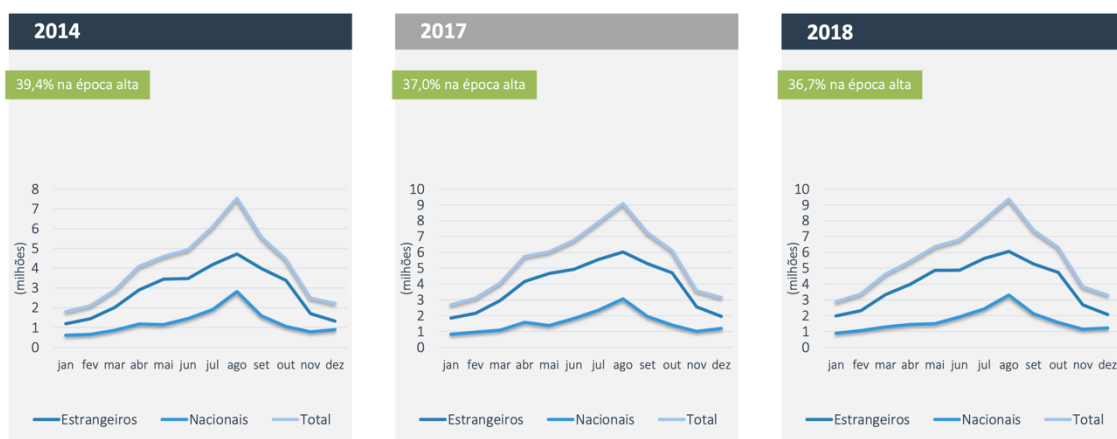
Fonte dos dados: INE, 2019, p. 70.

GRÁFICO 7 - Balança de Exportações e Importações do Turismo



Fonte dos dados: INE, 2019.

GRÁFICO 8 - Variação da Taxa de Sazonalidade



Fonte dos dados: TURISMO DE PORTUGAL, 2019.

Anexo IV

A CRIMINALIDADE ITINERANTE NO RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA DESDE 2010 A 2019

Anexo IV - A CRIMINALIDADE ITINERANTE NO RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA DESDE 2010 A 2019

TABELA 3 - A Criminalidade Itinerante no Relatório Anual de Segurança Interna desde 2010 a 2019

RASI 2010	Segundo o RASI de 2010 o carácter itinerante destes grupos ou células, a aparente ausência de bases logísticas de apoio operacional, a sua breve presença em TN e a capacidade de rápido recuo para outros países da Europa, a par da sua estrutura organizada e hermética, têm concorrido para acrescidas dificuldades no que concerne à prevenção e repressão da sua ação (RASI, 2010, p. 43).
RASI 2011	Segundo o RASI de 2011, existiu um decréscimo na criminalidade violenta e grave, todavia, para a “prática de crimes violentos concorreram, para além de cidadãos portugueses ou residentes em TN (especialmente residentes em zonas urbanas sensíveis (ZUS) e malhas degradadas dos grandes centros urbanos), grupos estrangeiros de dimensão variável os quais, de modo persistente, praticam criminalidade itinerante em TN, explorando um amplo leque de ilícitos criminais, recorrendo a modus operandi inovadores e conexos com um elevado nível de organização, planeamento, sofisticação e, em alguns casos, inusitada violência (2011, p. 34).
RASI 2012	Segundo o RASI de 2012, a livre circulação de bens e pessoas proporcionada pelo Espaço <i>Schengen</i> veio criar um novo leque de oportunidades de exploração por parte de grupos criminosos cuja forte mobilidade serve, essencialmente, o propósito de obstar ou retardar a ação repressiva das autoridades em cada Estado-Membro. Gradualmente, estes grupos foram adquirindo maior grau de organização, profissionalização e sofisticação, constituindo-se como efetivas estruturas criminosas, cuja área de atuação compreende todo o espaço europeu. A criminalidade itinerante tornou-se, assim, um dos fenómenos com maior impacto ao nível da criminalidade registada à escala europeia. A crescente intensificação deste tipo de crime, a sua dispersão em TN e a diversidade de alvos acaba por ter um forte impacto negativo, não só nas estatísticas da criminalidade, como também no designado sentimento de insegurança das populações, uma vez que estes crimes se dirigem indistintamente contra a propriedade privada ou contra o património histórico, social e cultural comum (2012, pp. 42 – 43).
RASI 2014	Segundo o RASI de 2014, a questão da chamada criminalidade itinerante, desenvolvida, sobretudo, por cidadãos oriundos do Leste Europeu e particularmente associada a crimes como exploração de menores para mendicidade, furtos a pessoas, residências e estabelecimentos comerciais deve ser objeto de um refinamento analítico do conceito. Tal visaria distinguir as ações que configuram apenas um maior nível de organização no contexto da pequena criminalidade, dos casos em que, sob uma mesma aparência, se pode estabelecer uma relação direta de financiamento de poderosas

	estruturas criminosas transnacionais, cujas lideranças se encontram habitualmente nos respetivos países de origem. Apesar de ambos os casos terem impacto na Segurança Interna, eles representam níveis de ameaça distintos (RASI, 2014, p. 11).
RASI 2015	Segundo o RASI de 2015, o aprofundar do conhecimento quanto à chamada criminalidade itinerante, promovida por estruturas oriundas do leste europeu, permitiu evidenciar indícios que sugerem o estabelecimento de relações de cooperação criminal quer com grupos criminosos autóctones quer com estruturas do crime organizado transnacional. (RASI, 2015, p. 83)
RASI 2016	<p>Segundo o RASI de 2016, a criminalidade itinerante encontra-se associada a grupos criminosos oriundos do Cáucaso, que através do uso de documentos de viagem falsos e falsificados da União Europeia, se dedicam à prática de crimes contra o património, provocando um evidente alarme social (p. 43);</p> <p>Neste documento vem referida uma menção à ação preventiva deste fenómeno mediante a formação de Equipas Mistas de Prevenção Criminal/Grupos Técnicos de Prevenção da Criminalidade que se dedicam à análise e avaliação permanentes da criminalidade, a necessidade de definição de estratégias integradas e de procedimentos concertados de prevenção e combate à delinquência e à insegurança, constituem pressupostos de resposta eficaz no combate à criminalidade, em determinadas regiões do TN e/ou relativamente a fenómenos criminais específicos com impacto local, regional, transregional e em muitos casos transnacional (itinerante). (p. 103).</p>
RASI 2017	<p>Segundo o RASI de 2017, a criminalidade itinerante encontra-se associada a grupos criminosos oriundos do Cáucaso, que através do uso de documentos de viagem falsos e falsificados da União Europeia. Dedicam-se à prática de crimes contra o património, provocando um evidente alarme social (RASI, 2017, p. 42).</p> <p>Associa-se o casamento ou união de conveniência, ao tráfico de pessoas, não raras vezes associado ao lenocínio e exploração laboral, e a criminalidade itinerante, todos ligados à criminalidade grave, organizada e transnacional, são crimes que têm merecido especial atenção. (RASI, 2017, p. 42).</p>
RASI 2018	Segundo o RASI de 2018, o tráfico de estupefacientes (e.g. heroína, cocaína, drogas sintéticas), o auxílio à imigração ilegal e o tráfico de seres humanos, a criminalidade financeira e o branqueamento de capitais, o tráfico de armas, a projeção de grupos de criminalidade itinerante e o cibercrime constituíram-se como áreas prioritárias de ação, num quadro complementado pelo acompanhamento aturado da evolução da ameaça associada à criminalidade e pirataria marítima, em particular na região do Golfo da Guiné (RASI, 2018, p. 79).

Fonte dos Dados: RASI, vários anos.

Anexo V

TÉCNICAS UTILIZADAS PELOS CARTEIRISTAS

Anexo V – PRINCIPAIS TÉCNICAS UTILIZADAS PELOS CARTEIRISTAS

1. O carteirista aproxima-se da vítima, com a utilização de um jornal, revista, ou lenço cobre-lhe a mala e retira os pertences aí constantes. O recurso a estes objetos permite que a vítima perca o contacto visual com os seus bens, criando as condições favoráveis ao furto.
2. O carteirista fita a vítima, colocaca-se estrategicamente à sua frente e pára repentinamente, ou avaga a marcha. A vítima acaba por chocar com o ofensor, criando-se o momento de distração perfeito à ação de um segundo elemento que aproveita para furtar os objetos mais expostos e acessíveis, partindo em retirada assim que deles consegue posse.
3. O carteirista fita a vítima que circula com os seus pertences em evidência (e.g. com o bolso traseiro da mochila aberto, transportando no bolso traseiro das calcas a carteira, dinheiro ou o telemóvel). Coloca-se atrás da vítima e aguarda que esta entre num meio de transporte ou superfície comercial. Em sincronia com a sua entrada furta-lhe os bens e parte em retirada.
4. Esta tática é realizada por dois elementos, o carteirista finge estar a comprar o bilhete na área das máquinas automáticas, a vítima aproxima-se do ofensor pretendendo adquirir o bilhete na máquina ao seu lado. Quando se encontra lado a lado com o criminoso, surge o segundo carteirista, que aborda a vítima com uma atitude prestável, criando o momento de distração que permite ao seu parceiro o cometimento do furto e célere abandono do local.
Esta tática pode ser também realizada num café ou estabelecimento comercial.
5. Esta tática é realizada a dois, um dos carteiristas aborda e questiona a vítima. Enquanto interage com esta, o segundo elemento aproveita a desatenção para furtar os bens da padecente e seguir para longe do local do furto.
6. Esta técnica tem lugar dentro dos transportes públicos, mas também pode seceder no seio de qualquer contexto de multidão. Por norma, um grupo de três ou quatro carteiristas insere-se no TP, seleciona a vítima, e age concertadamente: um elemento empurra a vítima contra os restantes; outro é responsável pelo saque dos seus pertences, bem como por passá-los ao terceiro

elemento; este após ter os pertences do lesado consigo dirige-se à saída do TP aguardando a paragem para se afastar do local do crime.

7. Também as esplanadas dos cafés e restaurantes são locais propícios ao furto por carteirista, pois os clientes têm por hábito sentarem-se e colocarem as malas penduradas nas costas das cadeiras. Aproveitando tal comportamento, o carteirista senta-se próximo da cadeira com os pertences vulneráveis, pendurando o seu casaco nas costas da sua cadeira, fingindo mexer nos seus bolsos aproveita a cobertura visual fornecida pelo casaco e furta os pertences da vítima.
8. No contexto de esplanada os clientes encontram-se abstraídos pelo lazer, sendo que, por vezes, desleixam no cimo da mesa os seus pertences (e.g. carteira, telefone, óculos de sol), atentos a esse descuido os carteiristas abordam-nos fingindo vender algo, expondo, não poucas vezes, os artigos que pretendem vender em cima da mesma, aproveitando-se da confusão os carteiristas acabam furtando os objetos que se encontram no tampo da mesa.
9. O grupo de carteiristas seleciona o seu alvo, um elemento vai de encontro à vítima e deixa cair propositadamente alguns pertences, ou finge desequilibrar-se, a vítima instintivamente tenta auxiliá-lo. Aquando deste momento, um segundo elemento do grupo de criminosos passa por ambos e propositadamente suja a roupa da vítima (e.g. normalmente circulam com comida na mão, provocando nódoas com, por exemplo, mostarda, *ketchup*, etc.). O carteirista cuja vítima se encontrava a prestar auxílio, rapidamente se predispõe a limpar a nódoa na roupa da vítima, sendo este o momento em que a vítima se encontra mais absorta do que a rodeia, aproveitando a situação, um terceiro elemento aproxima-se e furta os pertences da vítima, afastando-se rapidamente do local.
10. O carteirista fita o seu alvo, normalmente escolhe pessoas de avançada idade, finge conhecê-las e abraça-as como se de um reencontro se trata-se, enquanto as abraça, aproveita o contacto físico para furtar os objetos da vítima.
11. O carteirista dirige-se ao seu alvo, normalmente indivíduos de idade mais avançada, solicita-lhe que lhe destroque uma nota por moedas. A vítima, enquanto procura as moedas na sua carteira é alvo da pressão e insistência por

parte do carteirista, deixando-a de tal modo baralhada que consegue o meliante apropriar-se de uma quantia monetária superior à que pretendia trocar.

12. O carteirista aborda a vítima na via pública, convida-a a contribuir para uma causa benéfica, mostrando-lhe de modo insistente panfletos e fotografias por forma a captar a sua atenção, aproveitando-se da cobertura dada pelos panfletos furta os bens da vítima.
13. Em contexto de festas ou discotecas, o carteirista convida a vítima para dançar. Enquanto dançam, rodeados de pessoas, outro carteirista aproxima-se e furta os pertences das vítimas.
14. Uma outra tática consiste no facto dos carteiristas se fazerem passar por turistas (e.g. trajando como turistas, tirando fotografias perto de monumentos), a manobra de distração consiste em acercarem-se de locais turísticos, especialmente de grupos de excursionistas, embrenhadas no contexto grupal, aproveitam para furtar os pertences aos turistas.

Denote-se que a atuação grupal é concertada, sendo que cada elemento tem perfeita consciência do que fazer e em que momento. É ainda comum a presença de um vigia, um membro do grupo e circula apartado dos restantes e tem como função perceber se o local em que pretendem proceder ilicitamente é viável aos furtos, ou se se encontra sob vigilância policial.

Anexo VI

O FURTO POR CARTEIRISTA PELA IMPRENSA NACIONAL

Anexo VI - O FURTO POR CARTEIRISTA PELA IMPRENSA E REDES SOCIAIS

IMAGEM 1 - Notícia Furto por Carteirista



RITA PEREIRA CARVALHO
12/06/2019 16:22

© João Porfírio



Só este ano já foram detidas pela PSP 85 pessoas pelo crime de furto por carteirista. No ano passado, o número ultrapassou as 250.

Fonte: JORNAL I, 2020.

Imagem 2 - Notícia Furto por Carteirista



Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2020.

IMAGEM 3 - Notícia Furto por Carteirista



Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2020.

IMAGEM 4 - Notícia Furto por Carteirista



Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2020.

IMAGEM 5 - Notícia Furto por Carteirista



Fonte: JORNAL DE NOTÍCIAS, 2020.

IMAGEM 6 - Notícia Furto por Carteirista



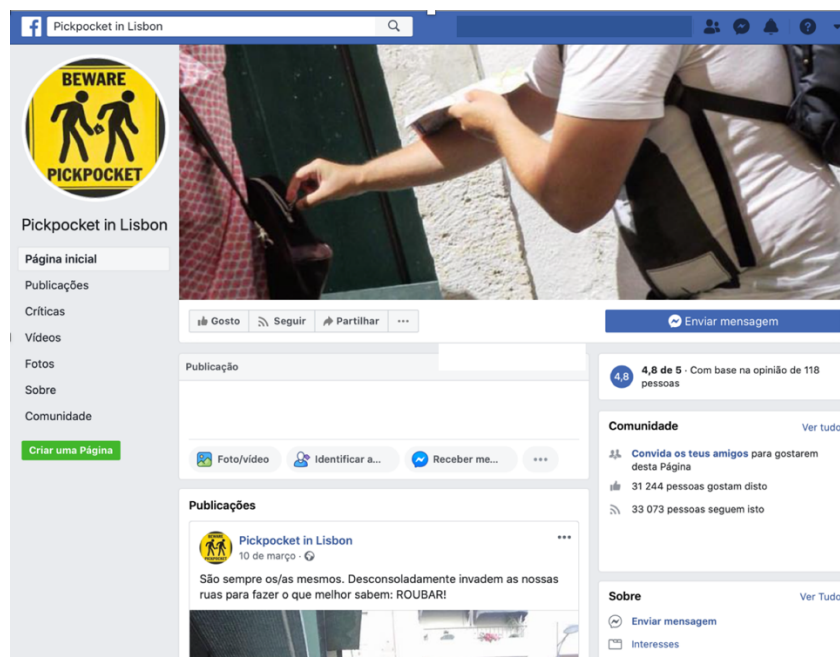
Fonte: MSN, 2020.

IMAGEM 7 - Notícia Furto por Carteirista



Fonte: PÁGINA DO FACEBOOK SOBRE O FURTO POR CARTEIRISTAS, 2020.

IMAGEM 8 - Notícia Furto por Carteirista



Fonte: PÁGINA DO FACEBOOK SOBRE O FURTO POR CARTEIRISTAS, 2020.

Anexo VII

VITIMAÇÕES POR FURTO POR CARTEIRISTA EM LISBOA

Anexo VII - VITIMAÇÕES POR FURTO POR CARTEIRISTA EM LISBOA

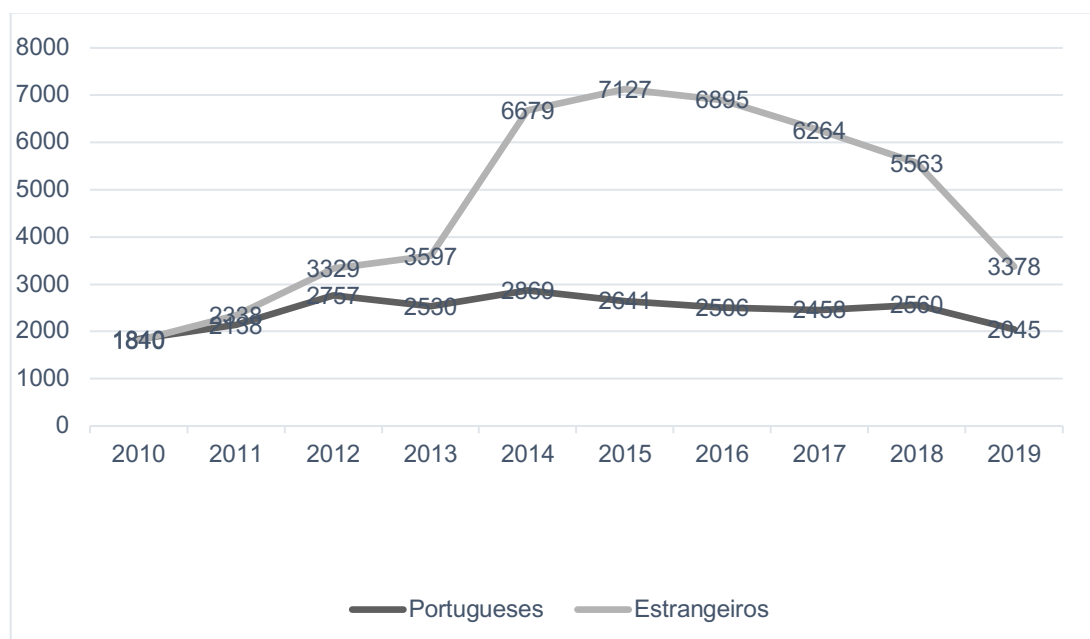
TABELA 4 - Número de Vitimações por Furto por Carteiristas por Nacionalidade

Vítimas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Portugal	1840	2138	2757	2530	2869	2641	2506	2458	2560	2045
França	189	249	398	481	1046	1182	1246	1025	654	343
Alemanha	195	262	347	378	768	860	782	671	534	277
Itália	162	190	237	277	460	565	546	493	475	251
Espanha	200	226	264	293	476	437	479	398	410	203
Brasil	164	200	242	197	270	305	288	415	531	427
Inglaterra	86	143	169	198	346	357	347	368	231	137
Holanda	65	98	215	225	320	333	327	270	210	102
Angola	105	119	159	162	195	186	135	160	149	150
EUA	53	58	71	102	151	181	186	181	194	115
Bélgica	71	55	90	71	204	206	189	143	105	62
China	13	25	29	60	206	193	173	147	149	90
Japão	31	30	77	86	176	173	167	129	106	52
Outros*	506	713	1108	1203	2237	2322	2197	1993	1921	1221

* Engloba as vitimações de pessoas oriundas de 164 países diferentes.

Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 9 - Comparação entre as vitimações nacionais e estrangeiras entre 2010 e 2019



Fonte dos dados: SEI, 2020.

Anexo VIII

DOS CARTEIRISTAS

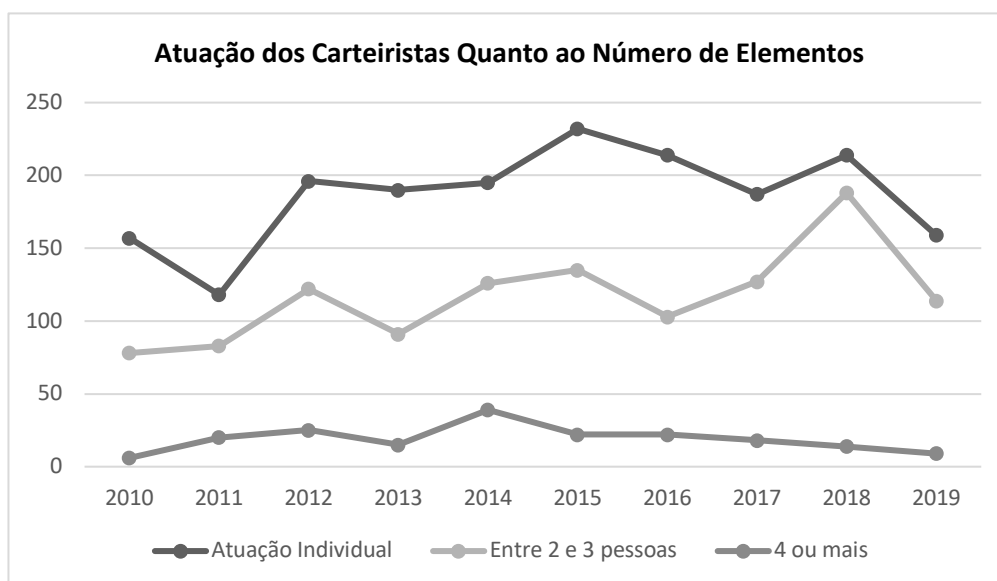
Anexo VIII - DOS CARTEIRISTAS

TABELA 5 - Atuação dos Carteiristas Quanto ao Número de Elementos

Número de Elementos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Atuação Individual	157	118	196	190	195	232	214	187	214	159
Entre 2 e 3 pessoas	78	83	122	91	126	135	103	127	188	114
4 ou mais	6	20	25	15	39	22	22	18	14	9

Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 10 - Atuação dos Carteiristas Quanto ao Número de Elementos



Fonte dos dados: SEI, 2020.

TABELA 6 - Nacionalidade dos Ofensores

Nacionalidade dos Ofensores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Portuguesa	302	263	355	312	366	286	256	202	213	170
Romena	45	81	103	83	215	239	163	278	374	186
Búlgara	6	2	3	9	25	34	36	29	10	29
Cabo Verdiana	3	6	9	10	7	15	9	8	15	5
Marroquina	6	4	12	8	15	10	4	2	25	0
Angolana	3	2	7	5	11	6	7	9	4	7

Fonte dos dados: SEI, 2020.

TABELA 7 - Suspeitos Portugueses

Cidadãos Portugueses	Total	% Total	% Células Preenchidas (914)
Empregados	574	26,3908046	62,80087527
Desempregados	298	13,7011494	32,60393873
Aposentados	42	1,93103448	4,595185996
Total	914	42,0229885	100
Número de Crimes cometido por pessoa	Total	%Total	
1 crime cometido	2009	94,0983607	
2 ou 3 crimes cometidos	70	3,27868852	
4 ou mais crimes cometidos	56	2,62295082	
Total	2135	100	

Fonte dos dados: SEI, 2020.

TABELA 8 - Suspeitos Romenos

Cidadãos Romenos	Total	% Total	% Células Preenchidas (459)
Empregados	42	5,82524272	9,150326797
Desempregados	417	57,8363384	90,8496732
Aposentados	0	0	0
Total	459	63,6615811	100
Número de Crimes Cometidos por Pessoa	Total	%Total	
1 crime cometido	360	49,9306519	
2 ou 3 crimes cometidos	222	30,7905687	
4 ou mais crimes cometidos	139	19,2787795	
Total	721	100	

Fonte dos dados: SEI, 2020.

TABELA 9 - Suspeitos de Outras Nacionalidades

Outras Nacionalidades	Total	%Total (567)	% Células Preenchidas (437)
Empregados	235	41,44620811	51,19825708
Desempregados	198	34,92063492	43,1372549
Aposentados	4	0,705467372	0,871459695
Total	437	77,07231041	95,20697168
Número de Crimes Cometidos por Pessoa	Total	% Total (567)	
1 crime cometido	434	76,54320988	
2 ou 3 crimes cometidos	94	16,57848325	
4 ou mais crimes cometidos	39	6,878306878	
Total	567	100	

Fonte dos dados: SEI, 2020.

TABELA 10 - Dados Gerais

Total Geral	
Empregado	851
Desempregado	913
Aposentado	46
Total	1810
1 crime cometido	2803
2 ou 3 crimes cometidos	386
4 ou mais crimes cometidos	234
Total	3423
Total de Registos*	3449

*O total congrega 26 registos que não tinham determinada a nacionalidade dos suspeitos.

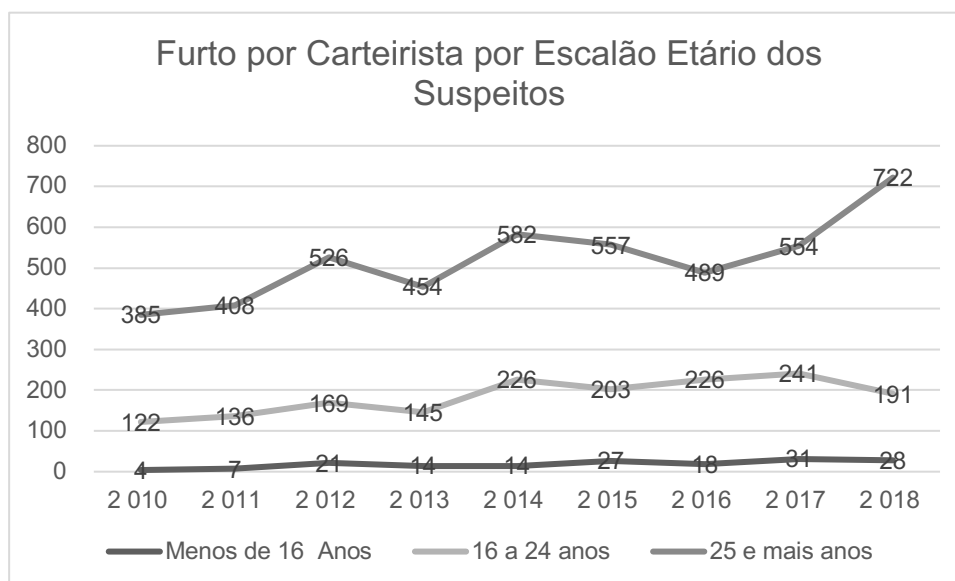
Fonte dos dados: SEI, 2020

TABELA 11 - Género dos Suspeitos

Género dos Suspeitos	Número	%
Masculino	3308	60,88717099
Feminino	2020	37,1801951
n.d.	105	1,932633904
Total	5431	100

Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 11 - Furto por Carteirista por Escalão Etário dos Suspeitos



Fonte dos dados: SEI, 2020.

TABELA 12 - Escalão Etário dos Suspeitos

	Menos de 16 Anos	16 a 24 anos	25 e mais anos
2 010	4	122	385
2 011	7	136	408
2 012	21	169	526
2 013	14	145	454
2 014	14	226	582
2 015	27	203	557
2 016	18	226	489
2 017	31	241	554
2 018	28	191	722
Total	164	1 659	4 677

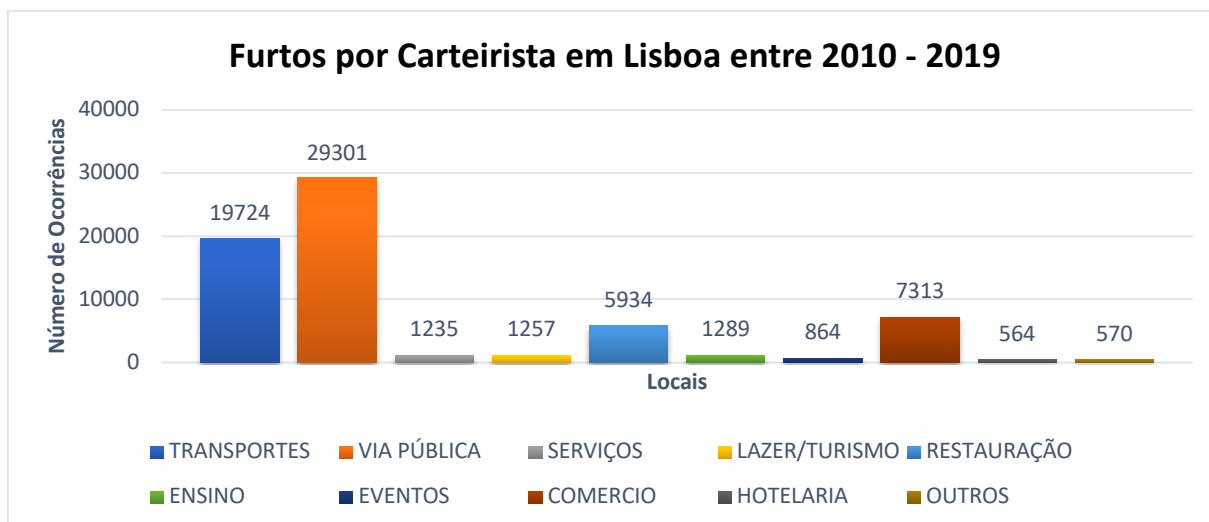
Fonte dos dados: SEI, 2020.

Anexo IX

LOCAIS DE OCORRÊNCIA DO FURTO POR CARTEIRISTA

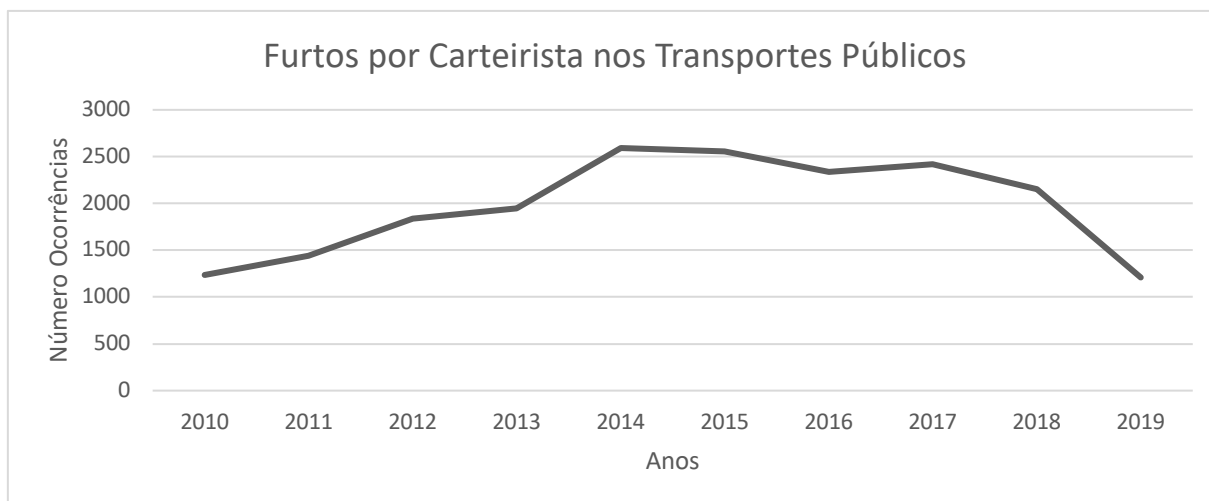
Anexo IX - LOCAIS DE OCORRÊNCIA DO FURTO POR CARTEIRISTA

GRÁFICO 12 - Distribuição Espacial do Furto por Carteirista



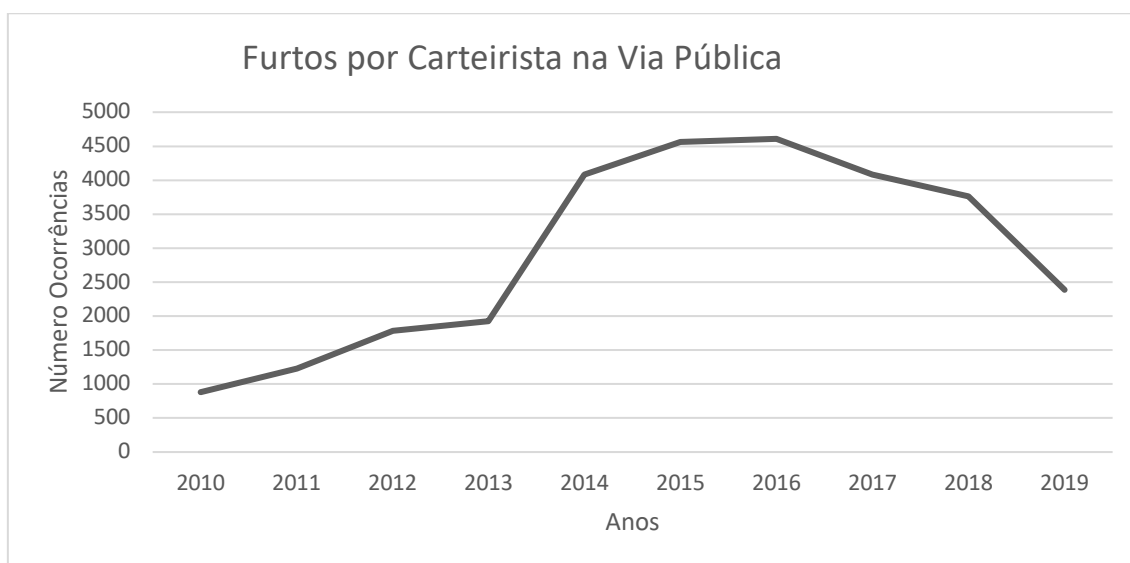
Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 14 - Distribuição do Furto por Carteirista em Transportes Públicos entre 2010 e 2019



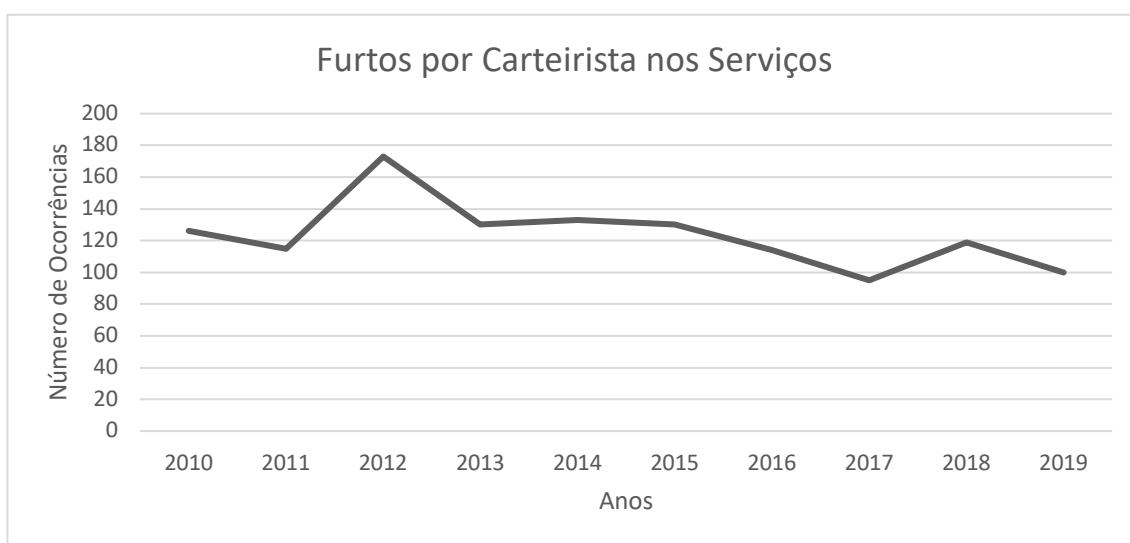
Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 16 - Distribuição do Furto por Carteirista na Via Pública entre 2010 e 2019



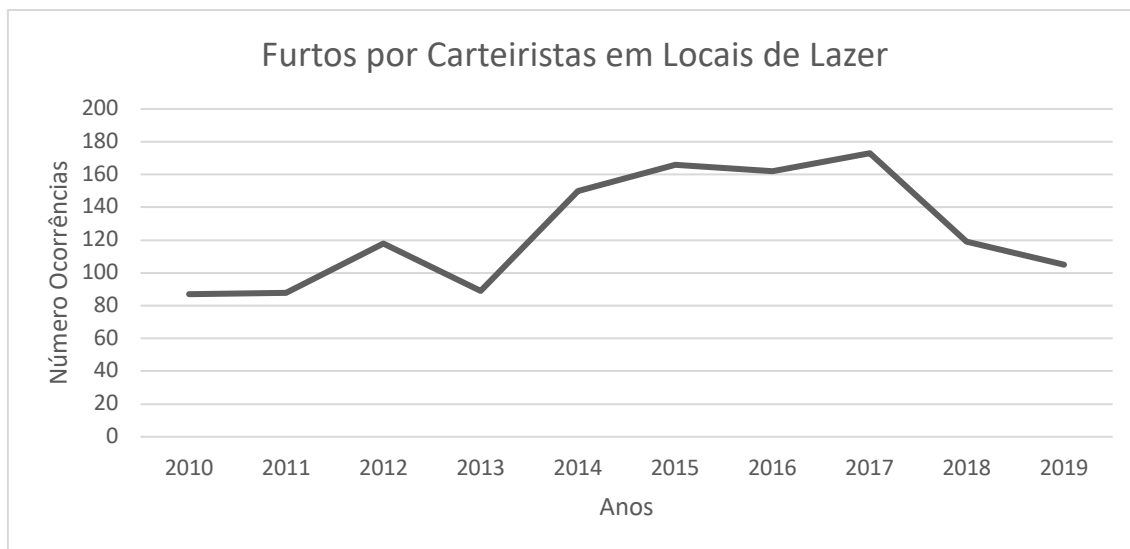
Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 17 - Distribuição do Furto por Carteirista nos Serviços entre 2010 e 2019



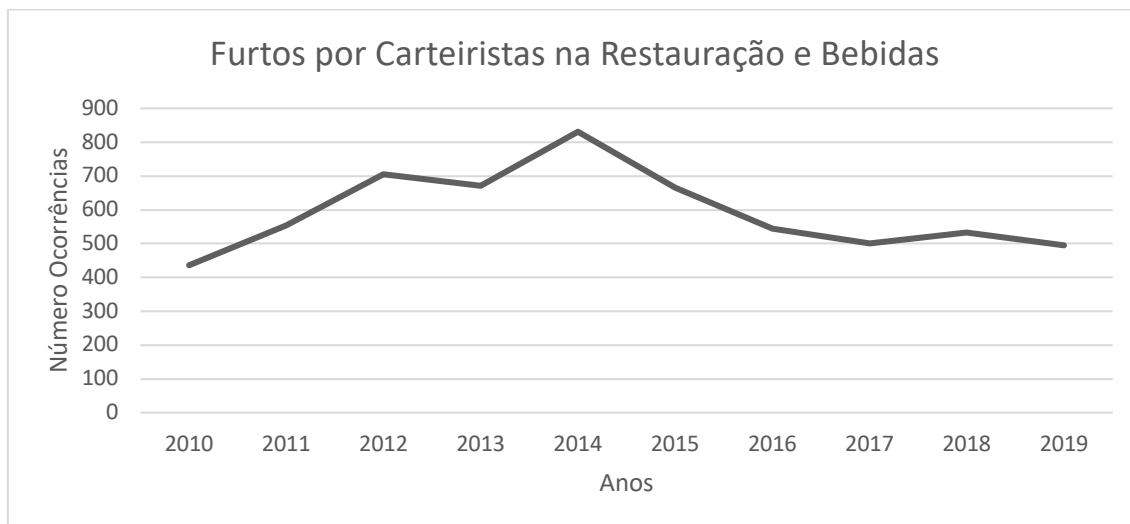
Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 19 - Distribuição do Furto por Carteiristas em Locais de Lazer entre 2010 e 2019



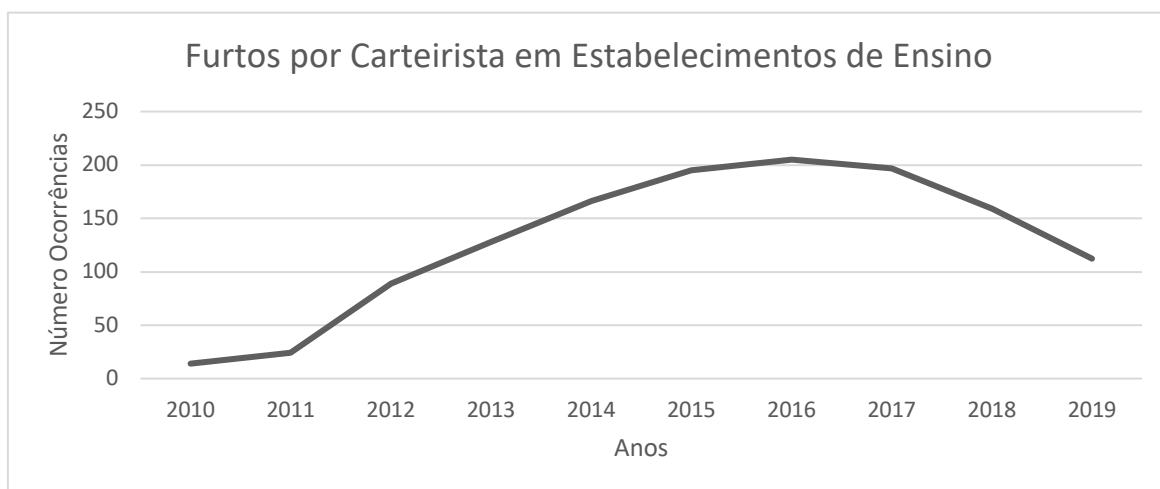
Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 20 - Distribuição do Furto por Carteiristas na Restauração e Bebidas entre 2010 e 2019



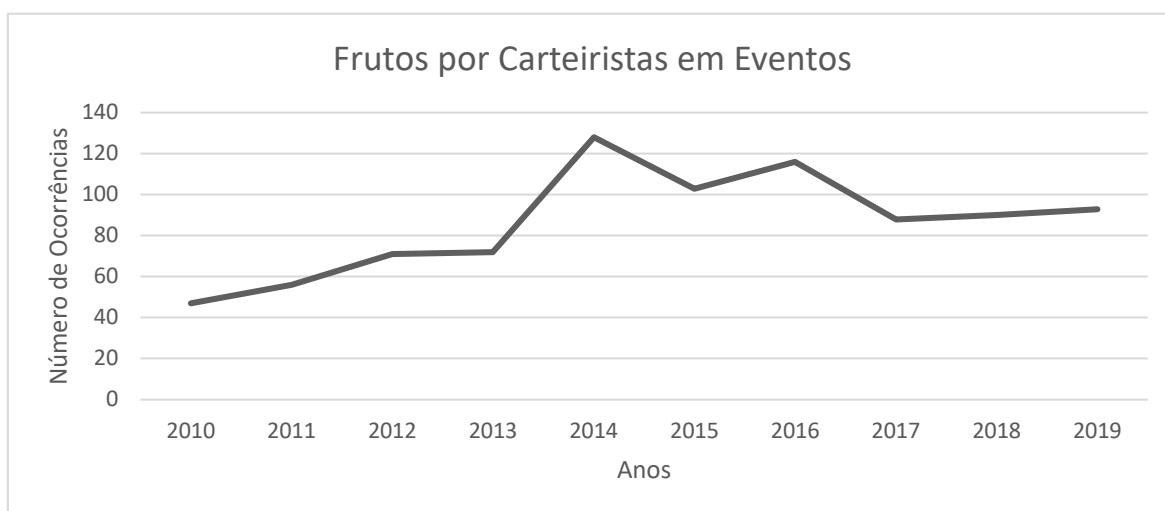
Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 21 - Distribuição do Furto por Carteiristas em Estabelecimentos de Ensino entre 2010 e 2019



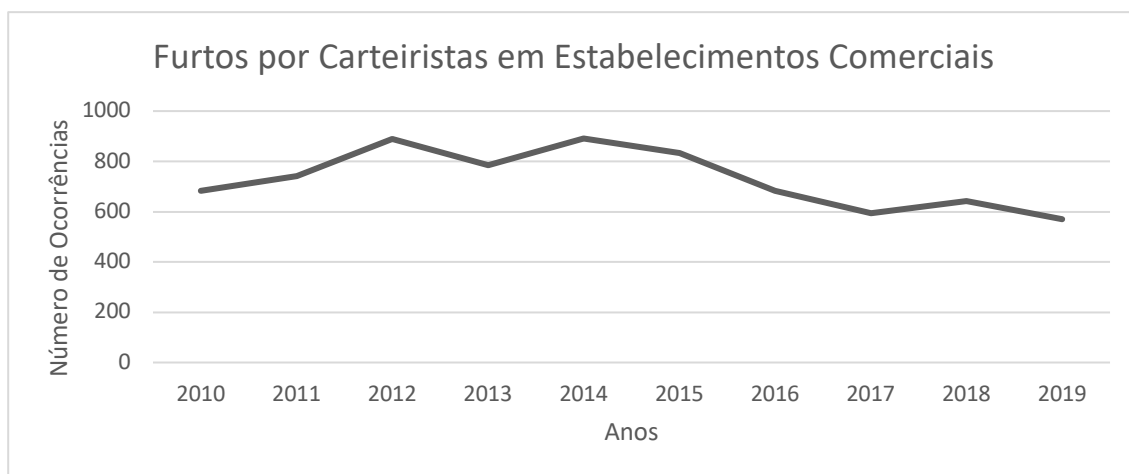
Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 22 - Distribuição do Furto por Carteiristas em Eventos entre 2010 e 2019



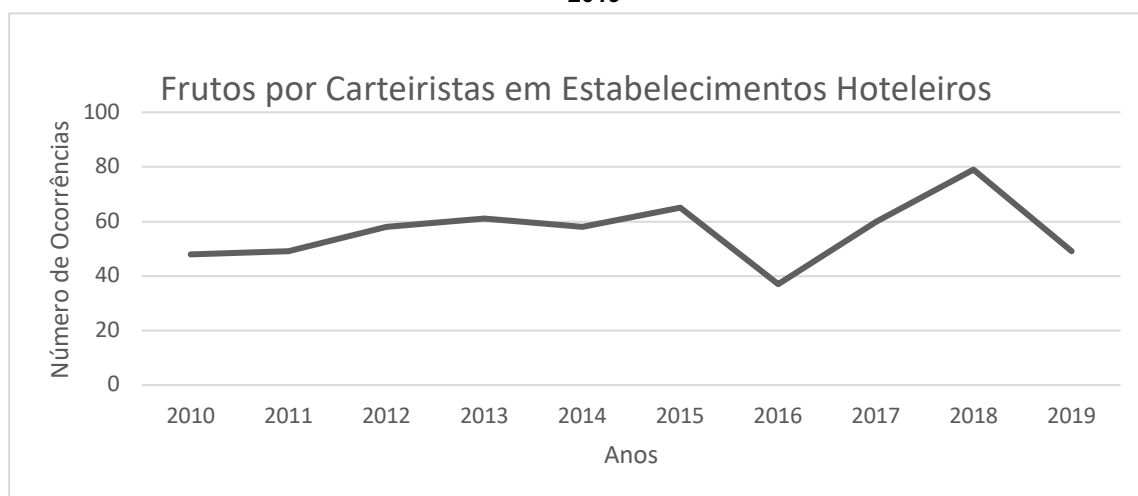
Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 24 - Distribuição do Furto por Carteiristas em Estabelecimentos Comerciais entre 2010 e 2019



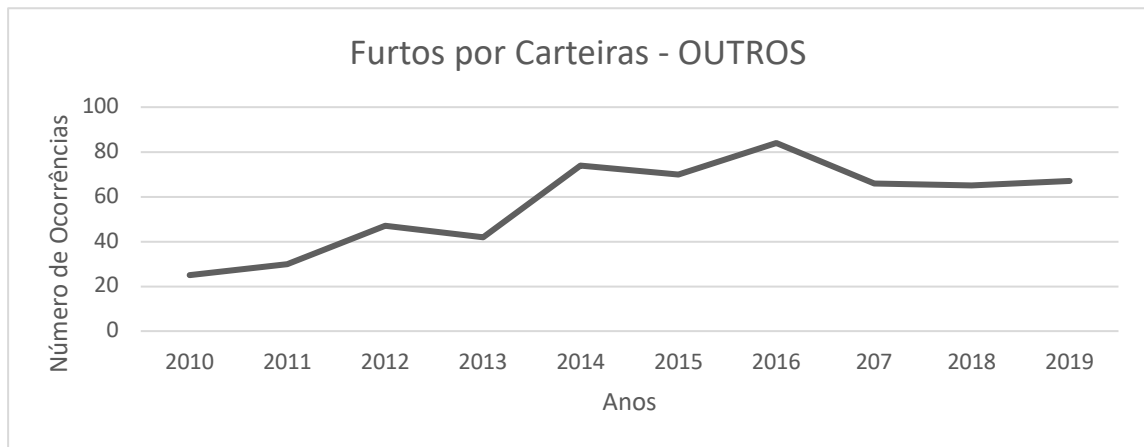
Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 27 - Distribuição do Furto por Carteiristas em Estabelecimentos Hoteleiros entre 2010 e 2019



Fonte dos dados: SEI, 2020.

GRÁFICO 29 - Distribuição do Furto por Carteiristas - OUTROS entre 2010 e 2019



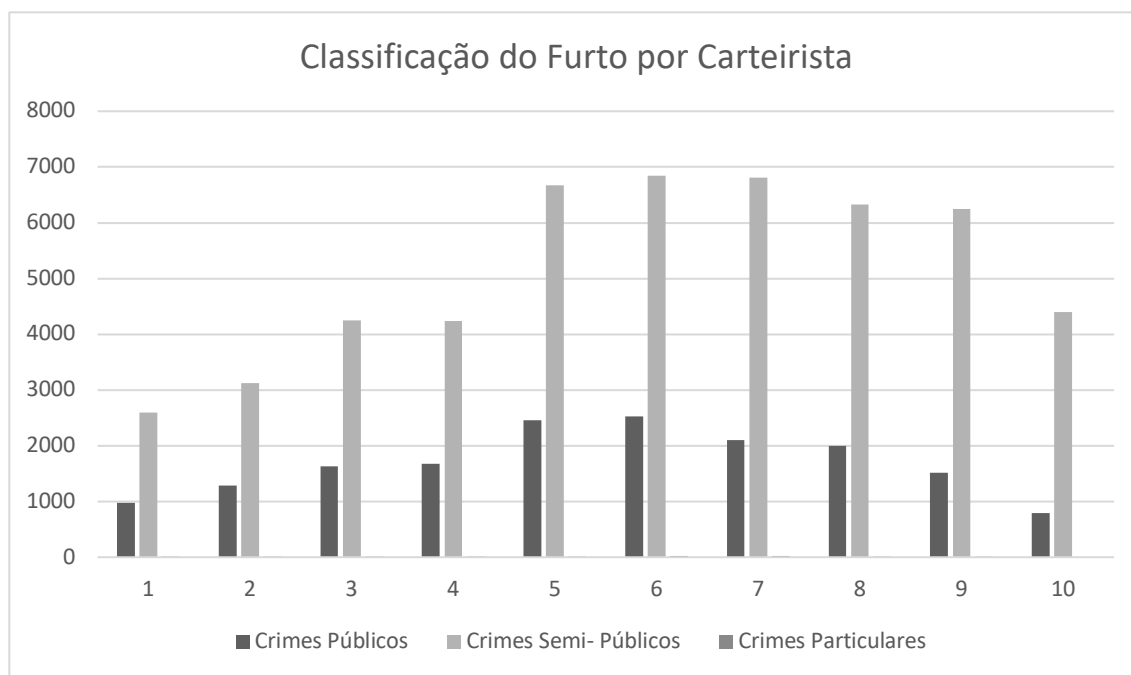
Fonte dos dados: SEI, 2020.

Anexo X

CLASSIFICAÇÃO DO FURTO POR CARTEIRISTA

Anexo XI - CLASSIFICAÇÃO DO FURTO POR CARTEIRISTA

GRÁFICO 31 - Classificação do Furto por Carteirista



Fonte dos dados: SEI, 2020.

Anexo XI

SOMA DOS VALORES FURTADOS POR CARTEIRISTA

Anexo XI - SOMA DOS VALORES FURTADOS POR CARTEIRISTA

Tabela 13 - Soma dos Valores Furtados por Carteiristas

Anos	Soma dos Valores Furtados por Carteiristas**
2016	4,643,483,1
2017	4,370,419,32
2018	4,571,924,27
2019*	3,865,901,19

*Dados até outubro de 2019

**Milhões de Euros

Fonte dos dados: PSP, s.d..

APÊNDICE I

ENTREVISTAS

GUIÃO DA ENTREVISTA

LISBOA

Entrevista 1

1. No âmbito da criminalidade patrimonial, quais considera serem os principais desafios à atividade policial?
2. Tendo em consideração o crime de furto cometido por carteirista considera que se verifica uma sofisticação/ evolução na efetivação do crime?
3. Qual o impacto do turismo neste tipo de crimes?
4. Qual a perceção das vítimas face à atuação policial?
5. Que estratégias de combate a este tipo de crime crê serem mais eficazes?
6. Como analisa a cooperação e colaboração policial no que respeita à prevenção deste tipo de fenómenos?

GUIÃO DA ENTREVISTA

LISBOA

Entrevista 2

1. No âmbito da criminalidade patrimonial, quais considera serem os principais desafios à atividade policial?
2. Tendo em consideração o crime de furto cometido por carteirista considera que se verifica uma sofisticação/ evolução na efetivação do crime?
3. Considera que a proliferação do turismo teve impacto neste tipo de crime?
4. Qual considera ser o papel desempenhado pelas esquadras de competência genérica no âmbito da prevenção deste tipo de crimes?
5. Como analisa a cooperação e colaboração policial no que respeita à prevenção deste tipo de fenómenos?

GUIÃO DA ENTREVISTA

LISBOA

Entrevista 3

1. Como caracteriza a criminalidade patrimonial atualmente?
2. Quais os principais desafios à atuação policial neste âmbito?
3. No que concerne ao furto cometido por carteirista constata algum tipo de evolução/sofisticação entre o crime que atualmente se pratica e aquilo que no passado representou?
4. Quais as medidas tomadas que mais se mostraram válidas no trato destes ilícitos?
5. Qual considera ser o papel desempenhado pelas esquadras de competência genérica no âmbito da prevenção deste tipo de crimes?

ENTREVISTA AO INTENDENTE PAULO JESUS MAROTE ORNELAS FLOR

Entrevistado: Paulo de Jesus Marote Ornelas Flor

Local: Lisboa – via *Microsoft Teams*

Data: 10 de abril de 2020

Posto: Intendente

Cargo: Comandante da Divisão Policial da Amadora

Idade: 45

Habilitações Literárias: Mestrado em Ciências Policiais

1. Como caracteriza a criminalidade patrimonial atualmente?

Intendente Paulo Flor: A criminalidade patrimonial tem assume uma maior propensão em Portugal, principalmente porque o Crime Patrimonial tem normalmente associado a reversão num valor pecuniário.

Deste modo, determinados sujeitos dedicam-se à prática de ilícitos criminais por forma a fazer face aos seus vícios e extravagâncias (e.g. comprar droga, querer um melhor carro, comprar vestuário caro). Pois, tais vícios têm custos, logo, quem não tem uma vida laboral consentânea com o suporte dos vícios a que se propõe, tem de suprir tais as despesas mediante o cometimento de crimes de natureza patrimonial, pois o provento do ilícito permite colmatar as despesas inerentes ao estilo de vida e ostentação social que quem os comete, muitas vezes, pretende.

Relativamente ao património, acho que vão continuar a existir delitos resultantes da oportunidade, isto é, aqueles indivíduos que, perante o descuido de terceiros, encontram a oportunidade para se apoderar dos seus bens, bens esses que muitas vezes almejem possuir (telemóvel topo de gama, óculos de sol de marca, etc.). Considero que esta seja a criminalidade patrimonial mais frequentemente referenciada no COMETLIS.

Porém, verifica-se a existência de uma criminalidade transnacional que ainda que esteja mais focada nas questões do património (e.g. recorde, por exemplo, um grupo oriundo da América Latina, dedicado ao assalto a ourivesarias, com utilização de armas de fogo, com grande organização e planeamento das ações criminosas realizadas) assume já contornos mais preocupantes.

Verifica-se ainda a existência de grupos, que não sendo internacionais começam a criar algumas ligações em termos de criminalidade, são grupos mais pequenos e não tão robustos no que concerne à sua organização, mas que se reúnem com o propósito de atuar ilicitamente, por exemplo, para fazer assaltos a residências, ou furtos no interior de veículo, tratam-se de grupos com uma forte componente grupal.

2. Quais os principais desafios à atuação policial neste âmbito?

Intendente Paulo Flor: Os principais desafios residem na capacidade de sermos inteligentes na forma como avaliamos a sociedade do ponto de vista criminal, na forma como precavemos o futuro, na forma como validamos, em termos de fontes abertas e análise de informação, tudo aquilo que diz respeito à evolução da criminalidade nos sítios onde estamos e, acima de tudo, na capacidade de, a todos os níveis termos órgãos de recolha de informação.

Hoje, mais do que nunca quem tem a informação dá-nos a capacidade de compreender os fenómenos, compreender os perigos, identificar as fragilidades, fazer uma avaliação correta daquilo que são as nossas fraquezas que podem comprometer a nossa resposta a determinadas fontes criminais num determinado momento. Por exemplo, estamos a viver uma situação única no mundo e neste momento o foco da criminalidade está mais envolto da dimensão cibernética, através das burlas informáticas, através de falsas vendas online, através da programação de spam e de *phishing* que são ejetadas nas redes sociais, as burlas referentes ao *mbway*, que é um fenómeno recente. Portanto, tudo isto vai assentar na nossa inteligência policial, na forma como nós sabemos avaliar as informações, sabemos geri-las e quantificá-las, antecipando os fenómenos para podermos precaver-nos e atuar nestes cenários.

3. No que concerne ao furto cometido por carteirista constata algum tipo de evolução/sofisticação entre o crime que atualmente se pratica e aquilo que no passado representou?

Intendente Paulo Flor: Por muito que haja alguma relutância em se admitir a organização dos carteiristas e existência de redes concretamente afetas a este crime, eu, pela experiência que tenho e contacto com este tipo de crime, mormente quando comandava a 1.^a Divisão Policial de Lisboa, considero que estamos perante uma

criminalidade transnacional com uma componente muito hierarquizada do ponto de vista do fenómeno criminal.

Trata-se de redes que estão estratificadas, colocam os indivíduos de forma casuística e em determinados momentos nas cidades, são provenientes, maioritariamente, da Europa de Leste, e adaptam-se rapidamente ao meio em que estão inseridos. Isto é, tentam integrar-se no cenário em que cometem o crime, por exemplo, fazem-se passar por turistas na cidade de Lisboa, camuflando-se entre as vítimas.

Permitindo-nos perceber que quanto mais simples é o crime, quanto mais eficaz o delito é na simplicidade da sua execução, mais fácil ele é para progredir, Lisboa tem algumas fragilidades do ponto de vista arquitetónico, quanto maior a densidade de pessoas mais facilitada a profusão de carteiristas entre essas pessoas, e depois porque Portugal é conotado como um país muito seguro, pelo que os turistas quando se dirigem a Portugal tendem a confiar nesse fator de segurança, acabando por se expor a muitos mais riscos e assumir condutas que não assumem nos países onde vivem.

4. Quais as medidas tomadas que mais se mostraram válidas no trato destes ilícitos?

Intendente Paulo Flor: Quanto a esta questão, vou abordar um assunto que vai ao encontro da questão da alteração da atuação dos carteiristas que é o Programa *Blue Lock*. Portanto, em Lisboa, com a profusão que se verifica de Alojamentos Locais, neste momento a teia da proximidade enquanto aliada da prevenção não existe. Hoje em dia, grande parte dos locais do coração da cidade de Lisboa são turísticos, pelo que, a impessoalidade veio criar uma ambiência favorável aos que assaltam este tipo de alojamentos.

Muitas destas redes de carteiristas quando massificamos o policiamento nos locais onde normalmente atuam (e.g. Portas do Sol, Elétrico 28), sentem que existe um maior risco de atuação, então começam a alterar as suas dinâmicas criminais. Percebemos, por exemplo, que a baixa de Lisboa tinha este fator adicional de risco do ponto de vista criminal, em que o carteirista deixa de ser carteirista "puro e duro", e começa a ser um assaltante de alojamentos locais, e por isso fomentámos a criação do programa *Blue Lock*.

Este programa pretende em colaboração com os proprietários de Alojamentos Locais, com a Câmara de Lisboa, com entidades que gerem os Alojamentos Locais, e pretende auscultar mais agentes a uma cultura de segurança. Para passarmos esta mensagem, fizemos ações de sensibilização e esclarecimento acerca dos fenómenos

criminais que assolavam os hóspedes de alojamento local, bem como quais medidas poderiam tomar os proprietários e gerentes para dificultar a atuação dos criminosos.

Repare que a segurança não é apenas uma corrida de cem metros, uma coisa é uma corrida de cem metros e outra coisa é uma maratona. Quando nos dedicamos a projetos como o *Blue Lock* estamos a falar de uma maratona, temos de encontrar parcerias na construção de um modelo de segurança, que despertem e enquadrem todos à questão da criminalidade. A corrida de cem metros corresponde à atuação da Investigação Criminal, à criação de equipas que só se dedicam ao combate ao Furto por Carteiristas, que identificam as pessoas. Na minha perceção, uma não é indissociada da outra, ou seja, a PSP vai continuar a fazer as detenções, identificações, massificar o policiamento, ao mesmo tempo que para determinados fenómenos criminais vamos fazer programas, vamos criar sinergias e um léxico comum para podermos estar mais dispersos para esta realidade. Um gestor do hotel não pode considerar que a insegurança só se propaga no exterior e é indissociada do seu negócio, tem de estar informado das dinâmicas criminais que podem assolar também o seu negócio, que podem vir do exterior e atacar o interior da sua propriedade.

5. Qual considera ser o papel desempenhado pelas esquadras de competência genérica no âmbito da prevenção deste tipo de crimes?

Intendente Paulo Flor: Todos nós somos gestores da informação que recebemos e não podemos desvalorizar, por mais insignificante que ela nos pareça, Nós somos reféns da informação para executar operações, para executar mandados, detenções, para garantir a prova, tudo isto é sedimentado por um processo prévio de informações e acho que, cada vez mais, temos de passar para todos os níveis da hierarquia que a acuidade com recebem e tratam os dados que lhes chegam é de extrema relevância. Na minha ótica, não consigo valorizar a estrutura de Investigação Criminal ou de Inteligência e desvalorizar o patrulhamento apeado, porque todos são atores preciosos de recolha e avaliação de situações.

ENTREVISTA AO SUPERINTENDENTE LUÍS MANUEL ANDRÉ ELIAS

Entrevistado: Luís Manuel André Elias

Local: Lisboa – via *Microsoft Teams*

Data: 20 de abril de 2020

Posto: Superintendente

Cargo: Diretor do Departamento de Operações da PSP

Idade: 51

Habilitações Literárias:

- Doutoramento em Ciência Política (FCSH/Univ. Nova de Lisboa)
- Mestrado em Ciência Política (ISCSP)
- Licenciatura em Ciências Policiais (ISCPSI)

1. No âmbito da criminalidade patrimonial, quais considera serem os principais desafios à atividade policial?

Superintendente Luís Elias: Neste momento, o principal desafio tem que ver com a existência de grupos de criminalidade itinerante, ou seja, muitas vezes temos surtos de grupos de CI que se dedicam atuam mediante *modus operandi* e no escopo de atingir certos alvos (e.g. grupos de origem de leste que assaltaram de norte a sul do país residências; grupos de CI que assaltaram de norte a sul ourivesarias; mais recentemente tivemos chilenos que se dedicavam ao furto de residências, grupos organizados, que entravam em território nacional por Espanha, ou diretamente pelo aeroporto de Lisboa, com o objetivo de colher o maior lucro possível no mais curto espaço de tempo, para depois exportar o produto auferido para fora do país). Portanto, o desafio é o das fronteiras abertas, com o *Espaço Schengen*, mas os cidadãos, mesmo que não pertençam ao ES, ao entrarem no espaço europeu circulam de forma rápida e organizada, fazem uma análise prévia dos alvos, dos diferentes ordenamentos jurídicos e tentam obter o mais rapidamente.

O caso dos furtos por carteiristas tem uma dinâmica muito semelhante aos grupos itinerantes que cometem furtos no interior de residência, que furtam jantes de carros ou outro tipo de bens. Apesar de termos os carteiristas nacionais, temos também

carteiristas internacionais que vêm a Portugal no intuito do lucro no mais curto espaço de tempo, este facto prova-se quando analisamos o expediente no SEI e verificamos que o mesmo indivíduo foi detido em várias cidades do país, e, a meu ver, este é o principal desafio, a itinerância que caracteriza estes grupos criminosos.

2. Tendo em consideração o crime de furto cometido por carteirista considera que se verifica uma sofisticação/ evolução na efetivação do crime?

Superintendente Luís Elias: Há alterações no que atende ao furto, sobretudo relacionadas com a tecnologia, ou seja determinados ilícitos criminais estão a mudar-se do mundo físico para o virtual. Há determinados crimes que exigem uma proximidade física entre o criminoso e a vítima, o que tem vindo a acontecer é que deixam de ser apenas furtos e passam a ser burlas (ex. burla *mbway*). Creio que esta seja a principal tendência, não irá deixar de haver o crime no mundo físico, mas grande parte da criminalidade patrimonial está a aproveitar a realidade virtual para praticar os delitos.

No caso do furto por carteirista tem-se verificado uma interligação das duas realidades, ou seja posteriormente ao furto da carteira, verifica-se a utilização do débito dos cartões furtados, e a utilização dos documentos para fins de falsificação, refiro que hoje em dia cada vez menos os documentos pessoais são dados como achados, e isto relaciona-se com o facto dos dados pessoais terem um enorme valor no mercado fruto do mundo virtual e da possibilidade de através dessas identidades se poderem obter lucros.

3. Considera que a proliferação do turismo teve impacto neste tipo de crime?

Superintendente Luís Elias: O facto de existirem muitos turistas significa que há mais pessoas a circular na via pública e, por conseguinte, com posse de bens de valor, nomeadamente dinheiro, camaras fotográficas etc.

Esta aglomeração cria um ambiente propício à atuação dos carteiristas, que se aproveitam normalmente de zonas confinadas e com elevada densidade de pessoas para cometer o ilícito. Pelo que, há uma íntima relação entre o e o turismo, tendo-se desenvolvido proporcionalmente.

4. Quais as medidas tomadas que mais se mostraram válidas no trato destes ilícitos?

Superintendente Luís Elias: A principal função de uma esquadra de competência genérica, neste âmbito, prende-se com o patrulhamento da via pública, através do patrulhamento auto e apeado e depois com a receção de denúncias, que é cada vez mais crucial uma boa elaboração do expediente. A título de exemplo, uma boa descrição dos suspeitos, pode permitir à Investigação Criminal, posteriormente, identificar os indivíduos.

É também pertinente uma boa descrição sumária dos factos e uma correta atribuição da notação estatística, que é da responsabilidade dos comandantes de esquadra e é fundamental para que a PSP tenha uma noção da criminalidade que é denunciada. Pois, se ela for incorreta ficamos com uma disparidade entre aquilo que é documentado e a realidade dos factos, este aspeto é relevante do ponto de vista da análise macro do tipo de criminalidade que ocorre em determinada área.

Existe a necessidade de haver uma interligação entre as valências, no COMETLIS essa interligação é um pouco mais difícil, não só pela dimensão do Comando, mas pelo facto das divisões de competência genérica e competência específica se encontrarem um pouco mais espartilhadas.

Todavia tem de haver um diálogo entre as diversas valências. A este respeito, destaco o papel do Chefe da Área Operacional que pode, e deve, ter uma visão conjunta da criminalidade tratada quer pela competência genérica, quer pela competência específica.

Nos comandos que não os comandos metropolitanos, por exemplo, no Comando Distrital de Leiria, a Divisão da Marinha Grande tem uma esquadra de competência genérica e uma esquadra de investigação criminal, essas duas subunidades devem reunir-se periodicamente. Esta cultura de troca de informação e de cooperação entre subunidades de natureza diferente deve existir, para garantir a fluidez de informação e até mesmo trabalhos conjuntos, em dispositivos específicos, para que se possa detetar estas situações e levar os delinquentes à justiça com maior eficácia.

É fundamental quer no caso das divisões que têm esquadras de competência genérica e de competência específica (Ex. Marinha Grande), quer no caso dos comandos em que existem divisões de competência genérica e competência específica, deve haver uma comunicação permanente, troca de informações e reuniões temáticas, é do meu conhecimento que o COMETLIS fez várias reuniões neste âmbito de cooperação para o fenómeno do furto por carteirista.

5. Como analisa a cooperação e colaboração policial no que respeita à prevenção deste tipo de fenómenos?

Superintendente Luís Elias: Infelizmente creio que a EUROPOL e outros organismos internacionais vocacionam muitos dos seus esforços para a criminalidade grave e organizada, terrorismo e não tanto à criminalidade de massa, e por vezes estes fenómenos como o furto por carteirista, furto em residência, não recebem a atenção devida.

No nosso Sistema de Segurança Interna, fruto da sua estruturação, complexifica-se o processo de cooperação também seja um pouco complexa, porque apesar da criação do ponto único de contacto para a prevenção criminal internacional o gabinete nacional Interpol e a unidade nacional Europol estão sobre a tutela da Polícia Judiciária e, naturalmente, a PJ acaba por dar maior relevância aos crimes que são da sua competência reservada e não tanto a crimes que, apesar de em termos numéricos terem mais peso não lhe competem, a troca de informação sobre estes fenómenos acaba por ter menos peso do que a troca de informação sobre terrorismo ou outras formas de criminalidade mais grave.

Para finalizar, refiro a relevância entre o estudo da relação entre a criminalidade de massa e a criminalidade organizada, este aspeto é importante, pois o furto por carteirista realizado individualmente pode ser considerado uma bagatela penal, mas estes crimes, por vezes são cometidos por organizações criminosas, o que nos leva a pensar que existe uma íntima relação entre a criminalidade de massa e uma criminalidade organizada, por isso, não é pertinente haver uma separação entre a prevenção e combate à criminalidade de massa e uma prevenção e combate destinados apenas à criminalidade organizada e violenta e grave, porque existem muitas vezes fortes ligações entre ambas, e por vezes os indivíduos que cometem crimes menos graves cometem também crimes mais graves, estão referenciados em processos diferentes por crimes diferentes, tem de haver esta congregação.

Pois uma conceção da realidade compartimentada em gavetas estanques não coaduna com a visão que o criminoso tem do crime, para o criminoso não é relevante se atuam na área da PSP ou da Guarda Nacional Republicana, se cometem um crime de competência genérica, ou se cometem um crime de competência específica, pelo que temos de estar conscientes e, sobretudo, atentos.

ENTREVISTA AO AGENTE RICARDO FILIPE OLIVEIRA COELHO

Entrevistado: Ricardo Filipe Oliveira Coelho

Local: Lisboa – via correio eletrónico

Data: 15 de abril de 2020

Posto: Agente

Cargo: Agente da Força Especial de Combate a Carteiristas

Idade: 35

Habilitações Literárias: 12.º ano

1. No âmbito da criminalidade patrimonial, quais considera serem os principais desafios à atividade policial?

Agente Ricardo Coelho: No seguimento das mudanças no tempo dos crimes contra o património, verifica-se uma maior mobilidade por parte dos suspeitos, o que dificulta, por vezes, a investigação e a efetivação da condenação dos mesmos.

Face a essa dificuldade, conjugamos as detenções em flagrante delito, por vezes julgadas em processos sumários, sendo os suspeitos condenados no imediato, ficando assim com condenações efetivas, apesar da demora em transitar para o Certificado de Registo Criminal, no entanto em investigações posteriores os mesmos já terão condenações no Certificado de Registo Criminal, facilitando a condenação.

Verificamos ainda, poderemos chamar um “desprezo”, por parte da justiça pelo crime apelidado de furto por carteirista, pelas autoridades judiciais, uma vez que na sua maior parte não exerce qualquer tipo de violência.

2. Tendo em consideração o crime de furto cometido por carteirista considera que se verifica uma sofisticação/ evolução na efetivação do crime?

Agente Ricardo Coelho: Os criminosos adaptam-se ao crime e às penas do mesmo, inicialmente os transportes públicos eram os mais procurados por este tipo de criminosos, por ser mais fácil o furto ser ali praticado, e por os utentes serem em grande maioria turistas. Com as alterações ao Código Penal, agravamento das penas praticadas em transportes públicos, verificamos uma presença maior dos carteiristas

nas ruas de Lisboa, deixando assim os transportes públicos, tendo-se adaptado aos novos tempos.

Verificamos também que o furto por carteirista é muito itinerante, ou seja, os suspeitos estrangeiros que se encontravam em Lisboa em 2010, após detidos ou condenados a penas de multas, optam por abandonar o país, procurando outras cidades europeias, dando lugar a uma nova vaga de suspeitos por carteiristas ainda não referenciados.

3. Qual o impacto do turismo neste tipo de crimes?

Agente Ricardo Coelho: Por saber que os turistas são, por norma, quem mais transporta valores monetários e bens materiais, os carteiristas consideram-nos as vítimas preferenciais para este tipo de ilícito.

Com o aumento do turismo em Portugal, e em Lisboa especificamente, verificou-se assim também um aumento dos furtos por carteirista. Sabendo da importância do Turismo para a economia nacional, e que os turistas são a imagem do nosso turismo, a PSP agiu, e bem, com a criação pioneira em Portugal de uma equipa de investigação específica para fazer face a este tipo de criminalidade, obtendo resultados bastante positivos.

4. Qual a perceção das vítimas face à atuação policial?

Agente Ricardo Coelho: Sabemos que os turistas despojados dos seus pertences num País que visitam será o pior que lhes pode acontecer, ficam sem documentos e por vezes sem dinheiro para fazer os programas turísticos que tinham em mente, com a diminuição dos furtos praticados contra estes, muito pela prevenção efetuada, e também pelo aumento da recuperação dos pertences furtados, assistimos a uma maior satisfação por parte dos turistas, que por vezes nem se apercebem que ficaram sem os seus pertences, tomando conhecimento apenas quando os informamos de tal.

Importante salientar, que como profissional, o que mais satisfação me dá nesta profissão é poder ver a felicidade no rosto dos turistas, quando recuperamos os seus pertences e lhes entregamos, deixando bem explanado nos seus agradecimentos essa felicidade.

5. Que estratégias de combate a este tipo de crime crê serem mais eficazes?

Agente Ricardo Coelho: Com a criação de uma equipa específica foi um grande passo para fazer face ao aumento deste tipo de ilícito, trazendo resultados bastante positivos, a estratégia utilizada, ligando a prevenção do dia a dia, com a repressão e as investigações em curso, deste modo obtivemos um aumento de penas efetivas contra os suspeitos e uma abordagem/deteção mais célere aquando da sua chegada a território nacional, criando assim também um aumento do receio entre os suspeitos referenciados por carteiristas que chegam ao nosso país.

6. Como analisa a cooperação e colaboração policial no que respeita à prevenção deste tipo de fenómenos?

Agente Ricardo Coelho: No que respeita à cooperação policial, penso que ainda haverá muito a fazer, uma vez que as respostas por norma são tardias e já não aplicáveis, uma vez que este tipo de suspeitos, tem, uma mobilidade muito grande, deveriam ser tomadas medidas em que estes indivíduos fossem referenciados e as autoridades alertadas assim que os mesmos se movimentassem entre países, podendo inclusive ser-lhes interdita a sua livre movimentação.

ENTREVISTA AO CHEFE HERNÂNI PACHECO LOPES AGOSTINHO

Entrevistado: Hernâni Pacheco Lopes Agostinho

Local: Lisboa – via correio eletrónico

Data: 15 de abril de 2020

Posto: Chefe

Cargo: Chefe da Força Especial de Combate a Carteiristas

Idade: 51

Habilitações Literárias: 12.º ano

1. No âmbito da criminalidade patrimonial, quais considera serem os principais desafios à atividade policial?

Chefe Hernâni Agostinho: O Principal desafio é estarmos perante um crime de furto que na maior parte das vezes é um furto simples, o que por si só não prevê a aplicação de Prisão Preventiva, levando a um desenvolvimento do sentimento de impunidade por parte dos criminosos, que têm assim todas as condições para continuar confortavelmente a sua atividade criminal.

O desafio aqui consiste no trabalho de recolha de informação e análise das condutas criminais no sentido de se vir a indiciar os suspeitos por furto qualificado.

Outra dificuldade derivada da baixa moldura penal, este tipo de crime tem vindo a ser considerado como uma bagatela penal, e por isso não tem a cobertura de um crime grave (não é violento, as vítimas não sofrem intromissão na sua vida, indo ao ponto de em muitos casos nem desejarem procedimento criminal, o que inviabiliza uma cabal investigação nesses casos)

Outro desafio é a existência de um largo número de crimes desta natureza em locais onde não existe videovigilância, o que torna mais difícil a recolha de prova, sendo contornado pela tentativa da recolha de prova pessoal, sendo de capital importância, neste caso, a detenção de FD.

Assim, temos que o maior desafio no combate a este crime é a necessidade de análise criminal no sentido de se apurar um número bastante considerável de furtos para se conseguir uma Prisão Preventiva de um suspeito, a título de exemplo, um suspeito que comete 3/4 roubos poderá ficar em Prisão Preventiva; um suspeito comete 5/10 furtos qualificados poderá ficar em Prisão Preventiva; para este tipo de furto terá de cometer 15/20 para ficar em Prisão Preventiva.

2. Tendo em consideração o crime de furto cometido por carteirista considera que se verifica uma sofisticação/ evolução na efetivação do crime?

Chefe Hernâni Agostinho: Sim, materializa-se através da “especialização” dos grupos de carteiristas dentro do normal *Modus Operandi* deste crime.

Por exemplo na sofisticação poderemos ter em conta a utilização dos cartões bancários provenientes dos furtos, em levantamentos em *ATM's* e compras de artigos de vestuário e joalharia de luxo.

Por outro lado, a fuga aos locais com videovigilância para cometer o crime mostra uma clara evolução no *Modus Operandi*, com colmatação em tempo real das vulnerabilidades da sua atuação.

3. Qual o impacto do turismo neste tipo de crimes?

Chefe Hernâni Agostinho: Enorme, uma vez que o turista é o alvo preferencial deste tipo de crime. Foi o crescimento do turismo em Portugal que chamou carteiristas um pouco de todo o mundo (Europa central e de leste, América do Sul, Magreb) e com o crescimento do turismo deu-se o inevitável crescimento do crime de furto por carteirista.

4. Qual a perceção das vítimas face à atuação policial?

Chefe Hernâni Agostinho: Quando se dá uma detenção em flagrante delito os turistas têm uma perceção em tempo real e consequente contacto com os serviços policiais, apercebem-se da realidade do crime de que acabaram de ser vítimas e experienciam um misto de sensações entre medo, apreensão e alívio, por nestes casos os carteiristas terem sido detidos e os seus bens e valores lhes terem sido restituídos.

Noutra vertente, aquela em que não se dá o flagrante delito, a vítima só será eventualmente contactada em caso da existência de Inquérito criminal, onde os agentes do crime tenham sido identificados *à posteriori*. Também neste caso, e depois do contacto, que hoje em dia se faz por *e-mail*, a vítima acaba por ter uma perceção mais exata do que lhe aconteceu, como aconteceu e porquê, ficando agradada ao ver que o seu caso teve atenção por parte da Polícia.

5. Que estratégias de combate a este tipo de crime crê serem mais eficazes?

Chefe Hernâni Agostinho: Uma das estratégias que se tem mostrado mais eficaz e que é utilizada pela BIC/Furtos de carteira é a seguinte:

- Combate direto ou primário (virado para a detenção em flagrante delito), consiste numa detenção em flagrante sem seleção de alvos de todo e qualquer carteirista.
- Combate indireto intermédio (detenção de Flagrante Delito para alvos selecionados com inquéritos em curso ou múltiplas detenções) Consiste na Detenção em flagrante de carteiristas alvos, previamente selecionados em função do número de processos pendentes (detenções em Flagrante Delito recentes) ou com Inquéritos em curso.
- Combate indireto avançado (em sede de inquérito com pluralidade de inquéritos) Consiste na detenção em sede de Inquérito onde se investiga a atividade dos alvos, que terá de ser grande com grande pluralidade de factos e inquéritos incorporados e mediante Mandado de Detenção Fora de Flagrante Delito.

6. Como analisa a cooperação e colaboração policial no que respeita à prevenção deste tipo de fenómenos?

Chefe Hernâni Agostinho: A PSP, principalmente no COMETLIS, há muito que desenvolve campanhas de sensibilização para a existência deste tipo de crime, viradas para o turismo, quer a “solo”, quer em colaboração com as operadoras de transportes públicos.

Claro que a prevenção far-se-á sempre na vertente do policiamento uniformizado, no entanto e embora a BIC especializada traje à civil, o certo é que o facto do simples passar da viatura descaracterizada pelos “hotpoints” também contribui muito para a prevenção, uma vez que o carteirista é dos criminosos mais atentos e vigilantes, (não esquecer que costumam atuar em grupos de até 4/5 elementos e só dois se chegam à vítima e tiram a carteira, os restantes são vigilantes).

Quanto à colaboração policial ela é efetiva o que se intensificou com a criação de uma EIC dedicada à investigação do furto de carteira e que derivou depois para a

criação da BIC agora em atividade. Esta colaboração assenta na centralização e encaminhamento de informação, por parte de outros serviços policiais, na BIC/carteiristas e constitui uma mais valia no combate a este fenómeno.

ENTREVISTA AO SUBCOMISSÁRIO NELSON TIAGO CARVALHO SILVA

Entrevistado: Nelson Tiago Carvalho Silva

Local: Lisboa – via correio eletrónico

Data: 15 de abril de 2020

Posto: Subcomissário

Cargo: Comandante da 1.^a Esquadra de Investigação Criminal

Idade: 31

Habilitações Literárias: Mestre em Ciências Policiais

1. No âmbito da criminalidade patrimonial, quais considera serem os principais desafios à atividade policial?

Subcomissário Silva: A que se desenvolve em torno de grupos itinerantes. Como é sabido inúmeros MOCGs existem e dedicam-se a várias áreas do saber criminal. O sucesso destes grupos, a par das dificuldades das FSS e estruturas judiciais dos diversos países, prende-se com o fator mobilidade, este último possibilita-lhes a prática de reiterado crimes, inter regiões no próprio país, inter países e continentes; o que amiúde lhes permite com algum grau de sucesso, ataques e ações concertadas referentes a ilícitos patrimoniais sem a identificação dos agentes do crime pela grande mobilidade e rapidez que ostentam.

Assim, e até que sejam identificados, inseridos em bases lofoscópicas, cujos dados terão de se digladiar com as normas de proteção de dados internas e externas, até à divulgação dos dados inter forças e serviços de segurança, têm uma larga margem de manobra e de conforto para irem praticando os ilícitos.

Senão vejamos os últimos exemplos e apetências de algumas nacionalidades e grupos no que a este assunto diz respeito:

Carteiristas – Romenos, Búlgaros, Marroquinos;

Residências – Chilenos, Georgianos, Bósnia;

Material médico – Colombianos;

Furto de bens culturais – Mongoles;

Ataques a ATM's, Furto de GPS's Agrícolas – Lituanos, Búlgaros e Romenos;

Furto Viaturas *cloning device* da chave - Lituanos, Ucrânicos e Búlgaros;

Furtos Clínicas Dentárias e Óticas - Romenos;

Furto de Catalisadores - Lituanos, Búlgaros e Romenos;

Fraude em Casinos - Colombianos e Georgianos;

Cargo Theft - Romenos;

Skimming - Búlgaros, Romenos, República Dominicana.

Inúmeros Grupos itinerantes organizados são compostos por nacionalidades distintas, bastas vezes com falsos documentos de identidade, ostentando viaturas com matrículas falsas e chassis viciados que deambulam pela Europa e pelo Mundo a desenvolver ilícitos de forma reiterada e itinerante.

2. Tendo em consideração o crime de furto cometido por carteirista considera que se verifica uma sofisticação/ evolução na efetivação do crime?

Subcomissário Silva: Na sina do que acima descrevi, o furto por carteirista é um ótimo exemplo. Estes meliantes que de forma mais ou menos organizada se proliferam pela Europa vêm praticando estes pequenos delitos, consignados na maioria das legislações penais europeias como *bagatelas* penais com grande conforto.

Senão vejamos, a grande e fácil (terrestre, marítima ou aérea) rotação de operacionais pelos países torna-os quase invisíveis às forças policiais locais, quando são detetados a possibilidade de já se encontrarem noutro país é enorme. E se detetados amiúde, a legislação branda permitir-lhes-á ou voltar à ação delituosa, ou à cautela, deambular para outro país onde maior conforto terá na prática dos ilícitos.

Os meliantes que se dedicam a este tipo de crime, têm de certa forma, de dominar a arte, algo que fazem pelo saber e experiência adquirida e transmitida. A sofisticação, ocorre sempre, não só neste tipo de crime. A utilização de vigias é sólido sinal de sofisticação e adaptação às opções táticas da Polícia. Se a polícia começa a monitorizar de forma encoberta, também o carteirista tem de ter um parceiro que vigie os polícias. A apreensão de quantias monetárias levou a que se desfizessem das mesmas rapidamente por transferências internacionais. A leitura das investigações destas quantias levará à lavagem e trasfega destes dinheiros de outra forma a curto prazo, já se verificou presença de dinheiro escondido em cofres e compartimentos secretos de viaturas que apenas fazem viagens de ponta a ponta da Europa e que os investigadores acreditam tratar-se de verdadeiros correios de limpeza de bens furtados que vão passando de país em país e recolhendo os proveitos ilícitos sem que registo algum exista.

O *look like tourist* cada vez mais dificulta a sinalização por indícios de comportamento das forças policiais, enfim uma panóplia de acertos da atividade criminosa a par da prossecução deste crime por parte das forças policiais.

3. Qual o impacto do turismo neste tipo de crimes?

Subcomissário Silva: Portugal tem ganho inúmeros prémios de natureza turística.

Europe's Leading City Break Destination 2019

Europe's Leading City Tourist Board 2019

World's Leading City Break Destination 2019

World's Leading City Destination 2019

World's Leading City Tourist Board 2019

Europe's Leading City Destination 2019

A polícia trata em média da segurança em território nacional de 7.000.000 de pessoas por dia. Os aeroportos registam mais de 50.000.000 de passageiros por ano, os cruzeiros rondam os 2.000.000, assim, obrigado sou a dizer que o turismo é peça fundamental na vivência do nosso país.

Qualquer tipo de crime que se dedique, não em absoluto, mas na sua grande maioria a crimes contra turistas, terá impacto significativo e inquestionável.

O furto por carteirista é tido como uma *bagatela* mas, por ano em média, ronda o proveito ilícito de 5.000.000 de euros de uma média de 11.000 a 12.000 crimes por ano, na esmagadora maioria cometida contra turistas.

A relação é direta, aumentando o turismo, aumenta a probabilidade de todos os ilícitos associados ao mesmo, e o carteirista é exemplo disso. Por outro lado, cabe ao estado, e às instâncias policiais e judiciais aquietar o sentimento de insegurança subjacente e equilibrar a balança.

4. Qual a perceção das vítimas face à atuação policial?

Subcomissário Silva: As vítimas demonstram infindável sentimento de gratidão para com as ações policiais. O cuidado e atenção tidos com o caso em concreto, *in casu*, de um visitante, estrangeiro, convidado de nosso país cria nas pessoas sentimento de gratidão e nostalgia potenciando o sentimento de segurança que replicam junto dos seus.

Também isto nos torna junto dos parceiros que avaliam o turismo como de eleição e com índices subjectos de segurança, se bem que os objetivos, esses sim resultam de leitura estatística.

A atuação policial, *in casu*, deve ser personalizada e deter maior acuidade. Será espectável que conduza um cidadão nacional morador em Lisboa após furto de seu telemóvel ou carteira a casa, à partida não é residente em Portugal, tem amigos e família e demais possibilidades de apoio. Mas e o turista? Talvez o simples conduzir do mesmo à unidade hoteleira, ao aeroporto que seja, criará uma imagem do País, da instituição, impagável que replicará junto dos seus, o via efeito bola de neve assim se sedimenta boa imagem do país e da instituição.

5. Que estratégias de combate a este tipo de crime crê serem mais eficazes?

Subcomissário Silva: A par da profissionalização destes profissionais de várias artes e saberes do crime, a profissionalização de polícias mediante fenómenos, nas várias valências, proximidade, investigação criminal, e outras pode revelar-se fator decisivo.

A par da perseverança de um carteirista que diariamente palminha quilómetros até atingir a quantia que julga suficiente, também o estado, na sua função polícia, os deve perseguir com a mesma ânsia e persistência nas diversas valências.

A sensibilização tem revelado surtir efeito na Europa.

In casu, DIC, 1ªEIC, a F3C Força Especial de Combate a Carteiristas mostrou-se real mudança de paradigma por atuar em 3 fases: na prevenção e vigilância em zonas de concentração turistas/pessoas e ilícitos conexos; na monitorização penal e criminal dos fenómenos e na prossecução e seguimento potenciando detenções de arguidos em investigações céleres no âmbito de pequenos inquéritos; e por fim, o trabalho de investigação criminal em bruto de maiores investigações de grupos e arguidos, seus MOs, com recurso às legais técnicas de obtenção meios de prova.

Esta estratégia de Lisboa levou a que na 1ª fase o agudizar de certos carteiristas pelas sucessivas detenções ou se refugiassem em países mais confortáveis (menos controlados pelas polícias) ou tivessem de pagar multas elevadas ou prisão mesmo. A 2ª fase levou a prisões preventivas rápidas dos meliantes o que destabilizou quer o visado quer os demais do mesmo ramo do saber criminal; e por último o mesmo efeito com a prisão e aplicação de penas pesadas de prisão em crimes tidos como bagatelas, mas elevados a molduras penais mais pesadas por força de prova adquirida do modo de vida, do bando, e da continuidade/transnacionalidade da ação criminosa. Assim,

Lisboa, Portugal nos MOCGs de carteiristas é neste momento zona perigosa porque os seus operacionais têm sido presos e muitos deles estão encarcerados ou procurados.

6. Como analisa a cooperação e colaboração policial no que respeita à prevenção deste tipo de fenómenos?

Subcomissário Silva: Do ponto de vista interno, muito há a fazer na troca e partilha de informação entre OPCs. No plano internacional o problema mantém-se. À data esta tipologia de criminalidade não respeita fronteiras internas e externas, nem jurisdições de forças policiais e desenvolve-se a uma velocidade tremenda com impactos imensuráveis nas economias dos países. Da mesma feita a cooperação interna e externa devia desburocratizar-se um pouco, devidamente balizada pelas normas penais europeias, permitindo perseguição real e atempada dos fenómenos e seus autores.